

2011

Relatório e Contas
SEGURADORA INTERNACIONAL
DE MOÇAMBIQUE



impar

2011

Relatório e Contas
SEGURADORA INTERNACIONAL
DE MOÇAMBIQUE

impar



ÍNDICE

- 5** Mensagem do Presidente
- 8** Síntese de Indicadores
- 9** Estrutura Accionista
- 9** Órgãos Sociais
- I I** Relatório do Conselho de Administração
 - 12** Enquadramento Macroeconómico e Financeiro
 - 15** Enquadramento do Sector Segurador em Moçambique
 - 18** Principais Acontecimentos de 2011
 - 19** Estrutura Organizacional
 - 20** Análise Financeira
 - 25** Resseguro
 - 27** Gestão de Investimentos
 - 28** Os Colaboradores
 - 29** Perspectivas para 2012
 - 30** Proposta de Aplicação de Resultados
 - 31** Referências
- 33** Demonstrações Financeiras
 - 34** Conta de Ganhos e Perdas
 - 36** Demonstração de Rendimento Integral
 - 37** Balanço
 - 40** Demonstração de Variações de Capital Próprio
 - 42** Demonstração dos Fluxos de Caixa
 - 43** Notas às Demonstrações Financeiras
- I04** Relatório e Parecer dos Auditores Independentes
- I06** Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



**Mário Fernandes
da Graça Machungo**
Presidente do Conselho
de Administração

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A economia global registou uma taxa de crescimento na ordem de 4%, apesar da crise económica e financeira que se abateu sobre os países ocidentais mais desenvolvidos, tendo contribuído para isso o crescimento robusto da China (9,5%) e de outros países emergentes, com destaque para a Índia e o Brasil.

A Europa apresenta duas realidades distintas, onde alguns países da moeda única, nomeadamente Portugal, Espanha, Irlanda e Itália, enfrentam medidas de austeridade recessivas, decorrente da crise da dívida soberana, a par de elevados níveis de desemprego. Os restantes países da União Europeia, liderados pela Alemanha e pela França, apresentam perspectivas mais animadoras, ainda que com ameaças de cortes no *rating* soberano por ocasião do risco da Zona Euro.

Os países da África Sub-Sahariana registaram taxas de crescimento assinaláveis, sendo Moçambique um dos países com taxa de crescimento acima da média, que se cifrou em 7,5%. Esta dinâmica decorre não só dos efeitos retardados das medidas de política económica no estímulo à procura, por vezes contrariado por decisões amortecedoras do crescimento, como das políticas monetárias restritivas e também da reorientação das exportações para a Ásia, cujo crescimento apresenta uma correlação positiva com a procura de *commodities*. Esta situação foi, outrossim, benéfica para os sectores dos transportes e comunicações, sobretudo nos corredores que Moçambique oferece aos países vizinhos. Em linha com esta evolução, o país registou volumes consideráveis de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) no sector de recursos energéticos, designadamente o carvão e o gás, vislumbrando-se uma alteração estrutural da economia na próxima década.

No âmbito da actividade seguradora em Moçambique, apraz-nos registar a revisão dos instrumentos legais que regulam a actividade e que deram origem à constituição de um novo organismo de supervisão, o Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, bem como a lei que estabelece o Regime Jurídico dos Seguros e o respectivo regulamento, redefinindo regras fundamentais para o estabelecimento e funcionamento dos vários intervenientes no mercado, o que permitirá reforçar a transparência no exercício de uma actividade de importância vital para a economia nacional.

Por outro lado, com a adopção, em 2011, do novo Plano de Contas de base IFRS para as entidades habilitadas ao exercício da actividade seguradora, impôs-se uma alteração substancial nos critérios, procedimentos e sistemas de informação contabilísticos, utilizando-se normas assentes nas *International Financial Reporting Standards*. Pretendeu-se dar um salto qualitativo no relato financeiro nacional, bem como permitir a comparabilidade e internacionalização das seguradoras moçambicanas.

Os factores positivos já referenciados, quer a nível da economia, quer do mercado segurador nacional, aliados às adequadas e oportunas estratégias e medidas de gestão implementadas pela Seguradora, permitiram alcançar resultados excelentes ao nível da receita processada, do resultado líquido e de outros indicadores como os da solvabilidade, rentabilidade e eficiência. Com efeito, a Seguradora Internacional de Moçambique registou, em 2011, comparativamente a 2010, um aumento da receita processada na ordem de 10,5%, tendo o resultado líquido atingido o valor de 396 milhões de Meticais, o que se traduziu num crescimento de 60%.

Os níveis de solvência da Seguradora continuam a ter um comportamento estável, com uma taxa de cobertura, em 2011, de cerca de 329,9%, o que confirma a prudência e a gestão criteriosa do negócio, numa actividade que assenta na aleatoriedade do risco.

Estamos certos de que os próximos anos serão, em Moçambique, de contínuo crescimento económico e de grandes desafios ao nível da competitividade das empresas, particularmente no sector financeiro, onde a actividade seguradora está inserida. A aposta na modernização e inovação será, decerto, fundamental nesta nova etapa que se aproxima. Neste processo as pessoas terão um papel central, pelo que a aposta na formação dos nossos quadros vai continuar a ser privilegiada. No final de 2011, concluímos com sucesso a parametrização e migração de todos os produtos de seguros Vida e Não-Vida para o novo sistema informático. Esta será, sem dúvida, uma ferramenta importante na estratégia que queremos prosseguir.

Aos Accionistas, agradeço a confiança que têm manifestado na Seguradora e na sua gestão, proporcionando-lhes condições de estabilidade e crescimento, elementos essenciais na configuração do êxito alcançado.

Às Entidades Governamentais e aos Órgãos de Supervisão e Fiscalização, uma palavra de agradecimento pela habitual cooperação e pela confiança depositada.

Aos nossos Clientes, o profundo reconhecimento pela sua preferência e confiança, reafirmando o propósito de a Seguradora Internacional de Moçambique continuar a melhorar os seus níveis de serviço para melhor servir e manter a liderança no mercado segurador moçambicano.

Aos Colaboradores, que são o principal activo da Seguradora, é devida uma palavra especial de apreço, pois, num ambiente de grande competitividade do mercado, vêm demonstrando um profissionalismo e uma dedicação exemplares. Essa atitude é a maior garantia de que a Seguradora Internacional de Moçambique está à altura das suas responsabilidades e dos enormes desafios que o futuro encerra.



Mário Fernandes da Graça Machungo
Presidente do Conselho de Administração



SÍNTESE DE INDICADORES

Milhões de MZN

Indicadores de actividade	'11	'10	VAR. % '11/10
Demonstração de resultados			
Prémios de seguro directo	1.346	1.218	10,5%
Não-Vida	964	842	14,6%
Vida	382	376	1,3%
Margem técnica	694	551	26,0%
Resultado líquido	396	248	59,5%
Balanço			
Capitais próprios	1.241	971	27,8%
Activo total	4.849	3.764	28,8%
Investimentos	4.366	3.436	27,0%
Rácios			
Eficiência			
1 – Rácio de sinistralidade Não-Vida, líq. de resseguro	31,4%	36,8%	-5,4 p.p.
2 – Rácio de despesas Não-Vida, líq. de resseguro	29,3%	31,5%	-2,2 p.p.
3 – Rácio combinado Não-Vida, líq. de resseguro	60,7%	68,3%	-7,6 p.p.
4 – Custos de exploração líquidos Vida/Investimentos Vida	0,4%	0,5%	-0,1 p.p.
Rendibilidade			
1 – Resultado técnico/Receita de prémios	51,6%	45,2%	+6,4 p.p.
Não-Vida	60,4%	56,0%	+4,4 p.p.
Vida	29,3%	21,0%	+8,3 p.p.
2 – Rendibilidade dos capitais próprios médios – ROE	31,9%	25,6%	+6,3 p.p.
Solvabilidade			
1 – Rácio de solvência	329,9%	352,9%	-23,0 p.p.
2 – Capitais próprios/Activo total	25,6%	25,8%	-0,2 p.p.
3 – Cobertura das provisões técnicas	125,4%	128,5%	-3,1 p.p.
Outros indicadores			
Quota de mercado	n.d.	31%	-
Número de Colaboradores	147	138	5,3%

ESTRUTURA ACCIONISTA

			MZN
Accionistas	N.º acções	% do capital	Capital realizado
BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.	1.326.232	89,9140%	132.623.200
PT Participações, SGPS, S.A.	86.068	5,8351%	8.606.800
FDC – Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	30.716	2,0824%	3.071.600
TDM – Telecomunicações de Moçambique, E.P.	30.716	2,0824%	3.071.600
Restantes Accionistas	1.268	0,0840%	126.800
Total	1.475.000	100,0000%	147.500.000

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE:	Mamudo Ibraimo
VICE-PRESIDENTE:	Narciso Matos
SECRETÁRIO:	José da Cunha de Mello

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:	Mário Fernandes da Graça Machungo
ADMINISTRADOR:	Rui Manuel Teles R. Pinho de Oliveira
ADMINISTRADOR:	João Manuel Rodrigues T. da Cunha Martins
ADMINISTRADOR:	Rui Jorge Lourenço Fernandes
ADMINISTRADOR:	Inocência António Matavel

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE:	António de Almeida
VOGAL:	Daniel Filipe Gabriel Tembe
VOGAL:	Eulália Mário Madime
VOGAL SUPLENTE:	Maria Iolanda Wane



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Concluído o exercício de 2011, vem o Conselho de Administração da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. apresentar aos Senhores Accionistas o Relatório e Contas para o ano findo em 31 de Dezembro de 2011, as quais foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers, Lda.

12	Enquadramento Macroeconómico e Financeiro
15	Enquadramento do Sector Segurador em Moçambique
18	Principais Acontecimentos de 2011
19	Estrutura organizacional
20	Análise Financeira
25	Resseguro
27	Gestão de Investimentos
28	Os Colaboradores
29	Perspectivas para 2012
30	Proposta de Aplicação de Resultados
31	Referências

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO

ECONOMIA MUNDIAL

A economia global registou uma taxa de crescimento na ordem de 4,0% em 2011 (5,1% em 2010), numa trajectória que traduz a recuperação da crise de 2009 (-0,7%), num quadro que caracteriza uma nova ordem económica internacional: um terço do Produto Interno Bruto (PIB) global veio das economias emergentes e estas justificaram dois terços do crescimento global. Neste contexto, ressaltam os seguintes temas em 2011:

- Crescimento mais lento nos países mais desenvolvidos do Ocidente e que enfrentaram com maior acuidade os efeitos da crise económica e financeira. Neste conjunto, destacam-se os Estados Unidos da América (EUA), com um crescimento estimado em 1,6% em 2011 (3,1% em 2010), no entanto com o desemprego a situar-se nos 9,1%, a par do impasse político na consolidação fiscal, do mercado imobiliário fraco, da quebra do consumo e da deterioração das condições dos mercados financeiros. O crescimento com desemprego não favorece o processo de reparação dos balanços das famílias, o que atesta a demora na transição dos *drivers* da procura, na substituição do sector público (estímulo fiscal) pelo consumo privado.
- Em contraponto, os países emergentes registaram um crescimento robusto, sendo de salientar a China, com crescimento estimado em 9,5%. No conjunto dos países emergentes, e face ao crescimento lento na Europa e nos EUA, coloca-se a questão do reequilíbrio por via de uma transição do crescimento do canal das exportações para o crescimento liderado pela procura doméstica. Os países da América Latina têm prosseguido uma agenda com sucesso neste contexto, em comparação com as economias da Ásia. Saliente-se, todavia, que o aumento da procura nas economias da América Latina resulta de políticas fiscais e monetárias de natureza expansionista, o que exigirá, nos próximos anos, a contenção do défice e a remoção de políticas acomodatórias face ao espectro de inflação daí decorrente. Países como a China, por outro lado, continuam a empreender esforços no sentido de reestruturar a economia doméstica: (i) pelo aumento dos rendimentos das famílias e da procura; (ii) pelo estímulo fiscal e de expansão monetária e (iii) pela reestruturação dos mercados no sentido de melhorar a capacidade de absorção de fluxos de capitais. Estas acções emprestam maior capacidade de resistência aos choques com origem nos países mais desenvolvidos.
- Efeitos amortecedores e com impacto negativo na confiança dos investidores: (i) a revolução na África do Norte com propagação para o Médio Oriente; (ii) o tsunami no Japão e as consequências sobre o sector automóvel na, até então, segunda maior economia do mundo e (iii) a crise da dívida soberana na Zona Euro, a par de medidas recessivas associadas a pacotes de austeridade fiscal.

As expectativas para 2012 indicam que a economia global terá um crescimento mais baixo, de 3,25% (4,0% em 2011), influenciado negativamente por uma recessão da Zona Euro (-0,5%) e pelo passo de crescimento anémico das economias mais desenvolvidas (1,2%), apesar do crescimento das economias emergentes e em desenvolvimento (5,4%), sobressaindo a China com a cifra de 8,2%. Os riscos no cenário de crescimento global decorrem das fragilidades do sistema financeiro da Zona Euro e dos impactos de medidas de consolidação fiscal sobre a economia. Em 2012, apresentam-se vários desafios, dos quais importa realçar: (i) a contenção da crise da dívida soberana nos países periféricos da Europa; (ii) o equilíbrio entre a consolidação fiscal a médio prazo e o apoio ao crescimento nos EUA e (iii) a contenção da volatilidade dos mercados financeiros.

MOÇAMBIQUE

PRODUÇÃO E PREÇOS

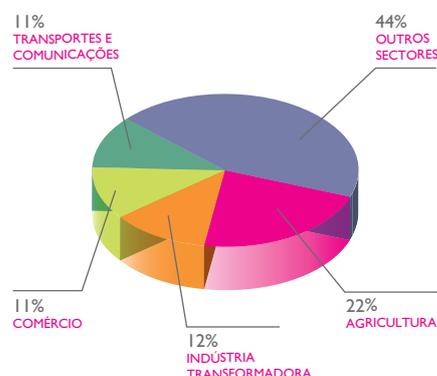
Estima-se que o PIB, em 2011, terá registado uma taxa de crescimento real na ordem de 7,5%. Este crescimento reflecte a intensidade das actividades de um conjunto de megaprojectos no sector mineiro, acompanhados por investimentos nos sectores dos transportes e comunicações, turismo, assim como pelo investimento público. Com efeito, os sinais de recuperação da economia global desde o último trimestre de 2010, assim como a reorientação de exportações tradicionais para os países emergentes da Ásia e o Brasil, implicaram maior dinamismo do sector

das exportações, criando alicerces mais sólidos na confiança do IDE no sector de extracção, agroprocessamento e turismo. Ao mesmo tempo, o programa de combate à pobreza traduziu-se em investimentos públicos em infra-estruturas básicas relacionadas com a electrificação rural, estradas e abastecimento de água.

No que diz respeito ao crescimento mais recente, e segundo as estimativas preliminares do Instituto Nacional de Estatística (INE), o crescimento do PIB no terceiro trimestre de 2011 foi de 6,7% (a/a)⁽¹⁾, representando uma aceleração da economia em 1,0% em relação ao segundo trimestre (5,7%). Em termos acumulados, o crescimento do primeiro semestre foi de 7,4% (a/a). Os principais *drivers* sectoriais deste crescimento foram os transportes e comunicações, que registaram no semestre uma taxa de 8,5%, seguidos da agricultura e comércio com 7,8% e, com certo destaque, a pesca e a restauração que registaram 6,1%. O sector agrícola continua a ter um grande peso no cômputo geral e no terceiro trimestre representou 22% do PIB, seguido pelo sector da indústria transformadora (12%), comércio e serviços (11%) e transportes e comunicações (11%).

A evolução geral de preços registou uma trajectória decrescente em 2011, reflectindo os efeitos de base em termos homólogos. Os resultados obtidos neste contexto decorrem de medidas de combate à inflação, traduzidas por três ciclos de aperto monetário: as autoridades monetárias aumentaram a taxa de referência de 11,0% para 15,5% e mais tarde para 16,5%⁽²⁾. Estas medidas de contenção da oferta monetária, suplementadas pela decisão de intervir no mercado cambial, surtiram os seus efeitos, tendo a inflação decrescido de 17,4% em Dezembro de 2010 para 6,1% em Dezembro de 2011, ao mesmo tempo que o Metical registou uma apreciação em relação ao Dólar dos EUA e ao Rand da África do Sul. Com o sucesso alcançado, o Banco Central reduziu a taxa de referência⁽³⁾ em dois ciclos, passando de 16,5% para os actuais 15,0%.

CONTRIBUIÇÃO DOS SECTORES NO PIB
(3.º trimestre de 2011)



Fonte: INE.

INDICADORES MACROECONÓMICOS

	'05	'06	'07	'08	'09	'10	'11 E
PIB real (t.v.a.)	6,2%	8%	7,50%	6,80%	6,30%	7,20%	7,50%
Inflação (t.v. média)	6,4%	13%	8,2%	10,3%	3,4%	12,7%	8,4%
Massa monetária (t.v.a.)	22,0%	20,9%	25,0%	26,0%	32,6%	22,8%	8,1% ^(a)
Saldo da BTC (em % do PIB)	-12,0%	-8,9%	-9,2%	-12,2%	-10,5%	-13,4%	-12,4%
Saldo orçamental (em % do PIB)	-5,8%	-2,0%	-5,3%	-2,3%	-5,4%	-6,0%	-7,0%
Tx. câmbio MZN/USD e fim de período	23,06	25,97	23,82	25,50	29,2	32,8	28,0
Var. % da tx. câmbio MZN/USD	22,0%	12,6%	-8,3%	7,1%	14,5%	12,3%	-14,6%
Tx. câmbio MZN/ZAR fim de período	3,62	3,82	3,50	2,72	3,96	5,03	3,40
Var. % tx. câmbio MZN/ZAR	7,1%	11%	-8,4%	-22,3%	45,6%	27,0%	-32,4%

Notas:

E – estimativas, excepto taxa de câmbio (Millennium bim) e inflação (INE).

(a) – Governo/FMI. Até Setembro de 2011, a variação anual era de 3,9%, passando para 13,8% depois do ajustamento do efeito cambial.

CONTAS PÚBLICAS

As receitas totais aumentaram em 40%⁽⁴⁾, o que se deveu a factores que traduzem a continuação dos esforços da Autoridade Tributária de Moçambique, designadamente: (i) cobrança de valores de anos anteriores; (ii) acções de disseminação e educação fiscal que propiciaram o aumento da base tributária; (iii) tributação de não-residentes na transferência de rendimentos para o exterior; (iv) fiscalização de contratos de arrendamento e (v) dinamismo na cobrança do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e tributação nas transacções sobre o comércio externo.

(1) Relação homóloga ano/ano.

(2) A taxa de reservas obrigatórias aumentou no mesmo período de 8,00% para 8,75%.

(3) Facilidade Permanente de Cedência (FPC).

(4) Peso de 31,3% das receitas fiscais, sendo IRPC (35%), imposto sobre bens e serviços (50%), imposto sobre comércio externo (10%) e outros impostos (4,3%).

As despesas totais registaram um incremento homólogo de 36%, impulsionados pelas despesas com o pessoal (24,7%), que reflecte a introdução do subsídio de localização e aumento do efectivo do sector público, encargos com a dívida, no âmbito do pagamento da compensação às gasolinhas e aumento de juros da dívida externa (47,1%), e ainda pelo aumento das despesas de investimento em 35%.

Ressalte-se que o saldo primário foi de 8.571 milhões de Meticals, cerca de 2,3% do PIB, representando um aumento nominal de 35,1%, em termos homólogos no segundo semestre de 2011. O défice global antes de donativos aumentou em 30% (5,7% do PIB) em razão da variação positiva das despesas de investimento em 35%. Na óptica de financiamento do orçamento, as receitas internas cobriram 64,3% das despesas totais, sendo o remanescente financiado por transferências unilaterais (32,8%) e empréstimos externos líquidos (6,3%).

EQUILÍBRIO EXTERNO

Em termos homólogos, no segundo semestre de 2011, a balança de transacções correntes registou um défice de 638 milhões de USD, o que evidencia a deterioração da posição das contas externas em cerca de 26%. Esta situação fundamenta-se na queda do saldo da balança comercial, que, apesar do aumento das exportações (21%), sofreu os efeitos de amortecimento decorrentes da importação de bens energéticos e produtos alimentares, assim como de bens de equipamento associados ao IDE em indústrias de capital intensivo de extracção mineira. Ao mesmo tempo e no mesmo sentido, destaca-se o efeito negativo do aumento de pagamentos de serviços em termos líquidos a não-residentes ⁽⁵⁾.

As transferências unilaterais registaram um aumento na ordem de 57%, reflectindo-se no alívio da redução do défice decorrente da balança comercial e de serviços num total de 659 milhões de USD, sendo 84% destinados à administração central, reflectindo, em parte, fluxos para programas e sectores especiais ⁽⁶⁾. O financiamento do défice corrente foi suportado pela entrada de IDE (642 milhões de USD), o triplo do valor registado no mesmo período de 2010, o que decorre da melhoria dos níveis de confiança e do sentimento em relação ao clima de investimento em África, assim como pelo desembolso de empréstimos externos que se cifraram em 315 milhões de USD no mesmo período ⁽⁷⁾ (uma quebra de 50% em termos homólogos).

BALANÇA DAS TRANSACÇÕES CORRENTES

Milhões de USD

	2010 S1	2011 S1
Exportações de bens	1.074,6	1.299,8
Importações de bens	-1.732,0	-2.105,0
Serviços exportados	316,6	423,9
Serviços importados	-544,4	-882,4
Remuneração de factores recebidos	86,8	111,8
Remunerações de factores pagos	-126,9	-145,1
Transferências do exterior	469,6	720,2
Transferências para o exterior	-50,3	-61,3
Saldo das transacções correntes	-506,0	-638,1

Fonte: Banco de Moçambique.

(5) O défice de serviços aumentou de 228 milhões de USD para 484 milhões de USD.

(6) Saúde, energia, água, transportes e comunicações.

(7) Projectos (Programas) que tiveram maior benefício da Administração Central: abastecimento de água em Maputo, porto da Beira, electrificação rural em várias províncias.

ENQUADRAMENTO DO SECTOR SEGURADOR EM MOÇAMBIQUE

O ano de 2011 foi para a actividade seguradora em Moçambique um ano de profundas mudanças ao nível da sua regulamentação.

Por Decreto-Lei n.º 1/2010 de 31 de Dezembro foi aprovado o Novo Regime Jurídico de Seguros que introduziu, a partir de 2011, significativas alterações à legislação vigente sobre a matéria e que criou ainda a nova entidade de supervisão da actividade – o Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique.

Foi também aprovado pelo Decreto 30/2011 de 11 de Agosto o Regulamento de Acesso ao Exercício da Actividade Seguradora e da Respectiva Mediação.

Ao nível da informação contabilística e pelo Diploma Ministerial 222/2010 de 17 de Dezembro, foi aprovado o Novo Plano de Contas de base IFRS, para a Actividade Seguradora e Sociedades Gestoras de Fundo de Pensões, que entrou em vigor a 01 de Janeiro de 2011. O mercado segurador em Moçambique continua a mostrar sinais de forte crescimento e uma grande dinâmica competitiva. Com a entrada no mercado de mais uma seguradora nacional, o número de seguradoras a operar no país passou a ser de oito: a Seguradora Internacional de Moçambique; a Emose – Empresa Moçambicana de Seguros; a Global Alliance CGSM Seguros; a Hollard Moçambique Companhia de Seguros – Vida e a Hollard Moçambique Companhia de Seguros – Não-Vida; a MCS Moçambique Companhia de Seguros, a Companhia de Seguros da África Austral e a Real Companhia de Seguros.

Das oito seguradoras a operar no país, a Seguradora Internacional de Moçambique, a Emose e a Global Alliance exploram cumulativamente os ramos de negócios Vida e Não-Vida, sendo que a Hollard-Vida opera somente o ramo Vida e as restantes quatro exploram apenas o ramo Não-Vida.

Além das seguradoras estabelecidas no país, opera também uma Resseguradora do ramo de negócio Não-Vida, a única estabelecida no mercado, denominada MozRE – Moçambique.

O número de corretoras a operar no país tem também registado um crescimento surpreendente o que confirma a competitividade e dinâmica do mercado segurador.

De acordo com a informação divulgada pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique e ainda com os dados publicados pelas seguradoras nacionais relativos ao ano de 2010, constituindo os únicos disponíveis nesta altura, constata-se que a Seguradora Internacional de Moçambique manteve a liderança no sector:

Assim, a Seguradora Internacional de Moçambique continuou líder do mercado em 2010, com uma quota global de 31%, seguida da Emose com 25% e a Global Alliance com 21%. A Seguradora Internacional de Moçambique era ainda líder no ramo de negócio Não-Vida com uma quota de mercado de 25,4% e no Vida com 59,2%.

Em 2010, o sector segurador registou, na sua actividade em Moçambique, um valor de 3.945 milhões de Meticais de prémios de seguro directo, o que se traduz numa taxa de crescimento de 42,2% em relação ao ano anterior:

Em termos da receita processada, os ramos de negócio Reais apresentaram uma taxa de crescimento de 35% e os ramos Vida um forte crescimento de 97%.

PRÉMIO SEGURO DIRECTO – MOÇAMBIQUE

Milhões de MZN

Ramo de Negócio	'10	'09	VAR. %
Vida	636	323	97,0%
Não-Vida	3.309	2.451	34,9%
Total	3.945	2.774	42,2%

Fonte: Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, (ISSM), Novembro 2010.

Em 2010 o ramo de negócio Não-Vida representava 83,9% do volume de prémios totais de seguro directo e o ramo Vida os restantes 16,1%.

É de registar o facto de na composição da carteira do ramo de negócio Não-Vida, o ramo Automóvel, apesar de continuar a ter um peso elevado em relação aos restantes, ter reduzido a sua participação, representando agora 35,2% dos prémios contra os 36,7% do ano anterior. O ramo de negócio que viu crescer o seu peso foi o ramo Vida que representa 16,1% da carteira global do mercado contra os 11,6% do ano anterior.

Indicadores	'10	'09
% Prémios Seguros no PIB	1,26%	1,03%
Prémios <i>per capita</i> (MZN)	171,1	121,2

A taxa de penetração dos Seguros no PIB cresceu ligeiramente face ao ano de 2009 de 1,03% para 1,26% em 2010. O prémio *per capita* cresceu também de 121 Meticais para 171 Meticais, para uma população de 23 milhões de habitantes.

A sinistralidade líquida de resseguro no ramo de negócio Não-Vida foi de 41,7% contra 57,9% do ano de 2009. As taxas de sinistralidade mais elevadas registaram-se no ramo Automóvel com 54,5% e na Responsabilidade Civil Geral com 52,8%.

A Seguradora Internacional de Moçambique registou uma das taxas de sinistralidade mais baixas do mercado segurador nacional com 37,7%.

Os resultados líquidos do sector segurador em 2010 apresentaram um significativo crescimento, registando um valor global de 527,7 milhões de Meticais, continuando todas as seguradoras a operar no mercado a apresentarem resultados positivos, excepto a seguradora Real que teve um desempenho negativo. A Seguradora Internacional de Moçambique contribuiu com 47,8% dos resultados líquidos totais, seguindo-se da Emose com 19,0% a Global Alliance e a Hollard, ambas com 14,0%.

A rentabilidade dos capitais próprios do sector segurador foi de 16,3% em termos globais. A Seguradora Internacional de Moçambique, a Hollard e a Austral obtiveram taxas de retorno do capital acima dos 25% enquanto que as restantes obtiveram taxas de retorno inferiores, sendo a Global Alliance com 22,7%, Emose com 6,4% e a MCS com 1,1%.

No final do exercício de 2010, o mercado segurador moçambicano reportou investimentos no total de 7.148,2 milhões de Meticais, o que significa uma taxa de crescimento de 20,0% face ao ano anterior. Os investimentos representavam 75,9% do total dos activos detidos pelas seguradoras.

Os Edifícios registaram uma diminuição do seu peso em relação ao total dos investimentos, passando de 44,5% em 2009 para cerca de 36,6% em 2010.

As responsabilidades mais importantes no balanço das seguradoras são as provisões técnicas. Em 31 de Dezembro de 2010, as seguradoras tinham constituído 4.070,4 milhões de Meticais de provisões técnicas líquidas de resseguro, valor comparável com 7.148,2 milhões de Meticais de investimentos em activos representativos das provisões técnicas, o que corresponde a uma cobertura de 175,6%. Constatamos também que todas as seguradoras possuem activos que cobrem as suas provisões técnicas.



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DE 2011

Num ambiente de grande competitividade, a Seguradora Internacional de Moçambique, mantendo uma gestão prudente e responsável, registou, em 2011, uma evolução positiva da receita processada, atingindo um montante de 1.346 milhões de Meticais, o que representa um crescimento de 11% face a 2010.

Para este aumento, o ramo de negócio Não-Vida contribuiu com um crescimento de 15% em relação ao ano anterior; como resultado da entrada de novos negócios em carteira, nos ramos de Automóveis, Diversos, Incêndio e Acidentes de Trabalho, para citar os mais expressivos.

A estratégia comercial seguida em 2011 foi no sentido de reforçar e dinamizar as acções comerciais junto dos balcões da Seguradora, e que foi bem sucedida pois, não só crescemos com rentabilidade nesta rede, como pudemos abrir dois novos balcões, em Tete e Matola, pólos importantes de desenvolvimento económico-social.

Reforçamos também as relações com as principais correctoras no mercado, uma rede que tem vindo a crescer quer em termos de número de empresas quer em termos de volume de negócios.

Garantimos, por outro lado, o acompanhamento muito de perto do processo de venda de seguros em *cross-selling*, maximizando as vantagens competitivas e comparativas das sinergias do Grupo, onde demos grande ênfase à formação dos Colaboradores de todos os balcões do Millenium bim.

Foi na base desta estratégia e num contexto favorável de desenvolvimento económico do país que o resultado líquido da Seguradora Internacional de Moçambique registou um crescimento de 59,5% face ao ano anterior; atingindo um valor 396 milhões de Meticais.

As cobranças líquidas no período cresceram a uma taxa de 9,0%, numa conjuntura de notáveis dificuldades. Importa no entanto referir que, apesar de todas as dificuldades de cobrança verificadas, o prazo médio de cobrança situou-se em 22 dias.

Ao nível dos sistemas de informação registamos com grande satisfação a conclusão da parametrização e migração de todos os produtos tanto ramo Vida como Não-Vida e das respectivas carteiras para a Plataforma GIS, que incluiu a sua interligação contabilística, o processo de cobranças e pagamentos e ainda a gestão do imobilizado.

Em 2011, foi dado um grande enfoque ao reajustamento dos processos de trabalho, que implicou a actualização e introdução de novos regulamentos e normativos internos, procurando assim estabelecer e regulamentar sistemas adequados de controlo interno e redefinir o funcionamento das diversas áreas da Companhia.

Paralelamente, foi dada especial atenção à componente formação dos Colaboradores, onde promovemos ciclos de formação interna em seguros do nível básico nos balcões da Rede IMPAR.

Com o apoio dos nossos parceiros internacionais garantimos a participação de Colaboradores num curso técnico de seguros à distância na língua inglesa e, quer no país quer no exterior; promovemos a participação dos nossos quadros em cursos técnicos de engenharia e de resseguro.

Ainda no exercício em análise, decorrente da introdução de novos instrumentos da regulação da actividade seguradora, a Seguradora internacional de Moçambique em conjunto com outra seguradora nacional, promoveram um seminário sobre o novo regime jurídico de seguros onde participaram, além das seguradoras, algumas corretoras locais.

Com o apoio de Consultores Externos, esta Seguradora também levou a cabo uma formação para os seus Colaboradores, no âmbito da aplicação do novo Plano de Contas de Base IFRS, cuja implementação decorreu com enorme sucesso.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



(*) Com Millennium bim.

ANÁLISE FINANCEIRA

Em 2011, o montante global dos prémios de seguro directo atingiu a cifra de 1.346 milhões de Meticaís, valor que compara favoravelmente com os 1.218 milhões de Meticaís do exercício anterior; representando um crescimento de 10,5%. Para esta evolução o ramo de negócio Não-Vida contribuiu com 964 milhões de Meticaís e o ramo Vida com 382 milhões de Meticaís.

PRÉMIO SEGURO DIRECTO

Milhares de MZN

Negócio	'11	'10	VAR. % '11/'10
Vida	381.543	376.468	1,3%
Não-Vida	964.199	841.637	14,6%
Total	1.345.742	1.218.105	10,5%

RAMO DE NEGÓCIO VIDA

PRÉMIOS DE SEGURO DIRECTO

Relativamente ao negócio Vida registámos uma taxa de crescimento de 1,3%. Este ligeiro incremento é justificado pelo facto de, em Dezembro de 2010, se ter verificado uma insuficiência menor na avaliação actuarial e que não foi contrariada pelo nível de crescimento salarial em 2011.

O ramo Vida Risco apresenta uma taxa de crescimento de 1,6%, que resulta do impacto de seguros relacionados com os créditos bancários que apresentaram um abrandamento em 2011 e que se justifica pelos constrangimentos sentidos ao nível de todo o sector bancário em Moçambique.

Milhares de MZN

Ramo	'11	'10	VAR. % '11/'10
Vida Risco	154.164	151.734	1,6%
Vida Capitalização	80.593	82.889	-2,8%
Vida Rendas	146.786	141.845	3,5%
Total	381.543	376.468	1,3%

ANÁLISE TÉCNICA

A margem técnica do ramo de negócio Vida, antes da imputação de custos administrativos, situou-se nos 112 milhões de Meticaís em 2011, evidenciando um crescimento de 41,2% relativamente aos 79 milhões de Meticaís verificados no período homólogo, representando 29,3% dos prémios processados.

MARGEM TÉCNICA

Milhares de MZN

Ramo	'11	'10	VAR. % '11/'10
Vida Risco	90.686	63.580	42,6%
Vida Capitalização	8.074	2.297	251,5%
Vida Rendas	13.060	13.300	-1,8%
Total	111.820	79.177	41,2%

O ramo Vida Risco contribuiu com 40,4% para o volume total de prémios do ramo de negócio Vida e representou 81,1% da sua margem técnica.

A rentabilidade técnica do ramo Vida Risco, apresentou uma variação positiva face a 2010, passando de 41,9% para 58,8% em Dezembro de 2011, justificada pelo aumento dos rendimentos das reservas técnicas e da manutenção dos custos técnicos.

RAMO DE NEGÓCIO NÃO-VIDA

PRÉMIOS DE SEGURO DIRECTO

No ramo de negócio Não-Vida, o volume de prémios de seguro directo registou em 2011 um crescimento de 14,6% face a 2010 atingindo a cifra de 964 milhões de Meticais. Para este aumento, contribuíram os ramos Automóvel, Diversos, Incêndio e Acidentes de Trabalho.

O ramo Incêndio, registou um elevado crescimento na ordem dos 82%, justificado pela emissão de seguros de grande dimensão.

Por outro lado, o ramo Diversos apresentou uma taxa de crescimento de 63,4%, justificado pelos seguros associados à reabilitação de estradas, construção da nova ponte sobre o Zambeze e seguros de embarcações.

Destacamos ainda o crescimento da carteira de Acidentes de Trabalho com uma taxa de crescimento de 23,1% face ao período homólogo de 2010 devido à contratação de novos seguros e à actualização atempada das folhas de férias.

A aposta na dinamização dos balcões da Seguradora que culminou com a abertura de dois novos balcões, permitiram um crescimento da carteira nesta rede em 14,9% face ao ano anterior, contribuindo também para o aumento da receita processada.

PRÉMIOS DE SEGURO DIRECTO NÃO-VIDA

Milhares de MZN

Ramos	'11	'10	VAR. % '11/'10
Acidentes de Trabalho	79.628	64.693	23,1%
Acidentes Pessoais e Doença	185.709	210.375	-11,7%
Incêndio e Elementos da Natureza	143.437	78.790	82,0%
Automóvel	383.411	363.067	5,6%
Marítimo	11.831	14.761	-19,9%
Aéreo	2.057	3.152	-34,7%
Transportes	22.142	18.700	18,4%
Responsabilidade Civil Geral	21.515	18.054	19,2%
Diversos	114.469	70.045	63,4%
Total	964.199	841.637	14,6%

ANÁLISE TÉCNICA

Os custos com sinistros de seguros directo Não-Vida ascenderam a 223 milhões de Meticais, uma redução de cerca de 15 milhões de Meticais (6,2%) em relação a 2010.

A taxa de sinistralidade Não-Vida antes de imputação de custos administrativos, situou-se em 23,1%, um decréscimo de 5,1 pontos percentuais relativamente a 2010 que é explicado pela redução da provisão para sinistros nos ramos patrimoniais.

A margem técnica antes da imputação de custos administrativos ascendeu a 582 milhões de Meticais o que representa um crescimento de 23,5% face a 2010. Contribuiu para esta evolução positiva o crescimento da receita, a melhor rentabilidade dos investimentos, a redução das provisões para prémios não adquiridos (PPNAS) do directo e a redução das indemnizações líquidas de resseguro.

O rácio combinado do ramo de negócio Não-Vida, após imputação de custos administrativos, fixou-se em 60,7%, uma melhoria de 7,6 pontos percentuais face a 2010. Essa evolução positiva resulta da redução do rácio de sinistralidade líquido de resseguro em 5,4 pontos percentuais e da redução do rácio das despesas gerais em 2,2 pontos percentuais.

TAXAS DE SINISTRALIDADE NÃO-VIDA

Ramos	'11	'10	VAR. % '11/'10
Acidentes de Trabalho	17,5%	23,6%	-6,1 p.p.
Acidentes Pessoais e Doença	13,0%	13,4%	-0,4 p.p.
Incêndio e Elementos da Natureza	38,2%	0,8%	37,4 p.p.
Automóvel	42,8%	45,4%	-2,5 p.p.
Marítimo	-22,0%	18,5%	-40,6 p.p.
Aéreo	-2,6%	1,1%	-3,7 p.p.
Transportes	0,6%	-3,6%	4,2 p.p.
Responsabilidade Civil Geral	-4,8%	7,3%	-12,1 p.p.
Diversos	-26,7%	36,3%	-63,0 p.p.
Total	23,1%	28,3%	-5,1 p.p.

CUSTOS ADMINISTRATIVOS

Os custos administrativos apresentaram um crescimento de 5.9%, situando-se em 187 milhões de Meticais, o que corresponde a 13.9% dos prémios brutos emitidos.

Milhares de MZN

Custos Administrativos	'11	'10	VAR. % '11/'10
Despesas com pessoal	115.769	110.649	4,6%
Fornecimentos e serviços externos	66.458	68.965	-3,6%
Outros custos administrativos	4.395	2.562	71,5%
Total	186.622	182.176	2,4 %

Os custos administrativos registaram um aumento de cerca de 2,4 % e que corresponde a 4,4 milhões de Meticais, um crescimento controlado se tivermos em conta a evolução dos preços no mercado e os ajustamentos efectuados ao nível da massa salarial.

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido cresceu 59,5% correspondendo a 396 milhões de Meticais. Contribuíram para este crescimento a evolução positiva do negócio, particularmente ao nível da rentabilidade dos investimentos, o crescimento da receita, o rigor no controlo dos custos administrativos e ainda uma taxa de sinistralidade controlada.

NOVA PONTE SOBRE O RIO ZAMBEZE



EDIFÍCIO PARA HABITAÇÃO, COM 14 ANDARES, EM MAPUTO



NOVO HOTEL EM TETE



HOSPITAL PRIVADO DE MAPUTO





RESSEGURO

Uma sequência de tremores de terra devastadores e um elevado número de catástrofes relacionadas com as alterações climáticas, fizeram de 2011 o ano com custos mais elevados de sempre, em termos de perdas por catástrofes naturais.

As perdas económicas globais foram aproximadamente, dois terços mais elevadas do que em 2005, o ano recorde anterior onde as perdas registadas foram de cerca de 220 biliões de Dólares.

Só os tremores de terra de magnitude 6.3, em Christchurch, na Nova Zelândia, em Fevereiro de 2011 e em Tohoku, no Japão, em Março do mesmo ano, representaram quase dois terços dessas perdas.

As perdas seguras, de cerca de 105 biliões de Dólares também ultrapassaram o registo de 2005 que se situaram em 101 biliões de Dólares.

De acordo com os resultados divulgados por resseguradoras internacionais, uma sequência de catástrofes naturais severas como as dos últimos anos é uma ocorrência muito rara. No entanto, os mercados internacionais de seguro e resseguro estão preparados para situações extremas como esta.

Cobrir perdas extremas é também tarefa da indústria de seguros, além de ajudar a sociedade a lidar com eventos dessa natureza.

Outro evento de grande dimensão foi as inundações na Tailândia e ainda os tornados violentos nos EUA.

MAIORES CATÁSTROFES NATURAIS REGISTADAS EM 2011 A NÍVEL MUNDIAL

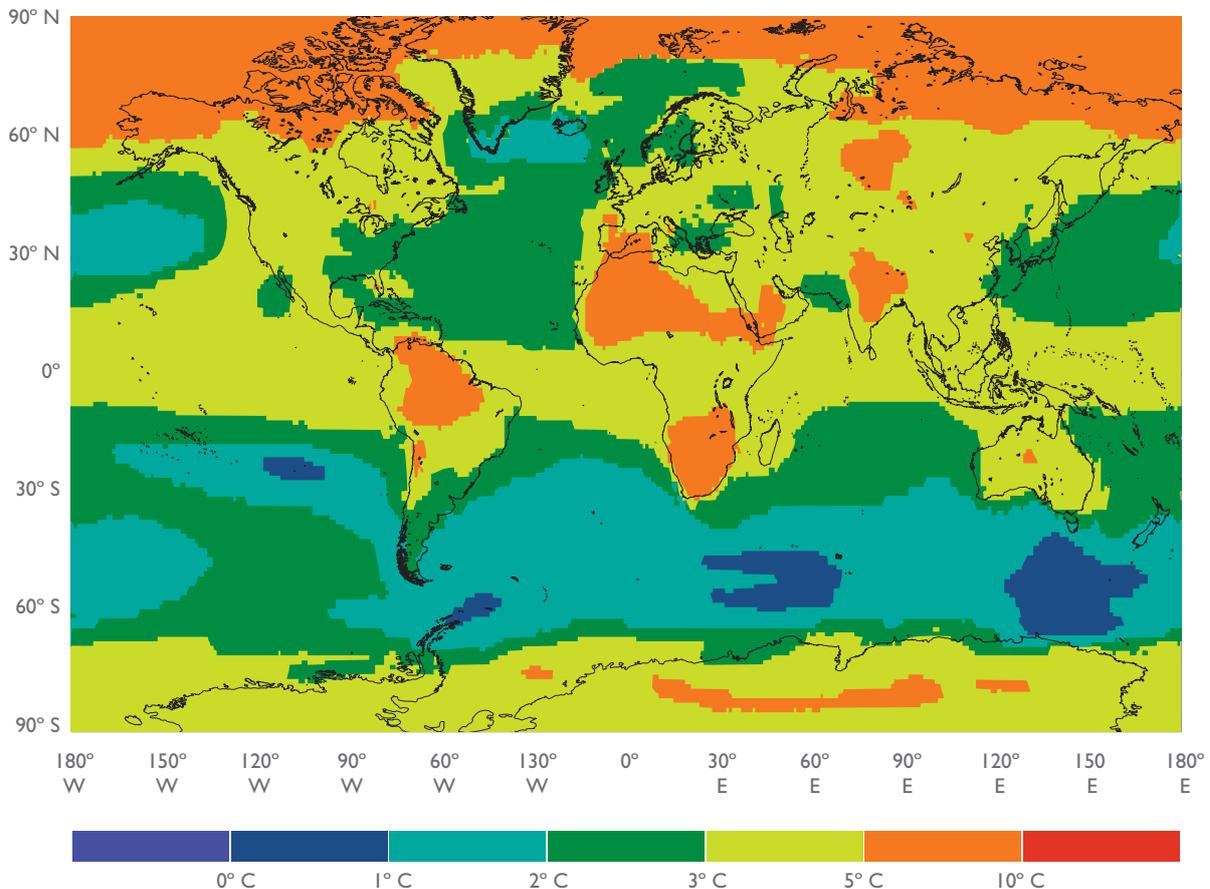
Data	País/Região	Evento	Perdas Humanas	Perdas Económicas (US\$m)	Perdas com seguros (US\$m)
11 Março	Japão	Tremor de Terra, tsunami	15.840	210.000	35.000 40.000
1 Agosto a 15 Novembro	Tailândia	Inundações e desligamento de terra	813	40.000	10.000
22 Fevereiro	Nova Zelândia	Tremor de Terra	181	16.000	13.000
22-28 Abril	EUA	Tempestades e tornados severos	350	15.000	7.300
22 Agosto a 2 Setembro	EUA, Caribe	Furacão Irene	55	15.000	7.000

Moçambique está particularmente exposto ao risco de desastres naturais resultantes de eventos climáticos. Significa isto que, muitas das realizações resultantes do desenvolvimento económico de Moçambique ao longo dos últimos 20 anos, poderão estar em risco e podem ser destruídas neste século se as ameaças ao ambiente e os efeitos das mudanças climáticas não forem eficazmente tratadas.

Ao nível das organizações supranacionais, Moçambique é classificado como um dos países mais vulneráveis em relação aos desastres naturais e aos efeitos das mudanças climáticas

MUDANÇA PREVISTA NA TEMPERATURA MÉDIA DO AR NA SUPERFÍCIE

Período: 1960-1990 até 2070-2100



A política de resseguro da Seguradora Internacional de Moçambique, no ano de 2011, não registou grandes alterações, continuando a manter os critérios de prudência na gestão de risco, procurando garantir a colocação do resseguro em parceiros de reputação internacional e com notação de *rating* elevada quer ao nível dos tratados quer na negociação em facultativo para os riscos de grande dimensão e complexidade.

Para 2012, a Seguradora negociou a renovação do programa de resseguro introduzindo alterações que permitem aumentar a capacidade de subscrição em todas as classes de risco e uma maior retenção do risco. A solidez dos nossos capitais próprios, níveis de solvência e liquidez permitirá assim oferecer maior capacidade e flexibilidade na negociação como os nossos Clientes, aumentando, desta forma, a nossa competitividade no mercado nacional.

Companhia	Rating S&P
Munich Re (<i>leader</i>)	AA
Munich Reinsurance Company of Africa Ltd. (<i>leader</i>)	A+
Munich Mauritius Reinsurance Co. Ltd. (<i>leader</i>)	A+
Hannover Re	AA-
Hannover Re Africa Ltd	A
African Re	A-
Swiss Re	A+

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos da Seguradora Internacional de Moçambique, a 31 de Dezembro de 2011, ascendia a 4.366 milhões de Meticais, apresentando uma taxa de crescimento de 27,0% face ao ano anterior:

A taxa de rentabilidade média obtida cifrou-se nos 13,9% contra 11,5% do ano anterior. Esta melhoria deveu-se fundamentalmente à melhoria das taxas de juro verificadas até ao terceiro trimestre de 2011.

O crescimento dos investimentos é justificado pela reavaliação dos imóveis, da evolução positiva das cobranças, que cresceram 9% face ao ano anterior; e ainda da gestão criteriosa dos fluxos financeiros.

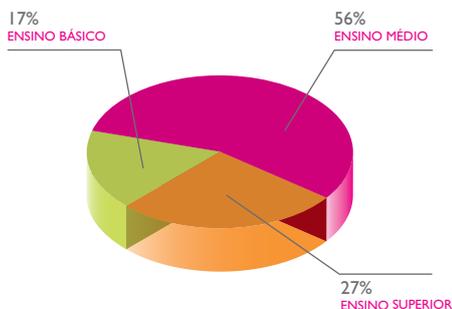
A grande alteração verificada no valor dos imóveis tem que ver com a reavaliação efectuada aos mesmos no final do ano, onde o impacto positivo registado foi na ordem dos 607,7 milhões de Meticais, o que fez crescer significativamente os nossos investimentos.

Milhares de MZN

Carteira de Investimentos	'11	%	'10	%
Disponíveis para venda				
Dívida pública curto prazo	1.593.994	62,5%	1.304.068	55,9%
Dívida pública longo prazo	187.716	7,4%	422.184	18,1%
Obrigações	550.968	21,6%	389.051	16,7%
Acções	217.979	8,5%	217.323	9,3%
Subtotal	2.550.657	100,0%	2.332.626	100,0%
Outros				
Terrenos e Edifícios	1.377.142		769.486	
Depósitos a prazo	437.869		334.366	
Subtotal	1.815.011		1.103.852	
Total	4.365.668		3.436.478	

OS COLABORADORES

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS DOS COLABORADORES



A gestão de pessoas ao nível do Grupo Millennium bim, onde a Seguradora Internacional de Moçambique está inserida, tem estado a merecer uma atenção muito especial por parte do Grupo, pela importância que ela encerra para o Grupo.

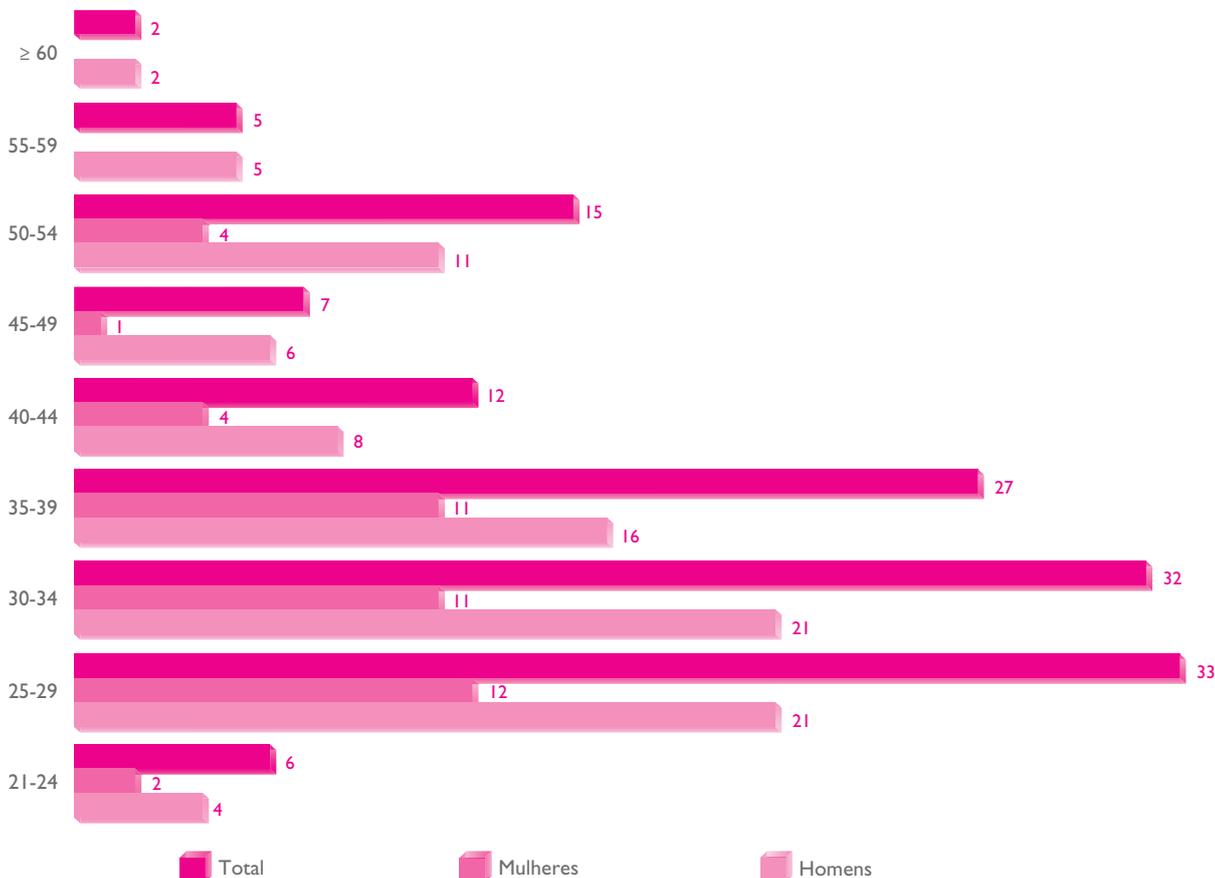
É assim que várias acções foram levadas a cabo em 2011, nomeadamente na área de formação, avaliação de desempenho e na melhoria de qualidade dos serviços, onde se privilegia o conhecimento, a competência, a responsabilidade, o mérito, a valorização e o reconhecimento.

A gestão dos Colaboradores é da responsabilidade da hierarquia directa. Todas as chefias são directamente responsáveis, designadamente, pela formação, atribuição de funções, aconselhamento e avaliação do desempenho e pelas decisões que suportam a evolução da carreira e a remuneração dos Colaboradores a que elas reportam.

A todos os Colaboradores é disponibilizada formação adequada ao eficaz desempenho das suas funções, promovendo-se, simultaneamente, uma consciência e uma postura através das quais os próprios Colaboradores deverão assumir, também, a responsabilidade pela sua formação, nomeadamente adoptando uma atitude de aprendizagem contínua.

A Seguradora Internacional de Moçambique concluiu o exercício de 2011 com 147 Colaboradores, com uma idade média de 37 anos, sendo 67,2% homens e 32,8% mulheres.

DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES POR IDADE E GÉNERO



PERSPECTIVAS PARA 2012

Projectamos para 2012 um crescimento da receita em 9% e do resultado líquido em 20%.

Continuaremos a apostar e a dinamizar o crescimento das actividades da nossa rede de balcões, avaliando novas necessidades nos principais pólos de desenvolvimento do país, assegurando elevados níveis de serviço.

Reforçaremos as nossas relações comerciais com as corretoras, garantindo respostas pontuais às suas solicitações, procurando ir ao encontro das necessidades e exigências dos Clientes comuns, mas sempre atentos aos níveis de risco e rentabilidade.

Iremos dedicar particular atenção à automatização dos processos técnicos e contabilístico e tratamento de informação de gestão, utilizando as facilidades que o novo sistema GIS permite e, ainda, com o desenvolvimento de novos aplicativos paralelos, numa perspectiva da, cada vez, maior competitividade no mercado segurador moçambicano.

Os processos de gestão e de controlo interno merecerão uma contínua e redobrada atenção, que irá implicar a elaboração e alteração de normativos e procedimentos internos que permitam garantir uma melhor qualidade de informação, antecipando eventuais situações de fraudes, erros e omissões no processamento de dados.

A adaptação da documentação técnica, comercial e financeira, à luz do Novo Regime Jurídico dos Seguros e respectiva regulamentação será também uma prioridade da Seguradora para 2012.

Iremos proceder à reestruturação e reorganização das áreas técnicas e de gestão de informação, que justificará o seu reforço com Colaboradores com formação e experiência profissional adequada, factor chave para o sucesso na implementação das medidas preconizadas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido de impostos da Seguradora Internacional de Moçambique, no exercício findo a 31 de Dezembro de 2011, foi de 396.053.660,21 Meticais.

Nos termos da alínea a) do artigo 36.º do Decreto-Lei 1/2010 que regula a actividade seguradora, o Conselho de Administração da Seguradora Internacional propõe que ao resultado líquido do exercício de 2011 seja dada a seguinte aplicação:

		Meticais
	%	
Reservas livres	38,8%	153.665.816,21
Dividendos	58,2%	230.498.724,00
Resultados transitados	3,0%	11.889.120,00

A Reserva Legal da Seguradora Internacional de Moçambique já atingiu o valor igual ao capital social mínimo exigível às seguradoras nos termos do número 1 do artigo 36 alínea a) do Decreto-Lei 1/2010 de 31 de Dezembro.

Em 2011, foi contabilizada uma Mais Valia Potencial como resultado da reavaliação dos imóveis afectos ao ramo Vida Risco sem participação nos resultados, que à luz das IFRS, geraram um resultado líquido positivo no valor de 11.889.120,00 Meticais, cujo valor mantemos em resultados transitados.

REFERÊNCIAS

Gostaria o Conselho de Administração de manifestar o seu agradecimento a todas as entidades que apoiaram a nossa empresa no desenvolvimento da sua actividade ao longo do exercício em análise, designadamente:

- Ao Ministério das Finanças e o Instituto de Supervisão dos Seguros de Moçambique, pelo especial acompanhamento do Sector e pela atenção dada às diversas questões apresentadas;
- Aos nossos Clientes, pela preferência com que têm distinguido a Seguradora e pelo estímulo permanente no sentido da melhoria da qualidade de serviço;
- Aos Resseguradores, Corretores e Agentes pelo suporte contínuo e pela confiança com que honram a Seguradora;
- Aos Senhores Accionistas, pelo apoio, confiança e interesse sempre manifestados no acompanhamento regular da evolução do negócio.
- À Mesa da Assembleia Geral e ao Conselho Fiscal, pelo interesse, disponibilidade e empenho sempre presentes no acompanhamento e controlo da actividade da Seguradora;

Finalmente gostaríamos de agradecer a todos os nossos Colaboradores que, com profissionalismo, dedicação, competência, continuam a ser incedíveis nos esforços para merecermos a confiança dos nossos Clientes, para continuarmos a ser os primeiros e pela contribuição decisiva para os resultados conseguidos.

Maputo, 20 de Fevereiro de 2012

O Conselho de Administração

Mário Fernandes da Graça Machungo, Presidente
Rui Manuel Teles Raposo Pinho de Oliveira, Administrador
João Manuel Rodrigues T. da Cunha Martins, Administrador
Rui Jorge Lourenço Fernandes, Administrador
Inocêncio Matavel, Administrador



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para o ano findo em 31 de Dezembro de 2011

34	Contas de Ganhos e Perdas
36	Demonstrações de Rendimento Integral
37	Balanço
40	Demonstração de Variações do Capital Próprio
42	Demonstração dos Fluxos de Caixa

SEGURADORA INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

CONTAS DE GANHOS E PERDAS

para o ano findo em 31 de Dezembro de 2011

MZN

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2011			Total	Exercício 2010
		Conta técnica ramo Vida	Conta técnica ramos Não-Vida	Conta não técnica		
3 i); 6	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	358.280.080	696.432.723	0	1.054.712.803	982.005.484
	Prémios brutos emitidos	381.543.308	964.199.018	0	1.345.742.326	1.218.105.104
	Prémios de resseguro cedido	-23.263.227	-225.535.088	0	-248.798.315	-152.052.899
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	0	-64.671.654	0	-64.671.654	-95.484.006
	Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	0	22.440.447	0	22.440.447	11.437.285
	Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	0	0	0	0	0
7	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-226.213.312	-228.843.464	0	-455.056.775	-390.294.589
	Montantes pagos	-222.795.329	-202.171.078	0	-424.966.407	-355.794.250
	Montantes brutos	-228.090.159	-245.453.488	0	-473.543.647	-359.462.103
	Parte dos resseguradores	5.294.830	43.282.410	0	48.577.240	3.667.854
	Provisão para sinistros (variação)	-3.417.983	-26.672.386	0	-30.090.368	-34.500.340
	Montante bruto	-3.490.549	5.306.507	0	1.815.957	-37.691.739
	Parte dos resseguradores	72.566	-31.978.892	0	-31.906.326	3.191.400
8	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	0	-294.079	0	-294.079	-491.323
9	Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro	-120.703.762	0	0	-120.703.762	-189.771.458
	Montante bruto	-120.983.371	0	0	-120.983.371	-189.700.712
	Parte dos resseguradores	279.609	0	0	279.609	-70.746
10	Participação nos resultados, líquida de resseguro	-733.981.970	-27.881.455	0	-761.863.425	-111.638.875
3 i); 11	Custos de exploração, líquidos	-63.932.624	-164.444.567	0	-228.377.191	-226.564.820
	Custos de aquisição	-29.501.553	-74.784.108	0	-104.285.661	-101.321.963
	Custos de aquisição diferidos (variação)	0	4.881.088	0	4.881.088	837.548
	Custos administrativos	-44.740.613	-117.726.677	0	-162.467.291	-157.981.409
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	10.309.543	23.185.130	0	33.494.673	31.901.004
3 e); 12	Rendimentos	240.918.464	180.934.884	35.982.866	457.836.215	305.580.988
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	147.907.142	179.997.207	35.982.866	363.887.215	211.968.826
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Outros	93.011.322	937.677		93.949.000	93.612.162

continua

SEGURADORA INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

CONTAS DE GANHOS E PERDAS

para o ano findo em 31 de Dezembro de 2011

continuação

MZN

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2011			Total	Exercício 2010
		Conta técnica ramo Vida	Conta técnica ramos Não-Vida	Conta não técnica		
13	Custos financeiros	0	-3.321.101	0	-3.321.101	-1.808.800
	De juros de activos não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Outros	0	-3.321.101	0	-3.321.101	-1.808.800
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	De activos disponíveis para venda	0	0	0	0	0
	De empréstimos e contas a receber	0	0	0	0	0
	De investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	0	0
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	0	0	0	0	0
	De outros	0	0	0	0	0
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
14	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação	3.538.658	0	0	3.538.658	953.010
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
15	Diferença de câmbios	-6.202.738	-1.379.215	-2.077.161	-9.659.114	-1.555.988
16	Ganhos líquidos de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para a venda e unidades operacionais descontinuadas	607.283.080	0	0	607.283.080	0
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0	0	0	0	0
	De activos disponíveis para venda	0	0	0	0	0
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	0	0	0	0	0
	De investimentos a deter até à maturidade de outros	0	0	0	0	0
	Outros rendimentos /gastos técnicos, líquidas de resseguro	3.001	19.805	0	22.805	0
17	Outras provisões (variação)	500.855	-3.318.593	0	-2.817.738	-4.062.227
18	Outros rendimentos/gastos	0	0	2.734.637	2.734.637	4.165.141
	Godwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Ganhos e perdas de associados e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	0	0	0	0	0
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	0	0	0	0	0
	Resultado antes de imposto	59.489.733	447.904.939	36.640.342	544.035.014	366.516.543
3 m); 29	Imposto sobre rendimento do exercício – Impostos correntes	-15.569.831	-117.227.022	-9.589.620	-142.386.474	-118.220.007
3 m); 29	Impostos sobre rendimento do exercício – Impostos diferidos	-5.594.880	0	0	-5.594.880	0
34	Resultado líquido do exercício	38.325.022	330.677.916	27.050.722	396.053.660	248.296.535

SEGURADORA INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RENDIMENTO INTEGRAL

para o ano findo em 31 de Dezembro de 2011

MZN

Notas do anexo	Demonstração de Rendimento Integral	Exercício 2011				Exercício 2010			
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total
34	Resultado líquido do exercício	38.325.022	330.677.916	27.050.722	396.053.660	23.161.753	223.764.971	1.369.811	248.296.535
	Outro rendimento integral do exercício	-94.312	169.607	-	75.295	-10.548	288.209	-	277.662
22, 34	Activos financeiros disponíveis para venda	-138.694	249.422	-	110.728	-15.512	423.837	-	408.325
22, 34	Impostos	44.382	-79.815	-	-35.433	4.964	-135.628	-	-130.663
	Total do rendimento integral líquido de impostos	38.230.710	330.847.523	27.050.722	396.128.955	23.151.205	224.053.180	1.369.811	248.574.197

SEGURADORA INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

BALANÇO

para o ano findo em 31 de Dezembro de 2011

MZN

Notas do Anexo	Balanço	Exercício 2011		Exercício 2010
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor líquido
	Activo			
3 a); 20	Caixa e seus equivalentes e depósitos a ordem	87.342.492		87.342.492
3 b); 21	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	211.350.850		211.350.850
	Activos financeiros detidos para negociação	-		-
	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-		-
3 c); 22	Activos disponíveis para venda	2.339.306.356		2.339.306.356
	Empréstimos e contas a receber	385.659.660		385.659.660
3 c); 23	Depósitos junto de empresas cedentes	-		-
	Outros depósitos	385.659.645		385.659.645
	Empréstimos concedidos	-		-
	Contas a receber	-		-
	Outros	15		15
	Investimentos a deter até a maturidade	-		-
	Edifícios	1.377.141.725		1.377.141.725
	Edifícios de uso proprio	-		-
3 f); 24	Edifícios de rendimento	1.377.141.725		1.377.141.725
3 g); 25	Outros activos tangíveis	59.308.018	28.701.794	30.606.224
25	Inventários	1.598.369		1.598.369
	Goodwill	-		-
3 h); 26	Outros activos intangíveis	42.316.830	23.654.706	18.662.124
3 i); 27	Provisões técnicas de resseguro cedido	110.523.092		110.523.092
	Provisão para prémios não adquiridos	47.639.268		47.639.268
	Provisão matemática do ramo Vida	151.266		151.266
	Provisão para sinistros	62.732.558		62.732.558
	Provisão para participação nos resultados	-		-
	Outras provisões técnicas	-		-
	Activos por benefícios pos emprego e outros benefícios de longo prazo	-		-
28	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	109.622.634	20.573.261	89.049.374
	Contas a receber por operações de seguro directo	96.830.830	20.573.261	76.257.569
	Contas a receber por outras operações de resseguro	10.687.645		10.687.645
	Contas a receber por outras operações	2.104.160		2.104.160
3 m); 29	Activos por impostos	2.603.638		2.603.638
	Activos por impostos correntes	96.803		96.803
	Activos por impostos diferidos	2.506.836		2.506.836
30	Acrescimos e diferimentos	195.190.218		195.190.218
	Outros elementos do activo	-		-
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-		-
	Total do activo	4.921.963.881	72.929.761	4.849.034.120
				3.764.385.073

SEGURADORA INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

BALANÇO

para o ano findo em 31 de Dezembro de 2011

MZN

Notas do Anexo	Balanço	Exercício 2011	Exercício 2010
	Passivo		
3 i); 27	Provisões técnicas	3.424.334.767	2.655.232.709
	Provisão para prémios não adquiridos	465.001.029	416.840.300
	Provisão matemática do ramo Vida	1.942.592.101	1.852.570.137
	Provisão para sinistros	323.910.030	335.082.973
	Do ramo Vida	23.055.559	20.065.372
	Do ramo de acidentes de trabalho e doenças profissionais	51.337.894	43.208.770
	De outros ramos	249.516.577	271.808.831
	Provisão para participação nos resultados	689.138.781	47.340.554
	Provisão para desvios de sinistralidade	3.692.825	3.398.746
	Provisões para riscos em curso	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratratados de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-
	Outros passivos financeiros	-	4.417.476
	Passivos subordinados	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradoras	-	-
31	Outros	-	4.417.476
3 l); 32	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	7.115.258	9.268.073
33	Outros credores por operações de seguros em outras operações	76.228.644	71.951.667
	Contas a pagar por operações de seguro directo	34.686.994	22.350.797
	contas a pagar por outras operações de resseguro	17.869.803	9.864.951
	contas a pagar por outras operações	23.671.847	39.735.919
3 m); 29	Passivos por impostos	60.019.445	16.974.458
	Passivos por impostos correntes	41.778.060	4.363.387
	Passivos por impostos diferidos	18.241.385	12.611.071
30	Acréscimos e diferimentos	40.361.336	35.590.856
3 n)	Outras provisões	406.442	406.442
	Outros passivos	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	Total do passivo	3.608.465.892	2.793.841.681

continua

SEGURADORA INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

BALANÇO

para o ano findo em 31 de Dezembro de 2011

continuação

MZN

Notas do Anexo	Balanço	Exercício 2011	Exercício 2010
	Capital próprio		
3 o); 34	Capital	147.500.000	147.500.000
	(acções próprias)	-	-
	Outros instrumentos do capital	-	-
	Reservas de reavaliação	2.054.271	1.943.542
34	Por reajustamentos no justo valor de activos financeiros	2.054.271	1.943.542
	Por revalorização de edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de activos intangíveis	-	-
	Por revalorização de outros activos tangíveis	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
34	Reserva por impostos diferidos	-657.367	-621.933
34	Outras reservas	695.617.665	593.730.477
34	Resultados transitados	-	-20.305.230
34	Resultado do exercício	396.053.660	248.296.535
	Total do capital próprio	1.240.568.229	970.543.391
	Total do passivo e do capital próprio	4.849.034.120	3.764.385.073

SEGURADORA INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A. DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

para o ano findo em 31 de Dezembro de 2011

MZN

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Reservas de reavaliação			Outras reservas		
		Capital social	Por reajustamentos no justo valor de activos financeiros	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Prémios de emissão	Outras
	Balanço a 31 de Dezembro 2009	147.500.000	53.977.456	-	94.357.469	8.258.661	295.030.903
	Correcções de erros (IAS 8)						
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)						
39	Alteração de plano de contas		-52.442.239	-491.270			44.366.824
	Balanço de abertura alterado	147.500.000	1.535.217	-491.270	94.357.469	8.258.661	339.397.727
34	Aumento de reservas por aplicação de resultados (1)						151.716.619
	Resultado líquido do período (2)						
	Outro rendimento integral do período (3)	-	408.325	-130.663	-		-
22,34	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		408.325	-130.663			
	Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio						
	Total do rendimento integral do período (4) = (2) + (3)	-	408.325	-130.663	-		-
	Operações com detentores de capital (5)	-	-	-	-		-
	Distribuição de reservas						
34	Distribuição de lucros/prejuízos						
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas (6)						
	Total das variações do capital próprio (1) + (4) + (5) + (6)	-	408.325	-130.663	-	-	151.716.619
	Balanço a 31 de Dezembro 2010	147.500.000	1.943.542	-621.933	94.357.469	8.258.661	491.114.346
	Correcções de erros (IAS 8)						
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)						
	Balanço de abertura alterado	147.500.000	1.943.542	-621.933	94.357.469	8.258.661	491.114.346
34	Aumento de reservas por aplicação de resultados (1)						101.887.188
	Resultado líquido do período (2)						
	Outro rendimento integral do período (3)	-	110.729	-35.434	-	-	-
22,34	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		110.729	-35.434			
	Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio						
	Total do rendimento integral do período (4) = (2) + (3)	-	110.729	-35.434	-	-	-
	Operações com detentores de capital (5)	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de reservas						
34	Distribuição de lucros/prejuízos						
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas (6)						
	Total das variações do capital próprio (1) + (4) + (5) + (6)	-	110.729	-35.434	-	-	101.887.188
	Balanço a 31 de Dezembro 2011	147.500.000	2.054.271	-657.367	94.357.469	8.258.661	593.001.534

MZN

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Resultados transitados	Resultado do exercício	Fundo dotações futuras	Total
	Balanço a 31 de Dezembro de 2009	-	202.288.825	3.601.857	805.015.172
	Correcções de erros (IAS 8)				-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)				-
39	Alteração de plano de contas	-20.305.230	-	-3.601.857	-32.473.772
	Balanço de abertura alterado	-20.305.230	202.288.825	-	772.541.400
34	Aumento de reservas por aplicação de resultados (1)		-151.716.619		-
	Resultado líquido do período (2)		248.296.535		248.296.535
	Outro rendimento integral do período (3)	-	-		277.662
22, 34	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda				277.662
	Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio				-
	Total do rendimento integral do período (4) = (2) + (3)		248.296.535		248.574.197
	Operações com detentores de capital (5)	-	-50.572.206		-50.572.206
	Distribuição de reservas				-
34	Distribuição de lucros/prejuízos		-50.572.206		-50.572.206
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas (6)				-
	Total das variações do capital próprio (1) + (4) + (5) + (6)	-	46.007.710		198.001.991
	Balanço a 31 de Dezembro 2010	-20.305.230	248.296.535	-	970.543.391
	Correcções de erros (IAS 8)				-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)				-
	Balanço de abertura alterado	-20.305.230	248.296.535	-	970.543.390
34	Aumento de reservas por aplicação de resultados (1)	20.305.230	-122.192.420		-
	Resultado líquido do período (2)		396.053.660		396.053.660
	Outro rendimento integral do período (3)	-	-		75.295
22, 34	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda				75.295
	Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio				-
	Total do rendimento integral do período (4) = (2) + (3)	-	396.053.660		396.128.955
	Operações com detentores de capital (5)	-	-126.104.115		-126.104.115
	Distribuição de reservas				-
34	Distribuição de lucros/prejuízos		-126.104.115		-126.104.115
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas (6)				-
	Total das variações do capital próprio (1) + (4) + (5) + (6)	20.305.230	147.757.125		270.024.838
	Balanço a 31 de Dezembro 2011	-	396.053.660		1.240.568.229

SEGURADORA INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

para o ano findo em 31 de Dezembro de 2011

MZN

Demonstração dos Fluxos de Caixa	Exercício 2011	Exercício 2010
Fluxo de caixa de actividades operacionais		
Resultado do exercício	396.053.660	248.296.535
Amortizações	12.761.816	9.837.842
Varição da provisão para sinistros		
de seguro directo e resseguro aceite	-11.172.943	48.902.167
de resseguro cedido	53.188.168	-5.377.935
Varição de outras provisões técnicas		
de seguro directo e resseguro aceite	780.275.001	337.535.147
de resseguro cedido	-13.494.367	-8.763.045
Varição da provisão para recibos por cobrar	2.817.738	4.062.227
Varição da provisão para outros riscos e encargos	-	-1.000.000
(Aumento)/diminuição de devedores:		
por operações de seguro directo e resseguro aceite	-23.090.669	-20.770.178
por operações de resseguro	-7.100.111	-1.429.171
por outras operações	7.367.810	-7.787.231
Aumento/(diminuição) de credores:		
por operações de seguro directo e resseguro aceite	12.336.197	2.079.842
por operações de resseguro cedido	8.004.851	39.554
Estado e outras entidades públicas	43.044.979	-36.701.455
credores diversos	-17.499.184	-5.599.473
Variações em outras contas do activo	-159.134.783	-24.927.047
Variações em outras contas do passivo	1.449.981	21.939.260
Juros e proveitos similares	-234.832.311	-306.559.664
Efeito das diferenças de câmbio	-3.665.455	5.508.473
Mais valias não realizadas de propriedades de investimento	-607.283.080	-
Total	240.027.299	259.285.850
Fluxo de caixa de actividades de investimento		
Aquisições de investimentos (incluindo constituição de depósitos a prazo)	-1.385.842.260	-1.159.668.151
Reembolsos/alienações de investimentos (incluindo reembolso de depósitos a prazo)	1.090.826.392	653.878.102
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	-20.569.464	-17.410.973
Juros e proveitos similares	234.832.311	306.559.664
Total	-80.753.021	-216.641.358
Fluxo de caixa de actividades de financiamento		
Dividendos distribuídos	-126.104.115	-50.572.206
Aumento de capital	-	-
Total	-126.104.115	-50.572.206
Varição líquida em caixa e equivalentes de caixa	33.170.163	-7.927.714
Efeito das diferenças de câmbio	3.665.455	-5.508.473
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	50.506.874	63.943.060
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	87.342.492	50.506.874

SEGURADORA INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para o ano findo em 31 de Dezembro de 2011

NOTA I – INFORMAÇÃO GERAL

A Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. é uma companhia de seguros constituída em Moçambique em 23 de Setembro de 1992, tendo iniciado a sua actividade no referido ano. A Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. tem como objecto social o exercício da actividade seguradora nos ramos de negócio Vida e Não-Vida.

No âmbito do processo de reestruturação do Grupo em Moçambique, durante o exercício de 2001, foi efectuada a fusão por incorporação na Impar – Companhia de Seguros de Moçambique, S.A.R.L. (Sociedade incorporante), da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L. (Sociedade incorporada), lavrada em escritura pública de 27 de Novembro de 2001, tendo a sociedade incorporada sido extinta. A fusão foi efectuada por incorporação, mediante a transferência do património global da sociedade incorporada para a Impar – Companhia de Seguros de Moçambique, S.A.R.L.

Na mesma data, a Companhia alterou a sua denominação social de Impar – Companhia de Seguros de Moçambique, S.A.R.L. para Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L.

A Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L. (doravante designada por SIM ou Seguradora) encontra-se registada em Moçambique, tendo a sua sede na Av. 25 de Setembro n.º 1800, 9.º andar.

ACTIVIDADE EM 2011

O ano de 2011 foi para a Actividade Seguradora em Moçambique um ano de profundas mudanças ao nível da sua regulamentação e foram promulgados:

- Decreto-Lei n.º 1/2010 de 31 de Dezembro do Novo Regime Jurídico de Seguros que introduziu, a partir de 2011, alterações à legislação vigente sobre a matéria e, criou o Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique abreviadamente designado por ISSM;
- Decreto 30/2011 de 11 de Agosto sobre o Regulamento de Acesso ao Exercício da Actividade Seguradora e da Respectiva Mediação;
- Diploma Ministerial 222/2010 de 17 de Dezembro que aprova o Novo Plano de Contas de Base IFRS, para a Actividade Seguradora e Sociedades Gestoras de Fundo de Pensões, que entrou em vigor a 01 de Janeiro de 2011.

O mercado segurador em Moçambique registou a entrada de mais uma seguradora nacional passando a operar com oito seguradoras:

- Seguradora Internacional de Moçambique;
- Emose – Empresa Moçambicana de Seguros;
- Global Alliance CGSM Seguros;
- Hollard Moçambique Companhia de Seguros – Vida;
- Hollard Moçambique Companhia de Seguros – Não-Vida;

- MCS Moçambique Companhia de Seguros;
- Companhia de Seguros da África Austral;
- Real Companhia de Seguros.

Destas seguradoras, a Seguradora Internacional de Moçambique, a Emose e a Global Alliance exploram cumulativamente os ramos de negócio Vida e Não-Vida.

Também opera no mercado uma resseguradora do ramo de negócio Não-Vida, denominada MozRE – Moçambique.

Em 2010, o sector segurador registou, na sua actividade em Moçambique, um valor de 3.945 milhões de Meticais de prémios de seguro directo, o que se traduz numa taxa de crescimento de 42,2% em relação ao ano anterior. Em termos da receita processada, o ramo de negócio Não-Vida apresentou uma taxa de crescimento de 35% e o ramo Vida um crescimento de 97%.

O ramo de negócio Não-Vida representou 83,9% do volume de prémios totais de seguro directo e o ramo Vida os restantes 16,1%.

A taxa de penetração dos seguros na economia nacional é 1,26% do PIB e os prémios per capita de 171,1 Meticais, tendo evoluído dos anteriores 1,03% e 121,1 Meticais respectivamente e para uma população de 23 milhões de habitantes.

A distribuição da quota de mercado da receita processada é assim distribuída:
Seguradora Internacional de Moçambique apresenta uma quota global de 31%, seguida da Emose com 25% e da Global Alliance com 21%.

A sinistralidade líquida de resseguro no ramo de negócio Não-Vida foi de 41,7% contra 57,9% do ano de 2009. As taxas de sinistralidade mais elevadas registaram-se no ramo Automóvel com 54,5% e no ramo de Responsabilidade Civil Geral com 52,8%.

A Seguradora Internacional de Moçambique registou uma das taxas de sinistralidade mais baixas do mercado segurador nacional com 37,7%.

Os resultados líquidos do sector segurador em 2010 apresentaram um significativo crescimento, registando um valor global de 527,7 milhões de Meticais. A Seguradora Internacional de Moçambique contribuiu com 47,8% dos resultados líquidos totais, seguindo-se da Emose com 19,0% a Global Alliance e a Hollard ambas com 14,0%.

No final do exercício de 2010, o mercado segurador moçambicano reportou investimentos no total de 7.148,2 milhões de Meticais, uma taxa de crescimento de 20% face a 2009. Os investimentos representavam 75,9% do total dos activos detidos pelas seguradoras. E no mesmo período as responsabilidades constituídas ascendiam a 4.070,4 milhões de Meticais de provisões técnicas líquidas de resseguro. A cobertura das provisões técnicas pelos investimentos era 175,6%.

A rentabilidade dos capitais próprios do sector segurador foi de 16,3% em termos globais e os resultados líquidos do sector registaram um crescimento de 62% situando-se num valor global de 527,7 milhões de Meticais.

NOTA 2 - BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no “Plano de contas para as entidades habilitadas ao exercício da actividade seguradora”, aprovado pelo Diploma Ministerial n.º 222/2010, de 17 de Dezembro, do Ministério das Finanças, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2011, a Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. adoptou na preparação destas demonstrações financeiras as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC ou IFRS) em vigor, com excepção da IFRS 4 – Contratos de Seguro, em que apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Tal como descrito abaixo, sob o título Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas, a Seguradora adoptou, igualmente, na preparação destas demonstrações financeiras as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC, de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011. Esta adopção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afectando a posição financeira da Seguradora, face a 2010.

As demonstrações financeiras estão expressas em Meticais e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao justo valor; nomeadamente, os activos financeiros e os imóveis de rendimento. Os restantes activos e passivos são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Seguradora efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de Fevereiro de 2012.

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Ocorreram as seguintes emissões, alterações e melhorias nas Normas e Interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011:

- IAS 32 (alteração), "Instrumentos financeiros: Apresentação – classificação de direitos emitidos". Esta alteração refere-se à contabilização de direitos emitidos denominados em moeda diferente da moeda funcional do emitente. Se os direitos forem emitidos *pro-rata* aos accionistas por um montante fixo em qualquer moeda, considera-se que se trata de uma transacção com accionistas a classificar em Capitais próprios. Caso contrário, os direitos deverão ser registados como instrumentos derivados passivos. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Seguradora.
- IFRS 1 (alteração), "Adopção pela primeira vez das IFRS". Esta alteração permite às entidades que adoptem IFRS pela primeira vez, usufruírem do mesmo regime transitório da IFRS 7 – "Instrumentos financeiros – Divulgações", o qual permite a isenção na divulgação dos comparativos para a classificação do justo valor pelos três níveis exigidos pela IFRS 7, desde que o período comparativo termine até 31 de Dezembro de 2009. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Seguradora.
- IAS 24 (alteração), "Partes relacionadas". A alteração à norma elimina os requisitos gerais de divulgação de partes relacionadas para as entidades públicas sendo contudo obrigatória a divulgação da relação da Entidade com o Estado e quaisquer transacções significativas que tenham ocorrido com o Estado ou entidades relacionadas com o Estado. Adicionalmente, a definição de parte relacionada foi alterada para eliminar inconsistências na identificação e divulgação das partes relacionadas. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Seguradora.
- IFRIC 14 (alteração), "IAS 19 - Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas". Esta alteração clarifica que quando é apurado um saldo activo resultante de pagamentos antecipados voluntários por conta de contribuições mínimas futuras, o excesso positivo pode ser reconhecido como um activo. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Seguradora.
- IFRIC 19 (alteração), "Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital". Esta interpretação clarifica qual o tratamento contabilístico a adoptar quando uma entidade renegoceia os termos de uma dívida que resulta no pagamento do passivo através da emissão de instrumentos de capital próprio (acções) ao credor. Um ganho ou uma perda é reconhecido nos resultados do exercício, tomando por base o justo valor dos

instrumentos de capital emitidos e comparando com o valor contabilístico da dívida. A mera reclassificação do valor da dívida para o capital não é permitida. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Seguradora.

MELHORIA ANUAL DAS NORMAS EM 2010, A APLICAR MAIORITARIAMENTE PARA OS EXERCÍCIOS QUE SE INICIEM EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2011

O processo de melhoria anual de 2010 afecta as normas: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13. Estas melhorias foram adoptadas pela Seguradora, quando aplicáveis.

IFRS 1, "Adopção pela primeira vez das IFRS" (efectiva para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011). Esta melhoria clarifica que:

- a) Uma entidade que adopte as IFRS pela primeira vez, e que altere as suas políticas contabilísticas ou a utilização das isenções previstas pela IFRS 1 após a publicação de demonstrações financeiras intercalares deve justificar essas alterações e incluir os respectivos impactos na reconciliação dos saldos iniciais, nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS;
- b) A isenção de utilizar o "custo considerado" resultante de uma revalorização efectuada no âmbito de eventos como uma privatização, ocorrido à data ou antes da data da transição para as IFRS é alargada às revalorizações que ocorrem durante o primeiro período das demonstrações financeiras, reportado em IFRS;
- c) As Entidades sujeitas a regulação podem utilizar os valores contabilísticos dos activos tangíveis e activos intangíveis conforme registados no âmbito do normativo anterior; como "custo considerado", item a item. Na data da transição, as Entidades que utilizam esta isenção são obrigadas a testar cada activo para imparidade conforme previsto na IAS 36 – "Imparidade de activos".

IFRS 3, "Concentrações de actividades empresariais" (efectiva para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2010). Esta melhoria clarifica que:

- a) Pagamentos contingentes resultantes de uma concentração de actividades empresariais ocorridas em data anterior à adopção da IFRS 3 Revista (2008), devem ser contabilizados de acordo com os requisitos da versão anterior da IFRS 3 (2004);
- b) A opção de mensurar os interesses não controlados ao justo valor ou na proporção da percentagem detida sobre o activo líquido da entidade adquirida aplica-se apenas a instrumentos que representem efectiva "propriedade" na entidade e que dão direito a uma proporção nos activos líquidos, em caso de liquidação. Todas as outras componentes dos interesses não controlados são mensuradas ao justo valor excepto se outra base de mensuração seja exigida pelas IFRS;
- c) Os requisitos da IFRS 3 aplicam-se a todas as transacções de pagamentos baseado em acções que são parte de uma concentração de actividades empresariais, incluindo os planos de pagamentos baseados em acções não alterados ou alterados voluntariamente.

IFRS 7, "Instrumentos financeiros: divulgações" (efectiva para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2010). Esta melhoria refere a necessidade de conjugar as divulgações quantitativas e qualitativas, bem como a natureza e extensão dos riscos resultantes dos instrumentos financeiros registados nas demonstrações financeiras preparadas em IFRS.

IAS 1, "Apresentação das demonstrações financeiras" (efectiva para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011). O IASB clarifica que uma entidade pode apresentar a reconciliação das alterações de cada componente do capital próprio na demonstração das alterações ao capital próprio ou nas notas às demonstrações financeiras.

IAS 27, "Demonstrações financeiras separadas e consolidadas" (efectiva para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2010). Esta melhoria clarifica que as alterações efectuadas à IAS 21, IAS 28 e IAS 31 resultantes da revisão efectuada à IAS 27, devem ser aplicadas prospectivamente.

IAS 34, "Relato financeiro intercalar" (efectiva para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011). Maior ênfase nos requisitos de divulgação da IAS 34 relativamente a eventos e transacções, incluindo alterações à mensuração ao justo valor; e à necessidade de actualizar informação relevante relativa ao último relatório anual.

IFRIC 13, "Programas de fidelização de Clientes" (efectiva para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011). Esta melhoria clarifica que quando o justo valor dos "créditos de prémios" é mensurado com base no justo valor dos "prémios" pelos quais podem ser trocados, o justo valor dos "créditos de prémios" deve ter em consideração o impacto da estimativa dos créditos que irão expirar assim como o justo valor dos descontos ou incentivos que teriam de ser oferecidos aos Clientes a quem não foram atribuídos "créditos de prémio" numa venda inicial.

NOVAS NORMAS E ALTERAÇÕES A NORMAS EXISTENTES QUE, APESAR DE JÁ ESTAREM PUBLICADAS, APENAS SÃO DE APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA PERÍODOS ANUAIS QUE SE INICIEM A PARTIR DE 1 DE JULHO DE 2011 OU EM DATA POSTERIOR

- IFRS 1 (alteração), "Adopção pela primeira vez das IFRS" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em/ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração visa incluir uma isenção específica para as entidades que operavam anteriormente em economias hiperinflacionárias, e adoptam pela primeira vez as IFRS. A isenção permite a uma Entidade optar por mensurar determinados activos e passivos ao justo valor e utilizar o justo valor como "custo considerado" na demonstração da posição financeira de abertura para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à substituição das referências a datas específicas por "data da transição para as IFRS" nas excepções à aplicação retrospectiva da IFRS. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Seguradora.
- IFRS 7 (alteração), "Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de activos financeiros" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em/ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efectuar relativamente a activos financeiros transferidos para terceiros mas não desreconhecidos do balanço por a entidade manter obrigações associadas ou envolvimento continuado. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Seguradora.
- IAS 12 (alteração), "Impostos sobre o rendimento" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em/ou após 1 de Janeiro de 2012). Esta alteração requer que uma Entidade mesure os impostos diferidos relacionados com activos dependendo se a Entidade estima recuperar o valor líquido do activo através do uso ou da venda, excepto para as propriedades de investimento mensuradas de acordo com o modelo do justo valor. Esta alteração incorpora na IAS 12 os princípios incluídos na SIC 21. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Seguradora.
- IAS 1 (alteração), "Apresentação de demonstrações financeiras" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012). Esta alteração requer que as Entidades apresentem de forma separada os itens contabilizados como Outros rendimentos integrais, consoante estes possam ser reciclados ou não no futuro por resultados do exercício e o respectivo impacto fiscal, se os itens forem apresentados antes de impostos.
- IFRS 9 (novo), "Instrumentos financeiros – classificação e mensuração" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em/ou após 1 de Janeiro de 2013). A IFRS 9 refere-se à primeira parte da nova norma sobre instrumentos financeiros e prevê duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento financeiro é mensurado ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detém para receber os *cash-flows* contratuais e os *cash-flows* representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos financeiros, são valorizados ao justo valor por via de resultados.
- IFRS 10 (novo), "Demonstrações financeiras consolidadas" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em/ou após 1 de Janeiro de 2013). A IFRS 10 substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídos na IAS 27 e SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio base de que o consolidado apresenta a empresa mãe e as subsidiárias como uma entidade única mantém-se inalterado.
- IFRS 11 (novo), "Acordos conjuntos" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em/ou após 1 de Janeiro de 2013). A IFRS 11 centra-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em vez da forma legal. Acordos conjuntos podem ser Operações conjuntas (direitos sobre activos e obrigações) ou Empreendimentos conjuntos (direitos sobre o activo líquido por aplicação do método da equivalência patrimonial). A consolidação proporcional deixa de ser permitida.

- IFRS 12 (novo), "Divulgação de interesses em outras entidades" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em/ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas e entidades de fim específico, de forma a avaliar a natureza, o risco e os impactos financeiros associados ao interesse da Entidade. Uma Entidade pode efectuar algumas ou todas as divulgações sem que tenha de aplicar a IFRS 12 na sua totalidade ou as IFRS 10 e 11 e as IAS 27 e 28.
- IFRS 13 (novo), "Justo valor: mensuração e divulgação" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em/ou após 1 de Janeiro de 2013). A IFRS 13 tem como objectivo aumentar a consistência, ao estabelecer uma definição precisa de justo valor e constituir a única fonte dos requisitos de mensuração e divulgação do justo valor a aplicar de forma transversal por todas as IFRS.
- IAS 27 (revisão 2011), "Demonstrações financeiras separadas" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em/ou após 1 de Janeiro de 2013). A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS 10 e contém os requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em subsidiárias, e empreendimentos conjuntos e associadas quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas.
- IAS 28 (revisão 2011), "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em/ou após 1 de Janeiro de 2013). A IAS 28 foi revista após a emissão da IFRS 11 e prescreve o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para a aplicação do método da equivalência patrimonial.
- IAS 19 (revisão 2011), "Benefícios aos empregados" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em/ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta revisão introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efectuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvios actuariais passam a ser reconhecidos de imediato e apenas nos "Outros rendimentos integrais" (não é permitido o método do corredor). O custo financeiro dos planos com fundo constituído é calculado na base líquida da responsabilidade não fundeada. Os benefícios de cessação de emprego apenas qualificam como tal se não existir qualquer obrigação do empregado prestar serviço futuro.

Principais políticas contabilísticas adoptadas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras:

A) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

B) INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Seguradora exerce controlo. O controlo normalmente é presumido quando a Seguradora detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Seguradora detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

São classificadas como associadas as empresas sobre as quais a Seguradora exerce influência significativa. Influência significativa é presumida, quando a Seguradora detém poder para participar nas decisões relativas às políticas financeiras e operacionais da empresa, não tendo o controlo dessas políticas.

As participações em filiais e associadas são registadas ao custo de aquisição, uma vez que não estão cotadas, encontrando-se sujeitas a testes de imparidade.

A consolidação de contas é preparada ao nível do accionista BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.

C) ACTIVOS FINANCEIROS

(i) Classificação

A Seguradora classifica os seus activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

■ Activos financeiros detidos para negociação

Aqueles adquiridos com o objectivo principal de gerarem valias no curto prazo.

■ Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria inclui os derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com as variações subsequentes reconhecidas em resultados.

■ Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que (i) a Seguradora tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.

■ Investimentos a deter até à maturidade

São os activos financeiros sobre os quais exista a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os activos da classe têm de ser reclassificados para a classe, disponíveis para venda.

■ Empréstimos concedidos e contas a receber

Inclui activos financeiros, excepto derivados, com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados num mercado activo e cuja finalidade não seja a negociação. Engloba adicionalmente valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro e outras transacções relacionadas com contratos de seguro.

(ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações: os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros detidos para negociação ou ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente registados em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Seguradora ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Seguradora tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Seguradora tenha transferido o controlo sobre os activos.

(iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em ganhos e perdas são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, na parte que pertence ao accionista, até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, o momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. No caso dos produtos com participação nos resultados, as variações do justo valor são reconhecidas inicialmente em reservas (capital próprio) e, posteriormente, transferidas para a conta de participação nos resultados a atribuir (*shadow accounting*).

Ainda relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda, o ajustamento ao valor de balanço compreende a separação entre (i) as amortizações segundo a taxa efectiva, (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira de activos monetários) – ambas por contrapartida de resultados e (iii) as variações no justo valor (excepto risco cambial) – conforme descrito acima.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registados na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid price*). Na ausência de cotação, a Seguradora estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

(iv) Transferências entre categorias de activos financeiros

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 – Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros detidos para negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, empréstimos concedidos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeam às características de cada categoria.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos concedidos e contas a receber e activos financeiros detidos até à maturidade, são também permitidas.

(v) Imparidade

Imparidade de títulos

A Seguradora avalia regularmente, por carteira de títulos, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros apresentam sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os instrumentos de capital cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A Seguradora considera que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objectiva de:

(i) para os títulos de rendimento variável cotados

- 1) O seu justo valor esteja abaixo do custo de aquisição durante 12 meses consecutivos (desvalorização de carácter duradouro);
- 2) Uma desvalorização significativa de 25% ou mais face ao valor de aquisição à data de fecho das contas;
- 3) Deve ser reconhecida imparidade para todos os títulos que tenham sido objecto de imparidade anteriormente, sempre que se verifique uma quebra relativamente ao seu valor de custo, desde a última data de imparidade;
- 4) Adicionalmente, é elaborada uma lista de análise qualitativa baseada em outros indicadores de imparidade, com o objectivo de identificar declínios de valor que não sejam capturados pela aplicação dos limites de imparidade referidos em 1) e 2).

(ii) para os títulos de rendimento fixo e para títulos não cotados

Existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, para os quais não é possível reconhecer qualquer reversão de imparidade. As valorizações subsequentes de acções e outros instrumentos de capital são reconhecidas em reservas.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no activo, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Ajustamentos de recibos de prémios por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos de recibos de prémios por cobrar têm por objectivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. O cálculo destes ajustamentos é efectuado com base nos valores dos prémios por cobrar há mais de 30 dias, aos quais é aplicada uma margem, calculada produto a produto, no caso do ramo de negócio Vida e ramo a ramo no caso do ramo de negócio Não-Vida. Este ajustamento é apresentado no balanço como dedução aos devedores por operações de seguro directo.

Este ajustamento destina-se a reconhecer nos resultados da Seguradora o impacto da potencial não cobrança dos recibos de prémios emitidos.

Os ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos a receber resultantes de operações de seguro directo, de resseguro ou outras, à excepção dos recibos por cobrar; ao seu valor provável de realização, sendo calculados em função da antiguidade dos referidos saldos, tendo por base uma análise económica.

D) OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS – DERIVADOS EMBUTIDOS

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular; sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, nos casos em que o derivado não está intimamente relacionado com o activo base, e na reserva de reavaliação nos restantes casos.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação (inexistência de mercado activo) é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade.

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

E) RECONHECIMENTO DE JUROS E DIVIDENDOS

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu reconhecimento.

F) PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A Seguradora classifica como imóveis de rendimento os imóveis cuja recuperabilidade seja por via da obtenção de rendas ao invés do seu uso continuado, utilizando os critérios de mensuração da IAS 40.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são depreciadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Seguradora venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

O justo valor dos terrenos de rendimento baseia-se numa valorização efectuada por um avaliador independente. Os avaliadores independentes possuem qualificação profissional reconhecida e relevante para a emissão dos relatórios de avaliação.

A situação actual dos imóveis considera a sua idade, estado de conservação e eventuais obras de manutenção/remodelação efectuadas nos mesmos (mesmo se levadas a cabo pelos locatários). O justo valor das propriedades de investimento é considerado como o valor mais provável que as mesmas poderão ter em transacção livre de mercado, entre duas entidades prudentes, supondo um período razoável de exposição de mercado. Para determinação do justo valor o critério utilizado é o critério de comparação de mercado, no qual se compara a propriedade com outras similares que tenham sido objecto de transacção em tempo suficientemente recente para se considerar os valores atingidos válidos em termos de mercado.

Ver adicionalmente a Nota 24.

G) ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Estes bens estão contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição sujeito a depreciação e testes de imparidade. As suas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais reflectem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

	Taxas anuais de depreciação
Equipamento administrativo	10% a 16,7%
Máquinas, aparelhos e ferramentas	12,5% a 16,7%
Equipamento informático	16,70%
Instalações Interiores	12,50%
Material de transporte	25%
Outras imobilizações corpóreas	10% a 33,33%

No reconhecimento inicial dos valores dos outros activos tangíveis, a Seguradora capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correcto de um dado activo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Seguradora opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são capitalizados no activo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Seguradora. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os activos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

H) ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como activos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Os activos intangíveis estão contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição sujeito a amortização e testes de imparidade. As suas amortizações são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais reflectem, de forma razoável, a vida útil estimada dos intangíveis:

	Activos intangíveis gerados internamente	Vida útil finita	Taxa anual
Software	N	S	16,70%

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os activos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da vida útil.

I) CONTRATOS DE SEGURO

A Seguradora emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Seguradora cujo risco é essencialmente financeiro e em que o risco seguro assumido não é significativo, mas que exista uma participação nos resultados atribuída aos segurados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pela Seguradora que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

(i) Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como rendimentos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como gastos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

(ii) Custos de aquisição

Os custos de aquisição correspondem essencialmente à remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e de investimento.

As comissões contratadas são registadas como gastos no momento da emissão dos respectivos prémios ou renovação das respectivas apólices.

(iii) Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efectuada mediante a aplicação do método *pro-rata temporis*, por cada contrato em vigor: Este método é aplicado sobre os prémios brutos emitidos, deduzidos dos respectivos custos de aquisição.

(iv) Provisão matemática do Ramo de Negócio Vida

As provisões matemáticas para o ramo de negócio Vida têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Seguradora, relativamente às apólices emitidas, e são calculadas com base em métodos actuariais reconhecidos.

As provisões matemáticas constituídas para todos os contratos comercializados pela Seguradora correspondem ao valor actuarial estimado do compromisso assumido para com os beneficiários, incluindo as participações nos resultados já distribuídas e após dedução do valor actuarial dos prémios futuros.

As provisões matemáticas foram calculadas individualmente para cada contrato em vigor e segundo um método actuarial prospectivo.

(v) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício.

Esta provisão foi determinada como segue:

- a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da conseqüente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e
- pela provisão, fundamentada em bases estatísticas, sobre o valor dos custos com sinistros do exercício, por forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR).

A reserva matemática do ramo acidentes de trabalho é calculada para as pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho e para as estimativas resultantes de processos cujos sinistrados se encontram em situação de "cura clínica".

(vi) Provisão para participação nos resultados

■ **Provisão para participação nos resultados a atribuir (*shadow accounting*)**

De acordo com o estabelecido na IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos activos afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária, são atribuídos aos tomadores de seguro, na parte estimada da sua participação, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

A estimativa dos montantes a atribuir aos tomadores de seguro sob a forma de participação nos resultados, em cada modalidade ou conjunto de modalidades, é calculada tendo por base um plano adequado aplicado de forma consistente, tendo em consideração o plano de participação nos resultados, a maturidade dos compromissos, os activos afectos e ainda outras variáveis específicas da modalidade ou modalidades em causa.

■ **Provisão para participação nos resultados atribuída**

Corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, a título de participação nos resultados, e que ainda não tenham sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contratos.

(vii) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade deverá ser constituída para o seguro de crédito, caução e para as modalidades de inundações e tempestades, do ramo fenómenos naturais, devendo o seu cálculo estar em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM).

(viii) Provisão para riscos em curso

A provisão para risco em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo ISSM.

(ix) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas através da aplicação dos critérios acima descritos para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

J) PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

L) BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

■ **Complemento de reforma (benefícios pós-emprego)**

A SIM atribui aos seus Colaboradores um complemento de reforma para o qual mantém um seguro, gerido pela própria Seguradora, que cobre as respectivas responsabilidades.

Contudo, para os Colaboradores admitidos antes de 01 de Novembro de 2002, o tempo de serviço do colaborador é considerado a partir desta data, excluindo os Colaboradores oriundos da ex-SIM- Seguradora Internacional de Moçambique, S.A., que beneficiam do complemento de reforma desde a data da sua admissão. Esta situação deve-se ao facto de os Colaboradores terem passado a usufruir deste benefício a partir de 1 de Novembro de 2002, após a revisão do Contrato Colectivo da Seguradora.

No respeitante a estes benefícios de reforma definidos, a Seguradora criou um fundo interno para cobrir as respectivas responsabilidades (provisões matemáticas). Os activos do fundo são constituídos por obrigações estatais e depósitos à ordem.

A avaliação actuarial da obrigação dos benefícios de reforma definidos é efectuada pelo método de crédito da unidade projectada, com base nos pressupostos actuariais e financeiros divulgados na Nota 32 – Benefícios concedidos aos empregados.

■ **Prémio de antiguidade (outros benefícios de longo prazo)**

O prémio de antiguidade é atribuído aos Colaboradores da Seguradora em função dos anos de serviços prestados à Seguradora, sendo pagos 1, 2 e 3 salários quando atingidos 15, 20 e 30 anos de serviço, respectivamente. O valor actual dos prémios de antiguidade é especializado no final de cada exercício.

■ **Bónus de desempenho (benefícios de curto prazo)**

O bónus de desempenho atribuído aos Colaboradores da Seguradora, especializado em cada período, é calculado de acordo com uma avaliação de desempenho, que se baseia em critérios organizacionais, quantitativos e qualitativos.

M) IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Seguradora Internacional de Moçambique, S.A., está sujeita ao regime fiscal consagrado pelo Código dos Impostos sobre o Rendimento, estando os lucros imputáveis a cada exercício sujeitos à incidência do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC – taxa actualmente em vigor: 32%).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre a diferença existente entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando estas diferenças se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todos os ajustamentos fiscais tributáveis. Os impostos diferidos activos são reconhecidos para todos os ajustamentos fiscais dedutíveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver os referidos ajustamentos.

No âmbito da adopção do “Plano de contas para as entidades habilitadas ao exercício da actividade seguradora”, aprovado pelo Diploma Ministerial n.º 220/2010, de 17 de Dezembro, do Ministério das Finanças, a SIM procedeu à determinação do capital próprio em conformidade com as IFRS por referência a 1 de Janeiro de 2010 (data de transição), tendo reconhecido impostos diferidos sobre os ajustamentos resultantes, não obstante não terem sido definidas regras fiscais relativas à transição.

N) PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) a Seguradora tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do seu valor.

O) CAPITAL SOCIAL

As acções são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros activos. Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como uma dedução dos proventos, líquida de imposto.

P) LOCAÇÕES

A Seguradora classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados à luz dos contratos de locação operacional são registados em gastos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Q) ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Activos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

R) REPORTE POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico, o qual está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

S) TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As conversões das transacções de moeda estrangeira para Meticais são efectuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem, sendo reavaliadas no fim de cada mês em função da taxa de câmbio indicada pelo Banco de Moçambique.

As diferenças de câmbio entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

NOTA 3 – ALTERAÇÃO DA NATUREZA, IMPACTO E JUSTIFICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A Seguradora efectuou a conversão para o novo plano de contas em 1 de Janeiro de 2010 (data de transição), de forma a ter valores comparativos, de base IFRS, em 2011, data da primeira apresentação obrigatória das contas em conformidade com o novo plano de contas.

Ver quadro com alterações no capital próprio da Seguradora, à data da transição, decorrentes da conversão para o novo plano de contas de base IFRS, na Nota 39.

NOTA 4 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E JULGAMENTOS RELEVANTES UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração faça julgamentos e determine as estimativas necessárias por forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Seguradora são divulgadas abaixo, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Seguradora. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Seguradora é apresentada na Nota 2.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento das políticas contabilísticas adoptadas pela Seguradora, que levariam a resultados diferentes. No entanto, a Seguradora entende que os julgamentos e as estimativas aplicadas são apropriados pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Seguradora e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os considerandos efectuados são apresentados em seguida apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

A) JUSTO VALOR DAS PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O justo valor das propriedades de investimento é baseado em avaliações efectuadas por avaliadores independentes, o qual é considerado como o valor mais provável que as mesmas teriam em transacção livre de mercado, entre duas entidades prudentes, supondo um período razoável de exposição de mercado.

Para determinação do justo valor, o critério utilizado é o critério de comparação de mercado, no qual se compara a propriedade com outras similares que tenham sido objecto de transacção em tempo suficientemente recente para se considerar os valores atingidos validos em termos de mercado.

Diferentes metodologias poderiam determinar resultados diferentes.

Ver adicionalmente a Nota 24.

B) PROVISÕES TÉCNICAS RELATIVAS A CONTRATOS DE SEGURO

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro com participação nos resultados discricionária são registadas na rubrica de provisões técnicas. As provisões técnicas relativas aos produtos tradicionais do ramo de negócio Vida foram determinadas tendo por base vários pressupostos, nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Seguradora e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária (produtos de capitalização) incluem (1) provisão matemática, (2) provisão para participação nos resultados e (3) provisão para sinistros.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro com participação nos resultados, a Seguradora avalia periodicamente as suas responsabilidades, utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente pelo actuário responsável.

Relativamente às provisões técnicas do ramo de negócio Não-Vida, os custos com os sinistros ocorridos e participados à Seguradora, bem como o custo com aqueles que ainda não foram participados, mas já ocorreram, constituem estimativas cuja evolução é acompanhada e analisada pelo actuário responsável. Esta análise permite acompanhar a evolução dos pagamentos, reservas pendentes, custo total e constitui a base justificativa para alterações nos custos médios de abertura de processo de sinistros.

A Seguradora calcula as provisões técnicas com base nas notas técnicas e planos de participação dos produtos. Qualquer eventual alteração de critérios é devidamente avaliada para quantificação dos seus impactos financeiros.

Ver adicionalmente a Nota 27.

C) JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

D) COMPLEMENTOS DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A EMPREGADOS

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos gastos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter impacto nos valores determinados.

Ver adicionalmente a Nota 32.

E) IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuada pela Seguradora durante um período de cinco anos. Desta forma, poderão ocorrer correcções à matéria colectável, resultantes de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

Ver adicionalmente a Nota 29.

NOTA 5 – REPORTE POR SEGMENTOS E AFECÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS

A Seguradora considera como segmento principal o segmento de negócio. Dentro do segmento de negócio temos ainda a divisão entre o ramo de negócio Vida e o Não-Vida, sendo que dentro de cada um destes a informação será ainda detalhada por tipo de produtos (no caso do Vida) e por sub-ramo (no caso do Não-Vida). No ramo de negócio Vida os dados apresentados serão divididos por Rendas, Capitalização e Vida Risco. No Não-Vida detalha-se a informação pelos sub-ramos de Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Doença, Incêndio e Elementos da Natureza, Automóvel, Diversos e Outros (inclui os sub-ramos Marítimo, Aéreo, Transportes e Responsabilidade Civil).

No que concerne ao localização geográfica, a totalidade dos contratos são celebrados em Moçambique, pelo que existe apenas uma localização.

■ Reporte por ramo de negócio

Reporte por ramo de negócio – resultado técnico, em 31 de Dezembro de 2011:

	Vida	Não-Vida	Total
Prémios adquiridos, seguro directo	381.543.308	899.527.364	1.281.070.671
Custos com sinistros, seguro directo	-231.580.708	-240.146.982	-471.727.690
Outros custos técnicos	-854.965.341	-28.175.534	-883.140.874
Margem técnica, seguro directo	-705.002.741	631.204.849	-73.797.893
Resultado resseguro cedido	-7.306.679	-168.605.993	-175.912.672
Margem técnica líquida	-712.309.420	462.598.856	-249.710.565
Custos exploração	-74.242.167	-187.629.697	-261.871.863
Resultado exploração	-786.551.587	274.969.159	-511.582.428
Resultado de investimentos	244.457.123	177.613.783	422.070.906
Outros	601.584.197	-4.678.004	596.906.194
Resultado técnico	59.489.733	447.904.938	507.394.671

Reporte por ramo de negócio Vida – resultado técnico, em 31 de Dezembro de 2011:

	Vida			
	Rendas	Capitalização	Vida Risco	Total
Prémios adquiridos seguro directo	146.786.169	80.593.194	154.163.945	381.543.308
Custos com sinistros seguro directo	-140.377.280	-68.821.982	-22.381.446	-231.580.708
Outros custos técnicos	-585.846.148	-209.536.889	-59.582.303	-854.965.340
Margem técnica seguro directo	-579.437.259	-197.765.677	72.200.196	-705.002.740
Resultado resseguro cedido	-	-	-7.306.679	-7.306.679
Margem técnica líquida	-579.437.259	-197.765.677	64.893.517	-712.309.419
Custos exploração	-1.977.345	-11.396.318	-60.868.504	-74.242.167
Resultado exploração	-581.414.604	-209.161.995	4.025.013	-786.551.586
Resultado de investimentos	147.657.471	67.691.036	29.108.616	244.457.123
Outros	440.757.133	143.406.878	17.420.186	601.584.197
Resultado técnico	7.000.000	1.935.919	50.553.815	59.489.733

Reporte por ramo de negócio Não-Vida – resultado técnico, em 31 de Dezembro de 2011:

	Não-Vida						Total
	Acidentes de trabalho	Acidentes pessoais e doença	Incêndios e elementos da natureza	Automóvel	Diversos	Outros ramos	
Prémios adquiridos, seguro directo	78.545.213	151.913.473	143.292.329	380.547.089	89.677.282	55.551.979	899.527.364
Custos com sinistros, seguro directo	-14.718.466	-25.262.273	-55.318.721	-167.748.725	23.730.519	-829.316	-240.146.982
Outros custos técnicos	-1.187.455	-26.694.000	-294.079	-	-	-	-28.175.534
Margem técnica, seguro directo	62.639.292	99.957.200	87.679.529	212.798.363	113.407.801	54.722.663	631.204.849
Resultado resseguro cedido	901.774	-3.602.331	-44.785.476	-4.013.993	-86.264.905	-30.841.061	-168.605.993
Margem técnica líquida	63.541.065	96.354.869	42.894.053	208.784.370	27.142.896	23.881.602	462.598.856
Custos exploração	-14.911.165	-37.062.371	-26.733.369	-77.925.784	-18.899.817	-12.097.191	-187.629.697
Resultado exploração	48.629.900	59.292.498	16.160.685	130.858.586	8.243.079	11.784.411	274.969.159
Resultado de investimentos	13.720.322	64.674.038	10.121.904	67.708.300	12.275.970	9.113.248	177.613.783
Outros	472.359	-262.466	331.214	-5.277.933	-403.850	462.673	-4.678.004
Resultado técnico	62.822.581	123.704.071	26.613.803	193.288.953	20.115.199	21.360.332	447.904.938

Reporte por ramo de negócio – resultado técnico, em 31 de Dezembro de 2010:

	Vida	Não-Vida	Total
Prémios adquiridos, seguro directo	376.443.846	746.177.253	1.122.621.099
Custos com sinistros, seguro directo	-160.729.888	-236.423.954	-397.153.842
Outros custos técnicos	-289.986.048	-11.844.862	-301.830.910
Margem técnica, seguro directo	-74.272.091	497.908.437	423.636.347
Resultado resseguro cedido	-6.207.110	-95.718.992	-101.926.102
Margem técnica líquida	-80.479.201	402.189.445	321.710.244
Custos exploração	-78.054.595	-180.411.229	-258.465.824
Resultado exploração	-158.533.796	221.778.216	63.244.420
Resultado de investimentos	189.805.094	113.810.104	303.615.197
Outros	2.918.328	-5.283.414	-2.365.086
Resultado técnico	34.189.626	330.304.905	364.494.531

Reporte por ramo de negócio Vida – resultado técnico, em 31 de Dezembro de 2010:

	Vida			Total
	Rendas	Capitalização	Vida Risco	
Prémios adquiridos, seguro directo	141.844.544	82.889.056	151.710.246	376.443.846
Custos com sinistros, seguro directo	-100.033.228	-40.017.043	-20.679.617	-160.729.888
Outros custos técnicos	-146.934.185	-83.123.435	-59.928.428	-289.986.048
Margem técnica, seguro directo	-105.122.869	-40.251.422	71.102.201	-74.272.090
Resultado resseguro cedido	-	-	-6.207.110	-6.207.110
Margem Técnica líquida	-105.122.869	-40.251.422	64.895.091	-80.479.200
Custos exploração	-6.621.794	-10.454.675	-60.978.126	-78.054.595
Resultado Exploração	-111.744.663	-50.706.097	3.916.965	-158.533.795
Resultado de investimentos	117.923.810	52.092.514	19.788.769	189.805.094
Outros	820.853	613.822	1.483.653	2.918.328
Resultado Técnico	7.000.000	2.000.239	25.189.387	34.189.627

Reporte por ramo de negócio Não-Vida – resultado técnico, em 31 de Dezembro de 2010:

	Não-Vida						Total
	Acidentes de trabalho	Acidentes pessoais e doença	Incêndios e elementos da natureza	Automóvel	Diversos	Outros ramos	
Prémios adquiridos, seguro directo	63.549.500	136.320.843	76.397.079	348.526.809	69.794.920	51.588.102	746.177.253
Custos com sinistros, seguro directo	-15.985.325	-28.490.037	-1.162.360	-167.515.677	-22.829.931	-440.625	-236.423.954
Outros custos técnicos	-1.076.041	-10.277.497	-491.323	-	-	-	-11.844.862
Margem técnica, seguro directo	46.488.134	97.553.309	74.743.395	181.011.133	46.964.990	51.147.477	497.908.437
Resultado resseguro cedido	-2.471.987	-5.161.434	-32.785.205	-13.651.517	-14.357.915	-27.290.935	-95.718.992
Margem técnica líquida	44.016.146	92.391.875	41.958.191	167.359.616	32.607.074	23.856.543	402.189.445
Custos exploração	-13.123.878	-47.621.648	-16.009.833	-79.103.949	-12.779.819	-11.772.102	-180.411.229
Resultado exploração	30.892.269	44.770.227	25.948.357	88.255.667	19.827.256	12.084.440	221.778.216
Resultado de investimentos	6.842.099	39.251.527	4.270.551	43.330.690	13.402.330	6.712.907	113.810.104
Outros	-3.478.318	-122.951	-432.460	-633.987	-549.156	-66.543	-5.283.414
Resultado Técnico	34.256.050	83.898.803	29.786.448	130.952.369	32.680.430	18.730.805	330.304.905

Reporte por ramo de negócio – Balanço, em 31 de Dezembro de 2011:

Balanço	Vida	Não-Vida	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos a ordem	66.978.391	20.364.100	87.342.492
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjuntos	162.073.919	49.276.931	211.350.850
Activos disponíveis para venda	1.793.891.765	545.414.591	2.339.306.356
Empréstimos e contas a receber	295.742.234	89.917.426	385.659.660
Edifícios	1.056.058.003	321.083.722	1.377.141.725
Outros activos tangíveis e intangíveis e inventários	39.007.026	11.859.690	50.866.716
Provisões técnicas de resseguro cedido	1.481.614	109.041.478	110.523.092
Outros devedores e activos por impostos	70.283.904	21.369.108	91.653.012
Acréscimos e diferimentos	149.681.175	45.509.043	195.190.218
Total activo	3.635.198.032	1.213.836.089	4.849.034.120
Provisões técnicas	2.625.943.337	798.391.430	3.424.334.767
Outros passivos financeiros	-	-	-
Passivos por benef. pós-emp. e out. benef. longo prazo	5.456.319	1.658.938	7.115.258
Outros credores e passivos por impostos	104.481.537	31.766.551	136.248.089
Acréscimos e diferimentos	30.950.999	9.410.337	40.361.336
Outras provisões	311.679	94.763	406.442
Total passivo	2.767.143.872	841.322.020	3.608.465.892

Reporte por ramo de negócio Vida – Balanço, em 31 de Dezembro de 2011:

Balanço	Vida			Total
	Rendas	Capitalização	Vida Risco	
Caixa e seus equivalentes e depósitos a ordem	37.987.486	22.861.096	6.129.809	66.978.391
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjuntos	91.921.897	55.319.146	14.832.876	162.073.919
Activos disponíveis para venda	1.017.424.242	612.291.978	164.175.545	1.793.891.765
Empréstimos e contas a receber	167.733.262	100.942.878	27.066.094	295.742.234
Edifícios	598.954.204	360.454.213	96.649.587	1.056.058.003
Outros activos tangíveis e intangíveis e inventários	22.123.238	13.313.896	3.569.892	39.007.026
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	1.481.614	1.481.614
Outros devedores e activos por impostos	39.862.242	23.989.335	6.432.327	70.283.904
Acréscimos e diferimentos	84.893.224	51.089.249	13.698.702	149.681.175
Total activo	2.060.899.795	1.240.261.790	334.036.446	3.635.198.032
Provisões técnicas	1.489.330.884	896.288.210	240.324.242	2.625.943.337
Outros passivos financeiros	-	-	-	-
Passivos por benef. pós-emp. e out. benef. longo prazo	3.094.608	1.862.353	499.358	5.456.319
Outros credores e passivos por impostos	59.257.783	35.661.687	9.562.067	104.481.537
Acréscimos e diferimentos	17.554.179	10.564.209	2.832.611	30.950.999
Outras provisões	176.772	106.382	28.525	311.679
Total passivo	1.569.414.226	944.482.843	253.246.803	2.767.143.872

Reporte por ramo de negócio Não-Vida – Balanço em 31 de Dezembro de 2011:

	Não-Vida						Total
	Acidentes de trabalho	Acidentes pessoais e doença	Incêndios e elementos da natureza	Automóvel	Diversos	Outros ramos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos a ordem	1.548.480	7.420.055	1.161.112	7.778.803	1.409.422	1.046.228	20.364.100
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjuntos	3.747.003	17.955.006	2.809.653	18.823.101	3.410.511	2.531.656	49.276.931
Activos disponíveis para venda	41.473.161	198.732.393	31.098.237	208.340.774	37.748.752	28.021.273	545.414.591
Empréstimos e contas a receber	6.837.294	32.763.159	5.126.877	34.347.204	6.223.285	4.619.606	89.917.426
Edifícios	24.415.109	116.993.086	18.307.427	122.649.508	22.222.562	16.496.028	321.083.722
Outros activos tangíveis e intangíveis e inventários	901.807	4.321.308	676.211	4.530.237	820.822	609.305	11.859.690
Provisões técnicas de resseguro cedido	7.125.943	1.750.675	27.691.565	9.333.538	29.034.326	34.105.431	109.041.478
Outros devedores e activos por impostos	1.624.901	7.786.249	1.218.416	8.162.701	1.478.980	1.097.861	21.369.108
Acréscimos e diferimentos	3.460.494	16.582.103	2.594.817	17.383.820	3.149.732	2.338.077	45.509.043
Total activo	91.134.193	404.304.035	90.684.315	431.349.685	105.498.392	90.865.467	1.213.836.089
Provisões técnicas	60.709.444	290.909.415	45.522.373	304.974.401	55.257.561	41.018.236	798.391.430
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Passivos por benef. pós-emp. e outros benef. longo prazo	126.145	604.466	94.589	633.691	114.817	85.230	1.658.938
Outros credores e passivos por impostos	2.415.519	11.574.760	1.811.253	12.134.380	2.198.598	1.632.041	31.766.551
Acréscimos e diferimentos	715.559	3.428.839	536.555	3.594.618	651.300	483.466	9.410.337
Outras provisões	7.206	34.529	5.403	36.198	6.559	4.869	94.763
Total passivo	63.973.873	306.552.008	47.970.172	321.373.288	58.228.835	43.223.842	841.322.020

Reporte por ramo de negócio – Balanço, em 31 de Dezembro de 2010:

	Vida	Não-Vida	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos a ordem	38.731.081	11.775.792	50.506.874
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjuntos	162.073.919	49.276.931	211.350.850
Activos disponíveis para venda	1.626.695.414	494.580.237	2.121.275.651
Empréstimos e contas a receber	236.706.337	71.968.160	308.674.498
Edifícios	590.078.518	179.407.387	769.485.905
Outros activos tangíveis e intangíveis e inventários	34.714.353	10.554.547	45.268.900
Provisões técnicas de resseguro cedido	3.298.409	146.918.483	150.216.893
Outros devedores e activos por impostos	54.868.009	16.682.062	71.550.071
Acréscimos e diferimentos	27.649.026	8.406.406	36.055.432
Total activo	2.774.815.068	989.570.005	3.764.385.073
Provisões técnicas	1.907.721.479	747.511.230	2.655.232.709
Outros passivos financeiros	3.387.531	1.029.945	4.417.476
Passivos por benef. pós-emp. e out. benef. longo prazo	7.107.201	2.160.872	9.268.073
Outros credores e passivos por impostos	68.192.797	20.733.328	88.926.125
Acréscimos e diferimentos	27.292.767	8.298.089	35.590.856
Outras provisões	311.679	94.763	406.442
Total passivo	2.014.013.455	779.828.226	2.793.841.681

Reporte por ramo de negócio Vida – Balanço, em 31 de Dezembro de 2010:

Balanço	Vida			
	Rendas	Capitalização	Vida Risco	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos a ordem	21.966.733	13.219.711	3.544.638	38.731.081
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjuntos	91.921.897	55.319.146	14.832.876	162.073.919
Activos disponíveis para venda	922.597.104	555.224.441	148.873.868	1.626.695.414
Empréstimos e contas a receber	134.250.444	80.792.718	21.663.175	236.706.337
Edifícios	334.669.126	201.405.876	54.003.516	590.078.518
Outros activos tangíveis e intangíveis e inventários	19.688.604	11.848.719	3.177.030	34.714.353
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	3.298.409	3.298.409
Outros devedores e activos por impostos	31.118.958	18.727.575	5.021.476	54.868.009
Acréscimos e diferimentos	15.681.431	9.437.179	2.530.417	27.649.026
Total activo	1.571.894.297	945.975.365	256.945.406	2.774.815.068
Provisões técnicas	979.170.856	729.497.030	199.053.593	1.907.721.479
Outros passivos financeiros	1.921.273	1.156.234	310.024	3.387.531
Passivos por benef. pós-emp. e out. benef. longo prazo	4.030.922	2.425.833	650.445	7.107.201
Outros credores e passivos por impostos	38.676.249	23.275.597	6.240.950	68.192.797
Acréscimos e diferimentos	15.479.375	9.315.580	2.497.812	27.292.767
Outras provisões	176.772	106.382	28.525	311.679
Total passivo	1.039.455.448	765.776.657	208.781.350	2.014.013.455

Reporte por ramo de negócio Não-Vida – Balanço, em 31 de Dezembro de 2010:

Balanço	Não-Vida						Total
	Acidentes de trabalho	Acidentes pessoais e doença	Incêndios e elementos da natureza	Automóvel	Diversos	Outros ramos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos a ordem	895.428	4.290.738	671.428	4.498.189	815.016	604.994	11.775.792
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjuntos	3.747.003	17.955.006	2.809.653	18.823.101	3.410.511	2.531.656	49.276.931
Activos disponíveis para venda	37.607.732	180.209.909	28.199.784	188.922.759	34.230.450	25.409.602	494.580.237
Empréstimos e contas a receber	5.472.437	26.222.996	4.103.453	27.490.834	4.980.997	3.697.443	71.968.160
Edifícios	13.642.084	65.370.564	10.229.381	68.531.122	12.416.985	9.217.251	179.407.387
Outros activos tangíveis e intangíveis e inventários	802.565	3.845.754	601.795	4.031.690	730.492	542.251	10.554.547
Provisões técnicas de resseguro cedido	4.543.842	2.077.766	16.512.340	6.044.668	78.527.892	39.211.975	146.918.483
Outros devedores e activos por impostos	1.268.499	6.078.433	951.171	6.372.315	1.154.584	857.059	16.682.062
Acréscimos e diferimentos	639.221	3.063.037	479.313	3.211.130	581.817	431.888	8.406.406
Total activo	68.618.810	309.114.204	64.558.318	327.925.808	136.848.743	82.504.121	989.570.005
Provisões técnicas	51.078.635	253.947.292	28.371.242	280.411.881	89.078.228	44.623.953	747.511.230
Outros passivos financeiros	78.317	375.280	58.725	393.424	71.284	52.915	1.029.945
Passivos por benef. pós-emp. e outros benefícios longo prazo	164.312	787.356	123.208	825.423	149.556	111.017	2.160.872
Outros credores e passivos por impostos	1.576.556	7.554.591	1.182.165	7.919.842	1.434.977	1.065.197	20.733.328
Acréscimos e diferimentos	630.984	3.023.570	473.137	3.169.754	574.320	426.323	8.298.089
Outras provisões	7.206	34.529	5.403	36.198	6.559	4.869	94.763
Total passivo	53.536.010	265.722.617	30.213.880	292.756.523	91.314.923	46.284.274	779.828.226

■ **Afectação dos investimentos e outros activos**

Afectação dos investimentos e outros activos, em 31 de Dezembro de 2011:

Natureza dos investimentos e outros activos	Seguros Vida sem participação nos resultados	Seguros Vida com participação nos resultados	Seguros Não-Vida	Não afectos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos a ordem	144.119	3.826.448	-	83.371.925	87.342.492
Investimentos em filiais, associadas e emp conjuntos	-	-	650.850	210.700.000	211.350.850
Activos disponíveis para venda	30.409.778	807.398.184	570.072.051	931.426.343	2.339.306.356
Empréstimos e contas a receber	13.160.474	349.418.612	1.035.581	22.044.993	385.659.660
Edifícios	48.784.283	1.295.252.500	-	33.104.942	1.377.141.725
Outros activos tangíveis e intangíveis e inventários	-	-	-	50.866.716	50.866.716
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	110.523.092	110.523.092
Outros devedores e activos por impostos	-	-	-	91.653.012	91.653.012
Acréscimos e diferimentos	2.761.003	73.306.322	117.591.469	1.531.423	195.190.218
Total	95.259.657	2.529.202.066	689.349.951	1.535.222.446	4.849.034.120

Afectação dos investimentos e outros activos, em 31 de Dezembro de 2010:

Natureza dos investimentos e outros activos	Seguros Vida sem participação nos resultados	Seguros Vida com participação nos resultados	Seguros Não-Vida	Não afectos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos a ordem	73.586	1.993.723	2.000.000	46.439.565	50.506.874
Investimentos em filiais, associadas e emp conjuntos	-	-	-	211.350.850	211.350.850
Activos disponíveis para venda	34.648.132	938.748.567	576.175.045	571.703.907	2.121.275.651
Empréstimos e contas a receber	5.177.055	140.265.950	-	163.231.492	308.674.498
Edifícios	27.377.453	741.758.453	-	350.000	769.485.905
Outros activos tangíveis e intangíveis e inventários	-	-	-	45.268.900	45.268.900
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	150.216.893	150.216.893
Outros devedores e activos por impostos	-	-	-	71.550.071	71.550.071
Acréscimos e diferimentos	449.966	12.191.263	22.416.098	998.106	36.055.432
Total	67.726.191	1.834.957.955	600.591.143	1.261.109.783	3.764.385.073

NOTA 6 – PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro, em 2010 e 2011, são analisados como segue:

	'11	'10
Prémios brutos emitidos de seguro directo e resseguro aceite	1.345.742.326	1.218.105.104
Prémios resseguro cedido	-248.798.315	-152.052.899
Prémios líquidos resseguro	1.096.944.010	1.066.052.205
Varição prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro aceite	-64.671.654	-95.484.006
Varição prémios não adquiridos de resseguro cedido	22.440.447	11.437.285
Varição líquida de prémios não adquiridos	-42.231.207	-84.046.720
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	1.054.712.803	982.005.484

A decomposição das rubricas é analisada como segue:

	'11			'10		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Prémios brutos emitidos	1.345.742.326	-248.798.315	1.096.944.010	1.218.105.104	-152.052.899	1.066.052.205
Vida	381.543.308	-23.263.227	358.280.080	376.443.846	-20.694.682	355.749.164
Rendas	146.786.169	-	146.786.169	141.844.544	-	141.844.544
Capitalização	80.593.194	-	80.593.194	82.889.056	-	82.889.056
Vida Risco	154.163.945	-23.263.227	130.900.718	151.710.246	-20.694.682	131.015.564
Não-Vida	964.199.018	-225.535.088	738.663.930	841.661.259	-131.358.217	710.303.041
Acidentes de trabalho	79.627.550	-1.788.046	77.839.505	64.692.690	-1.961.780	62.730.910
Acidentes pessoais e doença	179.310.676	-5.298.432	174.012.244	210.374.769	-7.546.264	202.828.505
Incêndio e outros danos	143.437.470	-103.776.463	39.661.008	78.790.246	-48.003.546	30.786.700
Automóvel	389.809.065	-9.148.723	380.660.342	363.066.859	-17.413.930	345.652.929
Diversos	114.468.934	-66.392.187	48.076.747	70.044.817	-20.806.633	49.238.183
Outros ramos	57.545.321	-39.131.237	18.414.085	54.691.878	-35.626.064	19.065.814
Variação da provisão para prémios não adquiridos	-64.671.654	22.440.447	-42.231.207	-95.484.006	11.437.285	-84.046.720
Vida	-	-	-	-	-	-
Não-Vida	-64.671.654	22.440.447	-42.231.207	-95.484.006	11.437.285	-84.046.720
Acidentes de trabalho	-1.082.338	-	-1.082.338	-1.143.190	-	-1.143.190
Acidentes pessoais e doença	-27.397.203	-12.295	-27.409.498	-74.053.926	307.265	-73.746.661
Incêndio e outros danos	-145.141	-964.858	-1.109.999	-2.393.167	4.820.597	2.427.430
Automóvel	-9.261.977	-	-9.261.977	-14.540.050	-	-14.540.050
Diversos	-24.791.652	23.292.365	-1.499.287	-249.897	1.945.298	1.695.402
Outros ramos	-1.993.343	125.234	-1.868.109	-3.103.776	4.364.124	1.260.349
Prémios adquiridos	1.281.070.671	-226.357.869	1.054.712.803	1.122.621.099	-140.615.614	982.005.485
Vida	381.543.308	-23.263.227	358.280.080	376.443.846	-20.694.682	355.749.164
Não-Vida	899.527.364	-203.094.641	696.432.723	746.177.253	-119.920.932	626.256.321
Acidentes de trabalho	78.545.213	-1.788.046	76.757.167	63.549.500	-1.961.780	61.587.720
Acidentes pessoais e doença	151.913.473	-5.310.727	146.602.746	136.320.843	-7.238.999	129.081.844
Incêndio e outros danos	143.292.329	-104.741.320	38.551.009	76.397.079	-43.182.948	33.214.130
Automóvel	380.547.089	-9.148.723	371.398.365	348.526.809	-17.413.930	331.112.879
Diversos	89.677.282	-43.099.822	46.577.460	69.794.920	-18.861.335	50.933.585
Outros ramos	55.551.978	-39.006.003	16.545.976	51.588.102	-31.261.940	20.326.163

NOTA 7 – CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	'11	'10
Sinistros pagos		
Montantes brutos	-467.214.015	-353.656.239
Parte dos resseguradores	48.577.240	3.667.854
Variação da provisão para sinistros		
Montantes brutos	1.815.957	-37.691.739
Parte dos resseguradores	-31.906.326	3.191.400
Total antes de custos imputados	-448.727.143	-384.488.726
Custos com sinistros (imputados) – ver Nota 19	6.329.632	-5.805.864
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-455.056.775	-390.294.589

Nos exercícios de 2011 e 2010, os Custos com Sinistros e Variações das Provisões Técnicas dos ramo de Negócio Vida e Não Vida, apresentam a seguinte decomposição:

	'11				Custos com sinistros (imputados)	Total
	Sinistros pagos		Variação da provisão para sinistros			
	Montantes brutos	Parte dos resseguradores	Montantes brutos	Parte dos resseguradores		
Vida	-227.361.292	5.294.830	-3.490.549	72.566	-728.867	-226.213.312
Rendas	-137.744.854	-	-2.070.893	-	-561.533	-140.377.280
Capitalização	-68.691.646	-	-53.614	-	-76.723	-68.821.982
Vida Risco	-20.924.792	5.294.830	-1.366.042	72.566	-90.611	-17.014.049
Não-Vida	-239.852.723	43.282.410	5.306.507	-31.978.892	-5.600.765	-228.843.464
Acidentes de trabalho	-5.466.407	-	-8.484.830	2.689.819	-767.228	-12.028.646
Acidentes pessoais e doença	-26.437.067	-	1.980.384	-	-805.590	-25.262.273
Incêndio e outros danos	-37.423.693	34.913.957	-17.319.607	14.184.741	-575.421	-6.220.024
Automóvel	-142.431.105	-	-21.865.093	5.134.730	-3.452.527	-162.613.995
Diversos	-25.795.605	7.632.545	49.526.124	-55.051.376	-	-23.688.312
Outros ramos	-2.298.845	735.908	1.469.530	1.063.194	-	969.786
Total	-467.214.015	48.577.240	1.815.957	-31.906.326	-6.329.632	-455.056.775

	'10					
	Sinistros pagos		Variação da provisão para sinistros		Custos com sinistros (imputados)	Total
	Montantes brutos	Parte dos resseguradores	Montantes brutos	Parte dos resseguradores		
Vida	-155.444.081	1.536.044	-4.617.254	2.148.397	-668.554	-157.045.447
Rendas	-100.805.366	-	1.271.159	-	-499.021	-100.033.228
Capitalização	-39.794.105	-	-152.564	-	-70.374	-40.017.043
Vida Risco	-14.844.610	1.536.044	-5.735.848	2.148.397	-99.159	-16.995.175
Não-Vida	-198.212.159	2.131.810	-33.074.486	1.043.002	-5.137.310	-233.249.142
Acidentes de trabalho	-5.767.613	-	-9.513.971	-510.208	-703.741	-16.495.532
Acidentes pessoais e doença	-29.456.353	-	1.705.244	-	-738.928	-28.490.037
Incêndio e outros danos	-2.274.703	1.765.729	1.640.148	-2.786.057	-527.806	-2.182.689
Automóvel	-138.651.091	-1.959.588	-25.697.751	5.710.702	-3.166.835	-163.764.562
Diversos	-21.879.618	2.278.977	-950.313	-1.339.075	-	-21.890.028
Outros ramos	-182.781	46.691	-257.844	-32.361	-	-426.294
Total	-353.656.239	3.667.854	-37.691.739	3.191.400	-5.805.864	-390.294.589

NOTA 8 – OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO

A rubrica Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro considera exclusivamente a variação da provisão para desvios de sinistralidade. Ver adicionalmente a Nota 27.

NOTA 9 – PROVISÃO MATEMÁTICA DO RAMO DE NEGÓCIO VIDA, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica provisão matemática do Vida, líquida de resseguro, acomoda a variação das responsabilidades da Seguradora com contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados do Vida. Ver adicionalmente a Nota 27.

NOTA 10 – PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica de participação nos resultados, líquida de resseguro, respeita ao acréscimo de responsabilidades da Seguradora relativo aos montantes estimados atribuíveis aos tomadores de seguros em contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados do ramo de negócio Vida. Ver adicionalmente a Nota 27.

NOTA 11 – CUSTOS DE EXPLORAÇÃO, LÍQUIDOS

Nos exercícios de 2011 e 2010, os custos de exploração, líquidos, apresentam a seguinte decomposição:

	'11	'10
Custos de aquisição	-104.285.661	-101.321.963
Custos de aquisição diferidos (variação)	4.881.088	837.548
Custos administrativos	-162.467.291	-157.981.409
Comissões e participação nos resultados de resseguro	33.494.673	31.901.005
Custos de exploração, líquidos	-228.377.191	-226.564.820

Nos exercícios de 2011 e 2010, os Custos de aquisição, custos de aquisição diferidos (variação), custos administrativos e comissões e participação nos resultados de resseguro, apresentam a seguinte decomposição:

Custos de exploração líquidos	'11					
	Custos de aquisição		Custos de aquisição diferidos (variação)	Custos administrativos		Comissões e participação nos resultados de resseguro
	Custos imputados (ver nota 19)	Comissões de mediação (subscrição)		Custos imputados (ver nota 19)	Comissões de mediação (cobrança)	
Vida	-9.069.131	-20.432.423	-	-44.723.649	-16.964	10.309.543
Rendas	-333.368	-	-	-1.643.976	-	-
Capitalização	-1.921.349	-	-	-9.474.969	-	-
Vida Risco	-6.814.414	-20.432.423	-	-33.604.704	-16.964	10.309.543
Não-Vida	-22.918.622	-51.865.485	4.881.088	-113.021.243	-4.705.434	23.185.130
Acidentes de trabalho	-1.892.715	-3.213.891	-44.251	-9.333.763	-426.546	-
Acidentes pessoais e doença	-4.414.219	-12.803.792	2.019.624	-21.768.345	-95.639	1.708.396
Incêndio e outros danos	-3.409.451	-6.342.279	220.563	-16.813.418	-388.783	10.857.147
Automóvel	-9.113.528	-23.543.476	2.780.962	-44.942.592	-3.107.149	-
Diversos	-2.720.880	-2.679.730	68.216	-13.417.791	-149.631	4.253.748
Outros ramos	-1.367.829	-3.282.317	-164.025	-6.745.333	-537.686	6.365.840
Total	-31.987.753	-72.297.908	4.881.088	-157.744.892	-4.722.399	33.494.673

Custos de exploração líquidos	'10					
	Custos de aquisição		Custos de aquisição diferidos (variação)	Custos administrativos		Comissões e participação nos resultados de resseguro
	Custos imputados (ver nota 19)	Comissões de mediação (subscrição)		Custos imputados (ver nota 19)	Comissões de mediação (cobrança)	
Vida	-9.537.000	-20.991.591	-	-47.453.280	-72.724	10.873.876
Rendas	-1.108.121	-	-	-5.513.674	-	-
Capitalização	-1.749.530	-	-	-8.705.145	-	-
Vida Risco	-6.679.349	-20.991.591	-	-33.234.461	-72.724	10.873.876
Não-Vida	-21.321.065	-49.472.307	837.548	-106.087.290	-4.368.115	21.027.128
Acidentes de trabalho	-1.638.850	-3.203.855	44.256	-8.154.430	-170.999	-
Acidentes pessoais e doença	-5.329.391	-13.812.650	-1.852.253	-26.517.467	-109.887	2.077.566
Incêndio e outros danos	-1.995.981	-3.725.354	68.193	-9.931.408	-425.283	11.418.072
Automóvel	-9.197.516	-23.535.059	2.501.597	-45.764.107	-3.108.865	11.299
Diversos	-1.774.434	-1.777.322	-204.689	-8.829.058	-194.315	3.563.518
Outros ramos	-1.384.894	-3.418.067	280.444	-6.890.819	-358.766	3.956.674
Total	-30.858.065	-70.463.898	837.548	-153.540.570	-4.440.839	31.901.005

NOTA 12 – RENDIMENTOS

Nos exercícios de 2011 e 2010, os rendimentos por categoria dos activos financeiros são analisados como segue:

	'11			'10		
	Afectos	Não afectos	Total	Afectos	Não afectos	Total
Rendimentos	421.853.349	35.982.866	457.836.215	304.470.988	1.110.000	305.580.988
Rendimentos de juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	327.904.349	35.982.866	363.887.215	210.858.826	1.110.000	211.968.826
de activos disponíveis para venda	283.139.229	35.575.952	318.715.181	194.641.132	703.915	195.345.046
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
de emissores públicos	35.689.282	-	35.689.282	41.101.283	-	41.101.283
de outros emissores	40.594.048	35.575.952	76.170.000	46.514.732	703.915	47.218.646
Outros investimentos (*)	206.855.899	-	206.855.899	107.025.117	-	107.025.117
de empréstimos concedidos e contas a receber – Depósitos a prazo	44.765.120	406.914	45.172.035	16.217.694	406.086	16.623.780
Outros	93.949.000	-	93.949.000	93.612.162	-	93.612.162
de edifícios de rendimento (rendas)	92.650.682	-	92.650.682	92.846.032	-	92.846.032
de activos disponíveis para venda – Acções	1.298.317	-	1.298.317	766.130	-	766.130

(*) Bilhete do tesouro com acordo de recompra pelo BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.

NOTA 13 – CUSTOS FINANCEIROS

A rubrica de custos financeiros respeita aos custos imputados à função investimentos. Ver adicionalmente a Nota 19.

NOTA 14 – GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Nos exercícios de 2011 e 2010, os montantes registados nesta rubrica dizem respeito às valias do derivado de negociação (*Swap* cambial), mensurado com base na determinação do seu justo valor. Ver Nota 31.

NOTA 15 – DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Os valores do exercício de 2011 constantes da rubrica Diferenças de câmbio, em Ganhos e Perdas, são relativos a diferenças cambiais resultantes de:

Flutuação cambial	Dr/(Cr)			
	Não-Vida	Vida	Não Técnica	Total
Provisões para sinistros de seguro directo	-11.578.089			-11.578.089
Provisões para sinistros de resseguro cedido	9.411.223			9.411.223
Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo	-11.919.960			-11.919.960
Provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	8.953.835			8.953.835
Provisões para sinistros de seguro directo		4.469.416		4.469.416
Provisões para sinistros de resseguro cedido		666.558		666.558
Provisões matemática de seguro directo		-47.873.056		-47.873.056
Provisões matemática de resseguro cedido		271.853		271.853
Activos financeiros (investimentos)	6.512.206	53.875.475	7.553.412	67.941.093
Ganho actuarial responsabilidade benefícios trabalhadores		-5.207.509		-5.207.509
Recibos à cobrança			4.469.698	4.469.698
Estornos a pagar			-334.768	-334.768
Contas correntes resseguradores			-7.613.062	-7.613.062
Contas correntes mediadores			1.084.448	1.084.448
Devedores e credores			-3.977.473	-3.977.473
Acréscimos e diferimentos			-1.639.103	-1.639.103
Depósitos à ordem			3.665.455	3.665.455
Impostos			-1.347.820	-1.347.820
Contas correntes co-seguro			-62.429	-62.429
Inventários			278.802	278.802
Total	1.379.215	6.202.738	2.077.161	9.659.114

Detalhe das variações por ramo de negócio:

Provisões técnicas do Não-Vida	'11			
	Provisão para sinistros		Provisão para prémios não adquiridos	
	Seguro directo	Resseguro cedido	Seguro directo	Resseguro cedido
Não-Vida				
Acidentes de trabalho	-	107.718	-	-
Acidentes pessoais e doença	-348.908	291.989	-91.994	22.808
Incêndio e outros danos	-5.813	-885.652	-2.714.248	2.737.212
Automóvel	11.084	-956.449	-535.261	
Diversos	-6.840.137	6.753.121	-6.537.134	4.007.007
Outros	-4.394.315	4.100.497	-2.041.323	2.186.808
Total	-11.578.089	9.411.223	-11.919.960	8.953.835

Detalhe das variações por ramo de negócio:

Provisões técnicas do Vida	'11			
	Provisão para sinistros		Provisão matemática	
	Seguro directo	Resseguro cedido	Seguro directo	Resseguro cedido
Vida				
Rendas	-	-	-	-
Capitalização	-218.857		-47.201.483	-
Vida Risco	4.688.273	666.558	-671.573	271.853
Total	4.469.416	666.558	-47.873.056	271.853

Os valores do exercício de 2010 constantes da rubrica Diferenças de câmbio, em Ganhos e Perdas, são relativos a diferenças cambiais resultantes de:

Flutuação cambial 2010	Não-Vida	Vida	Não Técnica	Total
Provisões para sinistros de seguro directo	6.508.730			6.508.730
Provisões para sinistros de resseguro cedido	-3.959.736			-3.959.736
Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo	-3.524.574			-3.524.574
Provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	2.682.515			2.682.515
Provisões para sinistros de seguro directo		155.521		155.521
Provisões para sinistros de resseguro cedido		38.033		38.033
Provisões matemática de seguro directo		27.326.471		27.326.471
Provisões matemática de resseguro cedido		-70.746		-70.746
Investimentos	-1.806.293	-29.047.062	2.566.100	-28.287.255
Recibos à cobrança			979.698	979.698
Estornos a pagar			517.668	517.668
Contas correntes resseguradores			5.789.883	5.789.883
Contas correntes mediadores			-4.693.361	-4.693.361
Devedores e credores			427.424	427.424
Acréscimos e diferimentos			-43.986	-43.986
DO			-5.157.659	-5.157.659
Impostos			-181.205	-181.205
Contas correntes co-seguro			-63.410	-63.410
Inventários			-	-
Total	-99.358	-1.597.783	141.153	-1.555.988

Detalhe das variações por ramo de negócio:

Provisões técnicas do Não-Vida	'10			
	Provisão para sinistros		Provisão para prémios não adquiridos	
	Seguro directo	Resseguro cedido	Seguro directo	Resseguro cedido
Vida				
Acidentes de trabalho	-	10.042	-	-
Acidentes pessoais e doença	525.559	-187.826	66.167	35.285
Incêndio e outros danos	-14.222	614.947	-1.092.296	1.010.745
Automóvel	396.475	466.520	-	-
Diversos	2.624.658	-2.194.907	-866.789	916.653
Outros ramos	2.976.261	-2.668.513	-1.631.657	719.832
Total	6.508.730	-3.959.736	-3.524.574	2.682.515

Detalhe das variações por ramo de negócio:

Provisões técnicas Vida	'10			
	Provisão para sinistros		Provisão matemática	
	Seguro directo	Resseguro cedido	Seguro directo	Resseguro cedido
Vida				
Rendas	-	-	-	-
Capitalização	12.679	-	26.933.626	-
Vida Risco	142.842	38.033	392.845	-70.746
Total	155.521	38.033	27.326.471	-70.746

Os saldos de activos/passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reavaliados para Meticais à taxa de câmbio média indicativa do Banco de Moçambique no fim de cada mês. No final de cada exercício registaram-se as seguintes taxas de câmbio:

	31.12.2011	31.12.2010
USD	27,31	32,58
ZAR	3,37	4,93
EUR	35,27	43,57

NOTA 16 – GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS QUE NÃO ESTEJAM CLASSIFICADOS COMO ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA A VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

O montante de 607.283 milhares de Meticais, registado a 31 de Dezembro de 2011, respeita à variação do justo valor de imóveis (i) afectos a produtos com participação nos resultados a 100%, cerca de 589.799 milhares de Meticais e (ii) afectos sem participação nos resultados, cerca de 17.484 milhares de Meticais. Ver adicionalmente Notas 24 e 27.

NOTA 17 – OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)

A rubrica Outras provisões (variação) respeita à variação do ajustamento de recibos por cobrar. Ver adicionalmente Nota 28.

NOTA 18 – OUTROS RENDIMENTOS /GASTOS TÉCNICOS E NÃO TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Do montante de 2.739 milhares de Meticais registado na rubrica a 31 de Dezembro de 2011, cerca de 1.389 milhares de Meticais dizem respeito a ganhos relativos a alienação de viaturas a Colaboradores que se encontravam totalmente amortizadas.

NOTA 19 – CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

A análise dos gastos utilizando uma classificação baseada na função, nomeadamente, aquisição de contratos de seguro (custos de aquisição e custos administrativos), custos com sinistros e custos com investimentos é decomposta como segue:

	'11			'10		
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total
Custos com sinistros (ver Nota 7)	6.329.632	-	6.329.632	5.805.864	-	5.805.864
Custos de aquisição (ver Nota 11)	31.987.753	-	31.987.753	30.858.065	-	30.858.065
Custos administrativos (ver Nota 11)	157.744.892	-	157.744.892	153.540.570	-	153.540.570
Custos de gestão de investimentos (ver Nota 13)	3.321.101	-	3.321.101	1.808.801	-	1.808.801
Total	199.383.378	-	199.383.378	192.013.299	-	192.013.299

O detalhe dos custos por natureza a imputar é apresentado como segue:

Custos por natureza a imputar	'11	'10
Custos com pessoal	115.768.673	110.648.177
Remunerações dos órgãos sociais	9.103.512	6.042.463
Remunerações do pessoal	96.509.415	85.813.163
Encargos sobre remunerações	3.260.116	2.945.730
Benefícios pós emprego (ver Nota 32)	3.603.340	10.920.156
Seguros obrigatórios	637.004	415.976
Custos de acção social	61.102	1.575.830
Outros custos com o pessoal	2.594.184	2.934.859
Fornecimentos e serviços externos	66.458.390	68.965.396
Trabalhos especializados	19.327.617	21.684.514
Seguros	8.430.722	6.738.808
Rendas e alugueres	6.725.736	6.690.371
Publicidade e propaganda	6.058.551	8.124.396
Conservação e reparação	4.289.782	5.771.719
Custos com trabalho independente	3.995.840	4.174.989
Combustíveis	3.749.779	2.626.260
Comunicações	3.170.005	2.846.487
Deslocações estadas	2.959.602	2.190.032
Segurança e vigilância	1.854.880	1.678.339
Outros (de valor individual inferior a 1.210 milhares)	5.895.877	6.439.481
Impostos e taxas	1.073.399	753.746
Amortizações/depreciações do exercício	12.761.816	9.837.842
Activos intangíveis (ver Nota 26)	4.631.474	2.766.222
Activos tangíveis (ver Nota 25)	8.130.341	7.071.620
Outras provisões	-	-
Juros suportados	-	662
Comissões	3.321.101	1.807.476
Total de custos por natureza a imputar	199.383.378	192.013.299

Durante o exercício de 2011, a Seguradora teve, em média, 147 Colaboradores ao seu serviço (2010: 138 Colaboradores), distribuídos pelas categorias profissionais constantes no quadro seguinte:

Número médio de trabalhadores por categoria profissional	'11	'10
Dirigentes executivos	10	10
Quadros superiores	16	15
Quadros médios	15	15
Profissionais altamente qualificados	1	1
Profissionais qualificados	86	79
Profissionais semi-qualificados	14	13
Outros	5	5
Total	147	138

NOTA 20 – CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

A descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem, reconciliando as quantias incluídas na demonstração de fluxos de caixa com as correspondentes verbas relatadas no balanço, é analisada como segue:

	'11	'10
Caixa	493	-
Depósitos à ordem	35.132.558	24.814.674
Depósitos a prazo com maturidade inferior a 90 dias (considerados equivalentes de caixa)	52.209.441	25.692.200
Total	87.342.492	50.506.874

NOTA 21 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Nas demonstrações financeiras individuais da Seguradora estão registados os montantes de 210.700.000 Meticais e 650.850 Meticais, relativos às participações de 20% e 22,84% na Constellation e na Beira Nave, respectivamente, encontrando-se as mesmas registadas ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade.

Informação financeira resumida das associadas, incluindo as quantias agregadas de activos, passivos e resultados:

Empresa Morada	Sede	Fracção de capital detida	Valor participação	Empresa-Mãe	Capitais próprios	Activos	Passivos	Resultado líquido	Total dos proveitos	Ano
Constellation	Maputo	20,00%	210.700.000	SOGEX, S.A.	1.053.500.000	1.292.416.547	238.916.547	-	-	2010
Beira Nave	Beira	22,84%	650.850	Pescamar, Lda., Sociedade de Pesca de Mariscos	62.508.722	185.230.606	122.721.884	9.125.741	113.507.496	2010

NOTA 22 – ACTIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Valor Nominal/ Aquisição	Reserva de Justo Valor		Participação nos resultados a atribuir (ver nota 27)		Valor de Balanço
		Positiva	Negativa	Positiva	Negativa	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	422.559.618	-	-	-	-	422.559.618
De outros emissores	387.621.713	612.442	-	441.699	-	388.675.854
Acções	2.790.155	1.331.100	-	1.851.779	-	5.973.034
Outros investimentos (*)	1.304.067.444	-	-	-	-	1.304.067.145
Saldo a 31.12.2010	2.117.038.930	1.943.542	-	2.293.478	-	2.121.275.651
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	187.716.341	-	-	-	-	187.716.341
De outros emissores	550.283.739	435.782	-	208.866	-	550.928.387
Acções	2.937.335	1.618.489	-	2.072.579	-	6.628.403
Outros investimentos (*)	1.594.033.224	-	-	-	-	1.594.033.224
Saldo a 31.12.2011	2.334.970.640	2.054.271	-	2.281.445	-	2.339.306.356

(*) Bilhetes do tesouro com acordo de recompra pelo BIM – Banco Internacional de Moçambique.

NOTA 23 – EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	'11	'10
Depósitos a Prazo em MZN – Capital	195.629.540	212.480.000
Depósitos a Prazo em USD – Capital	181.129.871	65.088.599
Depósitos a Prazo em EUR – Capital	8.900.234	31.105.899
Total	385.659.645	308.674.498

Os depósitos a prazo em Meticais, integralmente efectuados no Millennium bim, oferecem taxas de juro variando entre 11,75% e 15,99% (Dez10: 9,7% e 15,3%) e têm maturidades de 365 dias (Dez10: 365 dias).

Relativamente aos depósitos a prazo em Dólares e Euros, os quais se encontram igualmente efectuados no Millennium bim, oferecem taxas de juro variando entre 1,79% e 2,36% (Dez10: 0,2% e 1,0%) para Dólares e entre 1,22% e 2,1% (Dez10: 0,8% e 1,2%) para Euros. No respeitante às maturidades, os depósitos a prazo em Dólares têm maturidades de 365 dias (Dez10: 91 e 367 dias) e os depósitos a prazo em Euros têm maturidades de 365 dias (Dez10: 91 e 365 dias).

NOTA 24 – EDIFÍCIOS DE RENDIMENTO (PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO)

A Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. apenas dispõe de imóveis de rendimento, os quais se encontram registados nas suas contas pelo justo valor à data da última avaliação.

Os imóveis detidos pela Seguradora foram avaliados em 2011 por uma entidade idónea, contratada para o efeito, a Zambujo & Associados Lda., a qual preparou para cada imóvel uma avaliação tendo por base o modelo de Mercado, na qual foi determinado o justo valor.

A reavaliação dos terrenos e edifícios foi realizada tendo em conta o estado e características dos imóveis, a sua idade, as eventuais obras de manutenção/remodelação efectuadas nos diversos imóveis (mesmo se levadas a cabo pelos locatários), o seu tipo de ocupação (arrendadas ou devolutas) e, nos casos em que se aplica, o valor da renda praticada. A avaliação teve por base os elementos fornecidos pela Seguradora e a vistoria efectuada ao local.

Os movimentos nos edifícios de rendimentos ocorridos durante o ano de 2011 são como segue:

	Adições					Valor bruto 31.12.2011
	Valor em 31.12.2010	Aquisições	Benfeitorias	Alienações e abates	Revalorização por contrapartida de resultados (ver Nota 16 e 27)	
Edifícios de rendimento	769.485.905	372.740	-	-	607.283.080 (*)	1.377.141.725

(*) Do valor indicado 589.799.080,00 Meticais dizem respeito a imóveis afectos a produtos com participação nos resultados a 100%, sendo o montante remanescente relativo a imóveis sem participação nos resultados.

Os movimentos nos edifícios de rendimentos ocorridos durante o ano de 2010 são como segue:

	Adições					Valor bruto 31.12.2010
	Valor em 31.12.2009	Aquisições	Benfeitorias	Alienações e abates	Revalorização por contrapartida de resultados	
Edifícios de rendimento	769.485.905	-	-	-	-	769.485.905

Os rendimentos provenientes de rendas de edifícios de rendimento são os seguintes:

	'11			'10		
	Vida	Não-Vida	Saldo final	Vida	Não-Vida	Saldo final
Edifícios de rendimento	92.650.682	-	92.650.682	85.505.786	7.340.246	92.846.032

Os gastos operacionais directos de edifícios de rendimento são os seguintes:

	'11			'10		
	Vida	Não-Vida	Saldo final	Vida	Não-Vida	Saldo final
Reparações, manutenções e outras despesas	1.225.543	-	1.225.543	905.576	-	905.576

NOTA 25 – ACTIVOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis da Seguradora encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

A respectiva evolução durante 2011 e 2010 foi como segue:

	Saldo a 31.12.2010			Aumentos	Diminuições	Depreciações		Saldo a 31.12.2011		
	Valor bruto	Depreciações	Valor líquido	Aquisições	Transf. e Abates	Regulariz.	Reforço	Valor bruto	Depreciações	Valor líquido
Equipamento administrativo	4.726.884	1.701.780	3.025.104	816.670	109.983	-210	471.003	5.433.571	2.172.573	3.260.999
Máquinas, aparelhos e ferramentas	3.222.862	2.657.835	565.027	157.801	31.222	-	150.320	3.349.441	2.808.155	541.286
Equipamento informático	8.517.766	3.320.450	5.197.316	4.985.726	-	-	1.648.103	13.503.492	4.968.553	8.534.939
Instalações interiores	2.326.333	-	2.326.333	3.131.854	2.326.333	-209.401	1.046.814	3.131.854	837.413	2.294.440
Material de transporte	25.816.203	15.616.263	10.199.940	6.508.378	4.725.787	-4.725.787	4.428.499	27.598.794	15.318.976	12.279.818
Outros activos tangíveis	2.844.087	2.210.523	633.564	3.446.778	-	-	385.602	6.290.865	2.596.125	3.694.740
Total Outros activos tangíveis	47.454.135	25.506.851	21.947.284	19.047.207	7.193.325	-4.935.398	8.130.341	59.308.018	28.701.794	30.606.224
Inventário	1.761.851	-	1.761.851	-	163.482	-	-	1.598.369	-	1.598.369

	Saldo a 31.12.2009			Aumentos	Diminuições	Depreciações		Saldo a 31.12.2010		
	Valor bruto	Depreciações	Valor líquido	Aquisições	Transf. e Abates	Regulariz.	Reforço	Valor bruto	Depreciações	Valor líquido
Equipamento administrativo	6.988.050	4.457.424	2.530.626	1.124.541	3.385.707	-3.289.342	533.698	4.726.884	1.701.780	3.025.104
Máquinas, aparelhos e ferramentas	4.459.168	3.835.298	623.870	127.673	1.363.979	-1.320.784	143.321	3.222.862	2.657.835	565.027
Equipamento informático	14.663.526	10.609.221	4.054.305	2.697.032	8.842.792	-8.744.272	1.455.501	8.517.766	3.320.450	5.197.316
Instalações interiores	5.121.110	3.838.076	1.283.034	1.970.775	4.765.552	-3.838.076	-	2.326.333	-	2.326.333
Material de transporte	22.299.892	15.007.056	7.292.836	6.692.123	3.175.812	-3.101.679	3.710.886	25.816.203	15.616.263	10.199.940
Outros activos tangíveis	5.497.749	4.684.166	813.583	171.746	2.825.408	-2.790.435	316.792	2.844.087	2.210.523	633.564
Total Outros activos tangíveis	59.029.495	42.431.241	16.598.254	12.783.890	24.359.250	-23.084.588	6.160.198	47.454.135	25.506.851	21.947.284
Inventário	1.065.536	-	1.065.536	616.315	-	-	-	1.761.851	-	1.761.851

Considera-se que o valor contabilístico relevado não difere significativamente do valor de realização dos activos tangíveis detidos.

NOTA 26 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis da Seguradora encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

A respectiva evolução durante 2011 e 2010 foi como segue:

	Saldo a 31.12.2010			Aumentos		Diminuições		Depreciações		Saldo a 31.12.2011		
	Valor bruto	Depreciações	Valor líquido	Aquisições	Transf.	Alienações	Regulariz.	Reforço	Valor bruto	Depreciações	Valor líquido	
Aplicações informáticas	40.794.574	19.234.808	21.559.766	1.522.256	-	-	-	4.419.897	42.316.830	23.654.706	18.662.124	
Total	40.794.574	19.234.808	21.559.766	1.522.256	-	-	-	4.419.897	42.316.830	23.654.706	18.662.124	

	Saldo a 31.12.2009			Aumentos		Diminuições		Depreciações		Saldo a 31.12.2010		
	Valor bruto	Depreciações	Valor líquido	Aquisições	Transf.	Alienações	Regulariz.	Reforço	Valor bruto	Depreciações	Valor líquido	
Aplicações informáticas	28.907.732	16.540.989	12.366.743	11.959.245	72.403	-	-72.403	2.766.222	40.794.574	19.234.808	21.559.766	
Total	28.907.732	16.540.989	12.366.743	11.959.245	72.403	-	-72.403	2.766.222	40.794.574	19.234.808	21.559.766	

NOTA 27 – PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO CEDIDO

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Provisões técnicas, líquidas de resseguro cedido	'11			'10		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Provisão para prémios não adquiridos	465.001.029	47.639.268	417.361.762	416.840.300	34.152.656	382.687.643
Provisão matemática do ramo Vida	1.942.592.101	151.266	1.942.440.836	1.852.570.137	143.510	1.852.426.627
Provisão para sinistros	323.910.030	62.732.558	261.177.472	335.082.973	115.920.727	219.162.246
Vida	23.055.559	1.330.348	21.725.211	20.065.372	3.154.900	16.910.472
Não-Vida	300.854.471	61.402.210	239.452.261	315.017.601	112.765.827	202.251.774
Provisão para participação nos resultados	689.138.781	-	689.138.781	47.340.554	-	47.340.554
Provisão para desvios de sinistralidade	3.692.825	-	3.692.825	3.398.746	-	3.398.746
Provisão para riscos em curso	-	-	-	-	-	-
Total	3.424.334.767	110.523.092	3.574.989.147	2.655.232.709	150.216.893	2.505.015.816

As provisões para prémios não adquiridos são analisadas como segue:

Provisão para prémios não adquiridos	'11			'10		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Não-Vida						
Acidentes de trabalho	8.283.468	-	8.283.468	7.248.873	-	7.248.873
Acidentes pessoais e doença	255.116.084	237.209	254.878.875	232.444.371	272.312	232.172.059
Incêndio e outros danos	20.698.233	11.550.871	9.147.362	21.233.559	15.252.940	5.980.619
Automóvel	130.529.047	-	130.529.047	130.560.456	-	130.560.456
Diversos	37.650.528	27.926.859	9.723.669	14.937.004	8.641.501	6.295.503
Outros	12.723.668	7.924.329	4.799.340	10.416.037	9.985.903	430.134
Total	465.001.029	47.639.268	417.361.762	416.840.300	34.152.656	382.687.643

As provisões matemáticas do ramo de negócio Vida são analisadas como segue:

Provisão matemática	'11			'10		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Vida						
Rendas	1.027.884.799	-	1.027.884.799	979.333.567	-	979.333.567
Capitalização	718.343.926	-	718.343.926	712.766.930	-	712.766.930
Vida Risco	196.363.377	151.266	196.212.111	160.469.639	143.510	160.326.130
Total	1.942.592.101	151.266	1.942.440.836	1.852.570.137	143.510	1.852.426.627

Movimentação da provisão matemática no exercício de 2011						
	Provisão no início do exercício	Aplicação da provisão para participação nos resultados	Regularizações	Varição do exercício – cf. Conta G&P	Varição cambial	Provisão no final exercício
Vida						
Rendas	979.333.567	-	-1.770.420	50.321.651	-	1.027.884.799
Capitalização	712.766.930	19.277.449	-387.015	33.888.044	-47.201.483	718.343.926
Vida Risco	160.469.639	-	-208.365	36.773.675	-671.573	196.363.377
Total	1.852.570.137	19.277.449	-2.365.800	120.983.371	-47.873.056	1.942.592.101

As provisões para sinistros são analisadas como segue:

Provisão para sinistros	'11			'10		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Vida						
Rendas	1.903.322	-	1.903.322	-162.712	-	-162.712
Capitalização	-	-	-	165.243	-	165.243
Vida Risco	21.152.237	1.330.348	19.821.889	20.062.840	3.154.900	16.907.940
Não-Vida						
Acidentes de trabalho	51.238.521	7.125.943	44.112.578	42.753.721	4.543.842	38.209.879
Acidentes pessoais e doença	8.137.680	1.513.466	6.624.215	10.324.379	1.805.454	8.518.925
Incêndio e outros danos	21.131.315	16.140.694	4.990.620	3.738.937	1.259.400	2.479.537
Automóvel	174.445.354	9.333.538	165.111.817	149.851.425	6.044.668	143.806.757
Diversos	17.607.033	1.107.466	16.499.566	34.207.916	29.602.994	4.604.922
Outros	28.294.568	26.181.103	2.113.465	74.141.224	69.509.469	4.631.755
Total	323.910.030	62.732.558	261.177.472	335.082.973	115.920.727	219.162.246

A provisão para participação nos resultados é analisada como segue:

Provisão para participação nos resultados	'11			'10		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Vida						
Provisão a atribuir						
Rendas	444.275.080 (*)	-	444.275.080	-	-	-
Capitalização	147.819.439 (*)	-	147.819.439	-	-	-
Provisão atribuída						
Rendas	15.267.684	-	15.267.684	-	-	-
Capitalização	30.124.845	-	30.124.845	16.564.857	-	16.564.857
Vida Risco	22.808.628	-	22.808.628	18.521.114	-	18.521.114
Não-Vida						
Provisão atribuída						
Acidentes de trabalho	1.187.455	-	1.187.455	1.076.041	-	1.076.041
Acidentes pessoais e doença	27.655.650	-	27.655.650	11.178.542	-	11.178.542
Total	689.138.781	-	689.138.781	47.340.554	-	47.340.554

(*) Do total da provisão para participação nos resultados a atribuir do ramo de negócio Vida, 589.799.080 Meticais respeitam à variação do justo valor de imóveis afectos a produtos com participação nos resultados a 100% (propriedades de investimentos). Ver adicionalmente Nota 24.

Movimentação da provisão para participação nos resultados no exercício de 2011						
	Provisão no início do exercício	Distribuição	Aplicação na provisão	Compensação de prémio de pensões	Gasto com participação nos resultados cf. Conta G&P	Provisão no final exercício
Vida						
Provisão a atribuir	2.295.440	-	-	-	589.799.080	592.094.519
Provisão atribuída	35.085.971	-15.808.522	-19.277.449	-75.981.733	144.182.890	68.201.157
Subtotal	37.381.411	-15.808.522	-19.277.449	-75.981.733	733.981.970	660.295.676
Não-Vida						
Provisão a atribuir	-	-	-	-	-	-
Provisão atribuída	12.254.583	-11.292.932	-	-	27.881.455	28.843.105
Subtotal	12.254.583	-11.292.932	-	-	27.881.455	28.843.105
Total	49.635.994	-27.101.454	-19.277.449	-75.981.733	761.863.425	689.138.781

A provisão para desvios de sinistralidade é analisada como segue:

Provisão para desvios de sinistralidade	'11			'10		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Não-Vida						
Incêndio e outros danos	3.692.825	-	3.692.825	3.398.746	-	3.398.746
Total	3.692.825	-	3.692.825	3.398.746	-	3.398.746

NOTA 28 – OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

	'11	'10
Contas a receber por operações de seguro directo		
Tomadores de seguros	84.884.314	67.359.141
Tomadores de seguros-empresas do Grupo (Millennium bim)	-	7.452.793
Co-seguradoras	5.458.358	6.223.193
Mediadores de seguros	6.488.158	157.827
	96.830.830	81.192.954
Ajustamento de recibos de prémios por cobrar	-20.573.261	-17.755.523
	76.257.569	63.437.431
Contas a receber por operações de resseguro		
Outros resseguradores	10.687.645	3.587.534
Contas a receber por outras operações		
Outros devedores	2.104.160	2.018.270
Total	89.049.374	69.043.235

O desdobramento da conta de ajustamento apresenta a seguinte evolução:

	Saldo a 31.12.2009	Dotações	Utilizações	Saldo a 31.12.2010	Dotações	Utilizações	Saldo a 31.12.2011
Ajustamento de recibos de prémios por cobrar	13.693.295	4.062.228	-	17.755.523	2.817.738	-	20.573.261

NOTA 29 – IMPOSTOS CORRENTES E IMPOSTOS DIFERIDOS

Os activos e passivos por impostos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisados como segue:

	'11	'10
Activos por impostos correntes	96.803	-
Bónus de antiguidade	2.506.836	2.506.836
Activos por impostos diferidos	2.506.836	2.506.836
Activos por impostos	2.603.638	2.506.836
Imposto sobre rendimento a pagar		
Estimativa de imposto sobre o rendimento	130.018.281	120.060.809
Entregas por conta	-59.370.828	-76.934.098
Retenções	-36.734.439	-45.847.273
Outros impostos		
Imposto de selo	5.167.728	4.443.411
Taxa de supervisão	1.232.401	1.225.564
Outros	1.464.918	1.414.975
Passivos por impostos correntes	41.778.060	4.363.387
Valias não realizadas de investimentos (capital próprio)	657.366	621.932
Varição do justo valor de imóveis afectos a carteiras sem participação nos resultados (propriedades de investimentos)	5.594.880	-
Valias realizadas reconhecidas em resultados transitados aquando da transição (imóveis e depósitos a prazo)	11.989.139	11.989.139
Passivos por impostos diferidos	18.241.385	12.611.071
Passivos por impostos	60.019.445	16.974.458

O movimento do imposto diferido de balanço em 2011 e 2010 foi reconhecido como segue:

	'11		'10		
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de de justo valor	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor	Reconhecido na transição em 01/01/2010
Bónus de antiguidade					2.506.835
Valias não realizadas de investimentos (capital próprio)		-35.434		-130.663	-491.270
Variação do justo valor de imóveis afectos a carteiras sem participação nos resultados (propriedades de investimentos)	5.594.880				
Valias realizadas reconhecidas em resultados transitados aquando da transição (imóveis e depósitos a prazo)					-11.989.139
Impostos diferidos activos/(passivos)	5.594.880	-35.434	-	-130.663	-9.973.574

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	'11	'10
Imposto corrente	142.386.474	118.220.007
Imposto diferido	5.594.880	-
Total de imposto reconhecido em resultados	147.981.354	118.220.007

A taxa efectiva de imposto estimada da Seguradora para o exercício é de cerca de 27,2%, inferior à taxa nominal teórica de 32%. Esta diferença decorre, essencialmente, do impacto da tributação liberatória sobre rendimentos de valores mobiliários admitidos à negociação em bolsa (10%). A reconciliação da taxa de imposto é como segue:

	'11		'10	
	Imposto	Taxa	Imposto	Taxa
IRPC sobre o resultado antes de impostos	174.091.204	32,00%	117.285.293	32,00%
Ajustamentos fiscais:				
Impacto dos custos não dedutíveis	1.100.175		934.714	
Dedução de rendimentos de valores mobiliários admitidos à negociação em bolsa tributados à taxa liberatória (*)	-39.578.218			
Dedução da variação do justo valor de imóveis afectos a carteiras sem participação nos resultados (propriedades de investimentos)	-5.594.880			
IRPC sobre rendimentos de valores mobiliários admitidos à negociação em bolsa (taxa liberatória – já paga)	12.368.193	10,00%		
Imposto diferido passivo relativo à variação do justo valor de imóveis afectos a carteiras sem participação nos resultados (propriedades de investimentos)	5.594.880			
Imposto sobre o rendimento do exercício	147.981.354	27,20%	118.220.007	32,26%

(*) Ver adicionalmente a Nota 38.

As declarações de autoliquidação da Seguradora ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante o período de cinco anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de imposto devido a diferentes interpretações da legislação fiscal.

NOTA 30 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	'11	'10
Acréscimos e diferimentos activos		
Juros a receber	193.658.795	35.057.326
Outros acréscimos e diferimentos	1.531.423	998.106
	195.190.218	36.055.432
Acréscimos e diferimentos passivos		
Remunerações e encargos a liquidar	24.184.780	24.200.876
Outros acréscimos e diferimentos	16.176.556	11.389.980
Total	40.361.336	35.590.856

O aumento da rubrica de Juros a receber face ao exercício homólogo, no montante de 158.601 milhares de Meticais, deve-se essencialmente a um período de reembolso díspar inerente aos bilhetes de tesouro detidos (operações de compra com acordo de revenda).

NOTA 31 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Os outros passivos financeiros registados a 31 de Dezembro de 2010 incluem derivados classificados ao justo valor via ganhos e perdas – derivados de negociação (*Swap* cambial), mensurados com base na determinação do seu justo valor. Em 31 de Dezembro de 2011, a Seguradora não tem qualquer passivo financeiro contratualizado.

NOTA 32 – BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	'11	'10
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		
Benefícios pós-emprego	0	1.434.212
Prémio de antiguidade	7.115.258	7.833.861
Total	7.115.258	9.268.073

■ Benefícios pós-emprego

A Seguradora Internacional de Moçambique atribui aos seus Colaboradores um complemento de reforma para o qual mantém um seguro de capitalização, gerido pela própria Seguradora, que cobre as respectivas responsabilidades.

A avaliação actuarial das responsabilidades com complemento de reforma é efectuada anualmente, sendo a última datada de 31 de Dezembro de 2011.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

Número de participantes	'11	'10
Activos	139	131
Reformados e pensionistas	-	-

A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

	'11	'10
Taxa de desconto	12,45%	14,00%
Taxa de crescimento salarial	11,25%	12,75%
Taxa de rendimento esperada do fundo	12,45%	14,00%
Tábua de mortalidade:		
Homens	PF60/64	PF60/64
Mulheres	PF60/64	PF60/64
Método actuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit

Os activos e as responsabilidades reconhecidos em balanço nos exercícios de 2011 e 2010 são como segue:

	'11	'10
	Planos de pensões	Planos de pensões
Responsabilidades por benefícios (*)	-30.661.283	-30.801.603
Justo valor dos activos (**)	30.661.283	29.367.391
Valor líquido	-	-1.434.212
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	-	-1.434.212

(*) Responsabilidades reconhecidas no Balanço da Seguradora na rubrica "Provisões matemáticas do ramo de negócio Vida".

(**) Activos reconhecidos no Balanço da Seguradora na rubrica "Activos disponíveis para venda" e "Caixa e seus equivalentes e depósitos a ordem".

O acréscimo das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	'11	'10
Responsabilidades em 1 de Janeiro	30.801.603	24.450.702
Custo do serviço corrente	3.603.340	4.962.403
Custo dos juros	3.613.150	3.088.267
Pagamentos efectuados (<i>Lump-sum</i>)	-2.169.466	-27.550
(Ganhos)/perdas actuariais das responsabilidades	-5.187.344	-1.672.219
Responsabilidades em 31 de Dezembro	30.661.283	30.801.603

Os montantes reconhecidos como gastos/rendimentos dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

	'11	'10
Custo do serviço corrente (ver Nota 19)	3.603.340	4.962.403
Custo dos juros	3.613.150	3.088.267
Retorno esperado do fundo	-3.613.150	-3.088.267

A variação dos activos, que financiam as responsabilidades em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é analisada como segue:

	'11	'10
Saldo em 1 de Janeiro	29.367.391	21.067.527
Contribuições da Companhia	3.603.340	4.962.403
Pagamentos efectuados	-2.169.466	-27.550
Retorno esperado do fundo	3.613.150	3.088.267
Ganhos/(perdas) actuariais dos activos	-3.753.132	276.744
Saldo em 31 de Dezembro	30.661.283	29.367.391

Os ganhos e perdas actuariais em 2011 e 2010 são analisadas como segue:

	'11	'10
(Ganhos)/perdas actuariais no início do exercício	1.434.212	3.383.175
(Ganhos)/perdas actuariais nas responsabilidades	-5.187.344	-1.672.219
(Ganhos)/perdas actuariais dos activos	3.753.132	-276.744
(Ganhos)/perdas actuariais no final do exercício	-	1.434.212

A evolução dos benefícios dos empregados e do justo valor dos activos são analisados como segue:

	'11	'10	'09	'08	'07
Responsabilidades por benefícios	-30.661.283	-30.801.603	-24.450.702	-15.463.009	-10.822.631
Justo valor dos activos	30.661.283	29.367.391	21.067.527	16.918.573	13.967.710
Valor líquido	-	-1.434.212	-3.383.175	1.455.564	3.145.079
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	-	-1.434.212	-3.383.175	1.455.564	3.145.079

Os activos são decompostos da seguinte forma:

	'11	'10
Títulos de rendimento fixo – Bilhetes do Tesouro	29.000.000	29.000.000
Depósitos à ordem	1.661.283	367.391
Total	30.661.283	29.367.391

■ Outros benefícios de longo prazo – prémio de antiguidade

O prémio de antiguidade é atribuído aos Colaboradores da Seguradora em função dos anos de serviços prestados à Seguradora, sendo pagos 1, 2 e 3 salários quando atingidos 15, 20 e 30 anos de serviço, respectivamente. O valor actual dos prémios de antiguidade é especializado no final de cada exercício, sendo a provisão reconhecida em Balanço movimentada por contrapartida de gastos com pessoal, o qual inclui o custo dos serviços correntes, o custo dos juros e o ganhos/perdas actuariais.

	'11	'10
Prémio de antiguidade	7.115.258	7.833.861

NOTA 33 – OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	'11	'10
Contas a pagar por operações de seguro directo		
Tomadores de seguros	7.104.287	7.494.576
Co-seguradoras	17.038.816	14.361.538
Mediadores de seguros	10.543.891	494.684
	34.686.994	22.350.797
Contas a pagar por operações de resseguro		
Empresas do Grupo	-	2.178.501
Outros resseguradores	17.869.803	7.686.450
	17.869.803	9.864.951
Contas a pagar por outras operações		
Outros credores	23.624.031	39.735.919
Outros credores-empresas do Grupo (BIM)	47.816	-
	23.671.847	39.735.919
Total	76.228.644	71.951.667

NOTA 34 – CAPITAL, RESERVAS, OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Capital Social da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A., em 31 de Dezembro de 2011, no valor de 147.500.000 Meticais, representado por 1.475.000 acções de valor nominal igual a 100 Meticais, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

	'11	'10
N.º acções em 1 de Janeiro	1.475.000	1.475.000
N.º acções em 31 de Dezembro	1.475.000	1.475.000

Em 2011, manteve-se a estrutura accionista da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.

	Número de acções	Percentagem de participação social
BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.	1.326.232	89,91%
PT Participações, S.G.P.S., S.A.	86.068	5,84%
FDC – Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	30.716	2,08%
TDM – Telecomunicações de Moçambique, E. P.	30.716	2,08%
Restantes accionistas	1.268	0,09%
Total	1.475.000	100,00%

A aplicação do resultado líquido do exercício de 2010 foi efectuada como segue:

Aplicação do Resultado Líquido Exercício	'10
Resultado do exercício anterior	248.296.533
Aplicação:	
Fundo Reserva Legal	-
Reservas livres	101.887.188
Resultados transitados	20.305.230
Dividendos	126.104.115

Com base nos dividendos distribuídos, referidos acima, e considerando que o capital da Seguradora estava, até à data da distribuição dos resultados, representado por 1.475.000 acções, tal corresponde a um total de dividendos por acção de 85,5 Meticais.

No quadro abaixo encontra-se o detalhe dos dividendos pagos, em 2011, a cada Accionista:

Accionista	% Capital	Dividendos
BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.	89,91%	113.385.254
PT Participações, S.G.P.S., S.A.	5,84%	7.358.427
FDC – Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	2,08%	2.625.992
TDM –Telecomunicações de Moçambique, E. P.	2,08%	2.625.992
PROINVEST	0,04%	54.225
Inocência Matavel	0,04%	54.225
Total	100,00%	126.104.115

Descrição da natureza e da finalidade de cada reserva do capital próprio:

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros acomodam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. Ver adicionalmente Nota 22.

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios, nesta rubrica. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Outras Reservas

Inclui as Reservas Livres, as quais resultam de resultados positivos, não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos Accionistas e, adicionalmente, a Reserva Legal, a qual só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. Nos termos da legislação moçambicana em vigor, a reserva legal é constituída na base das seguintes percentagens mínimas dos lucros apurados em cada exercício:

- (i) 20% até que o valor dessa reserva represente metade dos mínimos do capital social exigível nos termos do n.º 1 do artigo 17 da lei 3/2003 de 21 de Janeiro;
- (ii) 10% a partir do momento em que tenha sido atingido o montante referido na alínea anterior; até que aquela reserva represente um valor igual ao referido capital social.

Detalhe da rubrica Outras reservas

	'11	'10
Reserva legal	100.000.000	100.000.000
Reserva livre	587.359.004	485.471.816
Premio de emissão	8.258.661	8.258.661
Total	695.617.665	593.730.477

Resultado do exercício

O resultado por acção de 2011 é de 269 Meticais. Comparado com 168 Meticais de 2010 sofreu um incremento de 59.5%, devido ao incremento do resultado líquido do exercício.

NOTA 35 – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A empresa-mãe do Grupo ao qual pertence a Seguradora é o BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A., o qual detém 89,91% do capital da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. O BIM – Banco Internacional de Moçambique é controlado pelo BCP – Banco Comercial Português, S.A, o qual detém 66,69% do seu capital.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o valor das remunerações do Conselho de Administração é analisado como segue:

	'11	'10
Remunerações	9.103.512	6.042.463
Total	9.103.512	6.042.463

A análise das transacções com partes relacionadas em 2011 é analisada como segue:

Balço	Millennium bim	Ocidental Seguros	Beira nave	Constelation	Benefícios pós-emprego – Millennium bim	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos a ordem	83.343.846				3.970.416	87.314.262
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			650.850	210.700.000		211.350.850
Activos financeiros disponíveis para venda	1.507.408.702				677.328.941	2.184.737.643
Outros depósitos	109.346.578				276.313.081	385.659.659
Edifícios de rendimento					1.324.185.985	1.324.185.985
Outros devedores						0
Juros a receber	122.221.950				67.927.895	190.149.845
Total do activo	1.822.321.076	-	650.850	210.700.000	2.349.726.318	4.383.398.244
Provisão matemática do Vida					-1.697.069.559	-1.697.069.559
Provisão para sinistros	-6.890.000				-1.903.322	-8.793.322
Provisão para participação nos resultados	-22.808.628				-637.487.048	-660.295.676
Contas a pagar por operações de seguro directos	-3.566.467				-	-3.566.467
Contas a pagar por outras operações	-47.816	-147.673			-	-47.816
Total do passivo	-33.312.911	-147.673	-	-	-2.336.459.928	-2.369.772.839
Dividendos distribuídos	113.385.254					113.385.254

Conta de ganhos e perdas	Millennium bim	Ocidental Seguros	Constelation	Benefícios pós-emprego – Millennium bim	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	-21.000.030			-219.334.679	-240.334.709
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	18.280.244			206.058.346	224.338.589
Provisão matemática do Vida, líquida de resseguro				37.862.002	37.862.002
Participação nos resultados, líquida de resseguro	22.808.628			711.173.342	733.981.970
Custos de exploração, líquidos	43.076.526			0	43.076.526
Rendimentos de investimentos	-209.819.986			-165.368.752	-375.188.738
Ganhos líquidos pela venda de activos que não estejam classificados como activos não correntes detidos para a venda e unidades operacionais descontinuadas				-589.799.080	-589.799.080
Total dos rendimentos/gastos	-146.654.617	-	-	-19.408.821	-166.063.438

A análise das transacções com partes relacionadas em 2010, é analisada como segue:

Balço	Millennium bim	Ocidental Seguros	Beira nave	Constelation	Benefícios pós-emprego – Millennium bim	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos a ordem	49.508.214				998.660	50.506.874
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			650.850	210.700.000		211.350.850
Activos financeiros disponíveis para venda	308.750.000				876.742.217	1.185.492.217
Outros depósitos	238.574.195				70.100.000	308.674.195
Edifícios de rendimento					633.598.905	633.598.905
Contas a receber por operações de seguro directo	7.452.793					7.452.793
Juros a receber	9.842.370				8.708.976	18.551.346
Total do activo	614.127.572	-	650.850	210.700.000	1.590.148.757	2.415.627.180
Provisão matemática do ramo Vida					-1.641.388.102	-1.641.388.102
Provisão para sinistros					-2.532	-2.532
Provisão para participação nos resultados	-14.034.831				-19.277.449	-33.312.281
Contas a pagar por operações de seguro directo	-3.873.944				-	-3.873.944
Contas a pagar por outras operações de resseguro		-2.178.501			-	-2.178.501
Contas a pagar por outras operações		-4.678.911				4.678.911
Total do passivo	-17.908.775	-6.857.412	-	-	-1.660.668.083	-1.685.434.270
Dividendos distribuídos	45.471.493	-	-	-	-	45.471.493

Conta de ganhos e perdas	Millennium bim	Ocidental Seguros	Beira nave	Constelation	Benefícios pós-emprego – Millennium bim	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	-19.925.436	8.575.485			-215.550.941	-226.900.892
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	18.976.520				136.884.074	155.860.594
Provisão matemática do Vida, líquida de resseguro					160.795.873	160.795.873
Participação nos resultados, líquida de resseguro	14.034.831				86.250.505	100.285.336
Custos de exploração, líquidos	39.413.441				0	39.413.441
Rendimentos de investimentos	-76.569.161				-185.511.186	-262.080.347
Ganhos líquidos de activos que não estejam classificados como activos não correntes detidos para a venda e unidades operacionais descontinuadas						
Total dos rendimentos/gastos	-24.069.805	8.575.485			-17.131.675	-32.625.995

NOTA 36 – GESTÃO DE RISCOS DE ACTIVIDADE

Uma gestão de risco saudável é um dos pilares de suporte a uma estratégia de crescimento rentável e sustentável, e consequentemente uma competência importante na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. Como parte da sua governação a Seguradora adoptou uma estrutura organizacional de gestão de riscos baseada na estrutura em vigor no Grupo Millennium bim. O objectivo primordial é o desenvolvimento e implementação de uma estrutura de gestão de riscos que permita assegurar e atingir o equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno de modo a fixar e preservar a confiança dos Clientes, dos Accionistas, dos reguladores e das restantes partes interessadas. A estrutura de gestão de riscos está inerente a todos níveis dentro da Seguradora.

Os principais riscos são os seguintes:

Risco específico de seguros	Risco de investimento	Risco operacional
Risco específico do Não-Vida	Risco de crédito	Risco evento
Risco específico do Vida	Risco de mercado	Risco negócio
	Risco de liquidez	
	Risco de câmbio	

1) RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS

Devido à natureza particular da actividade seguradora, parte do risco de subscrição é transferido do segurado para a seguradora. Enquanto que ao nível do segurado este risco pode ser aleatório e portanto imprevisível, uma das principais funções da Seguradora é agrupar esses riscos individuais em carteiras onde os custos com sinistros e as suas variações potenciais podem ser analisados e modelizados. As seguradoras definem prémios, reservas e requisitos de capital (solvência) com base na percepção dos custos médios com sinistros e de como é que estes podem variar. Analisar, monitorizar e estimar estes custos são actividades essenciais na gestão de risco de seguro. A incerteza inerente às despesas futuras e às taxas de resgate/anulação fazem também parte do risco de seguro, dado o seu potencial impacto nos sinistros e requisitos de provisionamento.

O risco específico de seguros abrange todos os riscos inerentes à actividade seguradora, com excepção dos que são abrangidos no âmbito do risco de investimento ou do risco operacional.

Os seguros do ramo de negócio Não-Vida estão sujeitos ao risco de seguro através da incerteza relativa aos sinistros. Em particular para os seguros de saúde, a incerteza dos custos está também relacionada com variações nos custos médicos. As taxas de invalidez podem também ser incluídas no risco de longevidade quando os produtos são vitalícios, como sejam, pensões de acidentes de trabalho e algumas apólices de saúde.

Na tabela seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade do justo valor dos capitais a alterações de factores financeiros e não financeiros. Deve ser entendido como justo valor dos capitais a diferença entre o justo valor dos activos e das responsabilidades.

Análises de sensibilidade	Impacto no resultado antes dos impostos 31.12.2011	Impacto no resultado antes dos impostos 31.12.2010
Custos de exploração -10%	18.557.556	18.596.498
Custos com sinistros +5%	-19.361.564	-22.584.813

Gestão do risco de seguro

A Seguradora gere o risco específico dos seguros através da combinação de políticas de subscrição (*underwriting*), de *pricing*, de provisionamento e de resseguro.

O departamento de Actuariado é responsável por avaliar e gerir o risco específico de seguros no contexto das políticas e directrizes definidas a nível do Grupo Millennium bim. A Direcção analisa e aprova regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas. De destacar ainda que a gestão do risco específico do seguro é gerida em conjunto com outros riscos incluindo a adequação dos activos às responsabilidades. Neste sentido, outros departamentos, como Resseguro e Investimentos são também envolvidos no processo.

Políticas de subscrição

As políticas de subscrição integram as políticas globais de gestão de risco. As mesmas são definidas e revistas em articulação com o departamento actuarial, atendendo os dados históricos de perdas registadas. Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e de análises estatística, de forma a melhorar as normas de subscrição, melhorar a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

Pricing

A Seguradora tem como objectivo definir prémios que proporcionem lucros adequados depois de cobertos os custos com os sinistros (e outros custos) e o custo do capital. Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira.

Os factores levados em consideração na definição dos preços dos contractos de seguro variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos, mas em geral incluem o seguinte:

- Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus *timings*;
- O nível de incerteza associado aos custos;
- Outros custos associados à comercialização de cada produto, tais como custo com a distribuição, o marketing, a gestão de apólice e a gestão de sinistros;
- Condições do mercado de capitais e inflação;
- Objectivos de rentabilidade;
- Condições do mercado segurador; nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecidos por concorrentes.

Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista anualmente, sendo as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades é definido de forma a dar garantias à gestão da Seguradora que existem activos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades registadas.

Resseguro

Quando apropriado, a Seguradora celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros, nomeadamente devido a fenómenos climatéricos (desastres naturais). Os eventos mencionados anteriormente estão directamente relacionados com as condições atmosféricas bem como com a própria actividade do Homem. A selecção das resseguradoras baseia-se principalmente em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

O principal objectivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes terremotos/sismos, tempestades ou inundações, grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados e o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias por linha de negócio é resumida de seguida:

Ramo	Tipo de resseguro	Retenção líquida	Limite de cobertura
Incêndio	Excedente	200.000	6.200.000
Engenharia	Excedente	200.000	6.200.000
Incêndio (catástrofes naturais)	Excesso de Perdas (XoL)	400.000	2.400.000
Engenharia (catástrofes naturais)	Excesso de Perdas (XoL)	400.000	2.400.000
Roubo	Excedente	25.000	212.500
Dinheiro em cofre	Excedente	25.000	275.000
Dinheiro em trânsito	Excedente	25.000	150.000
Transporte	Quota Parte	120.000	1.200.000
Marítimo cascos	Quota Parte	40.000	400.000
Responsabilidade civil	Excesso de Perdas (XoL)	40.000	500.000
Automóvel responsabilidade civil	Excesso de Perdas (XoL)	40.000	1.350.000
Automóvel danos próprios	Excesso de Perdas (XoL)	40.000	270.000
Acidentes pessoais	Excesso de Perdas (XoL)	40.000	250.000
Acidentes de trabalho	Excesso de Perdas (XoL)	40.000	250.000

O risco de sinistros Não-Vida é relativo à incerteza das perdas efectivas decorrentes do ramo de negócio Não-Vida. O tempo necessário para conhecer e liquidar os sinistros é um factor importante a ter em conta na constituição de provisões. Os sinistros de prazo curto, tais como os decorrentes do seguro automóvel/danos materiais e seguro de multiriscos, em geral são comunicados e liquidados em pouco tempo. A resolução de sinistros de prazo longo, tais como os relativos a danos corporais, podem levar anos a serem encerrados. Estes sinistros, devido à natureza das perdas, tornam as informações relativas à ocorrência mais difíceis de obter bem como os tratamentos médicos necessários mais morosos. Para além disso, a análise de perdas de prazo longo é mais difícil e obriga a um trabalho mais pormenorizado, estando as estimativas dos pagamentos futuros mais sujeitas a incerteza.

Em geral, a Seguradora constitui provisões para sinistro por produto, cobertura e ano de ocorrência e constitui provisão para sinistros já ocorridos mas ainda não comunicados.

O rácio combinado é representado pela soma do rácio de despesas. O rácio de despesas resulta do quociente entre a divisão das despesas gerais imputáveis ao ramo de negócio (custos administrativos, amortizações, comissões e remuneração à rede, etc.) e os prémios adquiridos. O rácio de sinistros resulta do quociente entre os custos com sinistros e os prémios adquiridos.

O rácio combinado a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é o seguinte:

	Rácio sinistros		Rácio despesas		Rácio combinado	
	'11	'10	'11	'10	'11	'10
Não-Vida	31%	37%	29%	32%	61%	68%
Acidentes de trabalho	15%	26%	19%	13%	34%	39%
Acidentes pessoais e doença	16%	22%	25%	34%	41%	56%
Incêndio e outros danos	42%	48%	21%	24%	63%	72%
Automóvel	13%	7%	45%	13%	58%	20%
Diversos	53%	44%	28%	17%	81%	61%
Outros	-9%	3%	54%	36%	45%	40%

Riscos de longevidade e mortalidade

O risco de longevidade ocorre quando um decréscimo inesperado das taxas de mortalidade conduz a aumentos de sinistros superiores aos esperados em produtos como as rendas vitalícias. O risco de longevidade é gerido através do *pricing*, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os prémios e constituir provisões. Quando se chega à conclusão de que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são criadas provisões suplementares e os prémios ajustados em conformidade.

O risco de mortalidade cobre a incerteza das perdas efectivas resultantes das pessoas seguras viverem menos do que o esperado, sendo mais relevante, por exemplo, nos seguros temporários anuais renováveis. Dado o aumento contínuo da esperança de vida da população segura, o risco de mortalidade ao nível da carteira em vigor não é significativo nesta fase. No entanto, o risco de mortalidade pode tornar-se significativo se manifestarem doenças epidémicas ou se ocorrer um grande número de mortes na sequência de catástrofes, tais como acidentes industriais ou ataques terroristas. O risco de mortalidade é mitigado através da política de subscrição e da revisão regular das tabelas de mortalidade, mas também através de tratados de resseguro de protecção da retenção.

Os principais pressupostos actuariais usados no cálculo do valor das reservas matemáticas de acidentes de trabalho são os seguintes:

Tábua de mortalidade	Pensões remíveis	Pensões não remíveis
Homens	RF	RF
Mulheres/viúva	Portuguesa 1930/31	Portuguesa 1930/31
Órfãos	Suíça 1901/1910	Suíça 1901/1910
Taxa de desconto	3,25%	3,25%
Encargos de gestão	2,00%	2,00%

Risco de invalidez

O risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efectivas devidas à ocorrência de taxas de invalidez superiores às esperadas e pode ser mais relevante, por exemplo, nas carteiras de seguros de saúde, acidentes pessoais, acidentes de trabalho e vida risco.

A incidência deste risco, bem como as taxas de recuperação são influenciadas por vários factores tais como o ambiente económico, a intervenção governamental, avanços da medicina, bem como os critérios utilizados para a avaliação da invalidez. Este risco é gerido através duma revisão regular do padrão histórico de sinistros e das tendências futuras esperadas, assim como através do ajustamento dos preços, provisões e políticas de subscrição, sempre que tal se justifique. A também mitiga o risco de invalidez através da adopção de questionários médicos adequados e ajustados e de uma cobertura apropriada de resseguro.

Desenvolvimento da Provisão para sinistro relativa a sinistros ocorridos em exercícios e dos seus reajustamentos (correções):

2011	Provisão para sinistros em 31/12/2010 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2011 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Acidentes de trabalho	-42.753.721	5.466.407	-37.435.670	148.356
Acidentes pessoais e doença	-10.324.379	2.177.748	-5.658.077	-2.488.554
Incêndio e outros danos	-3.738.937	33.979.126	-2.974.313	33.214.502
Automóvel	-149.851.425	48.436.002	-104.891.234	3.475.811
Diversos	-74.141.224	2.131.486	-2.568.601	-69.441.137
Outros	-34.207.916	13.652.854	-26.006.433	5.451.372
Total Não-Vida	-315.017.601	105.843.623	-179.534.329	-29.639.650

2010	Provisão para sinistros em 31/12/2009 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2010 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Acidentes de trabalho	-33.345.440	5.009.037	-32.575.616	4.239.213
Acidentes pessoais e doença	-11.508.554	4.103.773	-7.371.142	-33.639
Incêndio e outros danos	-5.388.248	1.238.473	-1.104.794	-3.044.980
Automóvel	-119.560.427	49.721.153	-80.856.606	11.017.332
Diversos	-70.451.948	268.691	-69.982.691	-200.566
Outros	-30.975.795	94.416	-31.382.743	501.363
Total Não-Vida	-271.230.412	60.435.543	-223.273.592	12.478.723

A informação adicional por linha de negócio é a seguinte:

2011	Montantes pagos – prestações (1)	Montantes pagos – custo de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (3)+(2)-(1)
Acidentes de trabalho	-5.466.407	-767.228	-8.484.830	-14.718.466
Acidentes pessoais e doença	-26.437.067	-805.590	1.980.384	-25.262.273
Incêndio e outros danos	-37.423.693	-575.421	-17.319.607	-55.318.721
Automóvel	-142.431.105	-3.452.527	-21.865.093	-167.748.725
Diversos	-25.795.605	-	49.526.124	23.730.519
Outros	-2.298.845	-	1.469.530	-829.316
Total Não-Vida	-239.852.723	-5.600.765	5.306.507	-240.146.982

2010	Montantes pagos – prestações (1)	Montantes pagos – custo de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (3)+(2)-(1)
Acidentes de trabalho	-5.767.613	-703.741	-9.513.971	-15.985.324
Acidentes pessoais e doença	-29.456.353	-738.928	1.705.244	-28.490.037
Incêndio e outros danos	-2.274.703	-527.806	1.640.148	-1.162.360
Automóvel	-138.651.091	-3.166.835	-25.697.751	-167.515.677
Diversos	-21.879.618	-	-950.313	-22.829.931
Outros	-182.781	-	-257.844	-440.625
Total Não-Vida	-198.212.159	-5.137.310	-33.074.486	-236.423.954

A informação adicional por linha de negócio é a seguinte:

2011	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Acidentes de trabalho	79.627.550	78.545.213	-14.718.465	-14.911.165	-794.056
Acidentes pessoais e doença	179.310.676	151.913.473	-25.262.273	-37.062.371	3.917.128
Incêndio e outros danos	143.437.470	143.292.329	-55.318.721	-26.733.369	46.637.036
Automóvel	389.809.065	380.547.089	-167.748.725	-77.925.784	3.057.544
Diversos	114.468.934	89.677.282	23.730.519	-18.899.817	94.912.941
Outros	57.545.321	55.551.979	-829.316	-12.097.191	39.240.458
Total Não-Vida	964.199.018	899.527.364	-240.146.982	-187.629.697	186.971.051

2010	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Acidentes de trabalho	64.692.690	63.549.500	-15.985.325	-13.123.878	2.482.030
Acidentes pessoais e doença	210.374.769	136.320.843	-28.490.037	-47.621.648	5.008.893
Incêndio e outros danos	78.790.246	76.397.079	-1.162.360	-16.009.833	34.410.896
Automóvel	363.066.859	348.526.809	-167.515.677	-79.103.949	14.118.036
Diversos	70.044.817	69.794.920	-22.829.931	-12.779.819	13.079.662
Outros	54.691.878	51.588.102	-440.625	-11.772.102	25.328.273
Total Não-Vida	841.661.259	746.177.253	-236.423.954	-180.411.229	94.427.790

Requisitos de solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com o Dec. n.º 30/2011 de 11 de Agosto, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias.

A Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência, para o qual tem definido um objectivo mínimo de 200% da exigência legal.

Na Nota 37, podemos verificar os níveis de solvência da Seguradora para os exercícios de 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

2) RISCO DE INVESTIMENTOS

O risco de investimentos é composto por três riscos: Crédito, Mercado e Liquidez.

a) Risco de crédito

O risco de crédito deve ser entendido como risco decorrente da incapacidade de um emissor cumprir os termos contratados ou de alguma forma falhar esses termos.

No contexto da Seguradora, este risco é essencialmente relevante nas suas carteiras de investimentos financeiros, através da sua exposição a obrigações, em que estamos investidos para benefícios quer dos segurados quer dos nossos Accionistas. Este risco é gerido através da implementação de uma política de crédito que contém um conjunto de princípios, normas, directrizes e procedimentos para efeitos de identificação, mensuração e reporte.

A Seguradora está igualmente exposta a risco de crédito, através dos tratados de resseguro, mas relativamente a estes a Seguradora assegura-se que os mesmos são colocados em instituições de elevada qualidade creditícia.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos repartida por categoria e por tipo de activo.

	'11		'10	
	Valor	%	Valor	%
Investimentos em filiais e associadas	211.350.850	5%	211.350.850	6%
Activos financeiros disponíveis para venda	2.339.306.356	51%	2.121.275.651	61%
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	2.332.677.954	51%	2.115.302.619	61%
De dívida pública	1.781.705.925	39%	1.726.284.503	50%
De outros emissores	550.972.029	12%	389.018.117	11%
Títulos de rendimento variável – Acções	6.628.402	0%	5.973.032	0%
Empréstimos e contas a receber	385.659.645	8%	308.674.498	9%
Depósitos a prazo	385.659.645		308.674.498	9%
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem				
Depósitos a ordem e depósitos a prazo com maturidade inferior a 90 dias	52.209.441	1%	25.692.200	1%
Edifícios de rendimento	1.377.141.725	30%	769.485.905	22%
Juros a receber	193.658.795	4%	35.057.329	1%
Total	4.559.326.812	100%	3.471.536.433	100%

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos repartida por tipo de activo.

	'11		'10	
	Valor	%	Valor	%
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	2.332.677.954	51%	2.115.302.619	61%
Títulos de rendimento variável – Acções	217.979.252	5%	217.323.882	6%
Depósitos a prazo	437.869.086	10%	334.366.698	10%
Imóveis	1.377.141.725	30%	769.485.905	22%
Juros a receber	193.658.795	4%	35.057.329	1%
Total	4.559.326.812	100%	3.471.536.433	100%

Um dos objectivos da política de investimentos da Seguradora é mitigar o risco de crédito subjacente através da diversificação da carteira, por sector, mercado e país.

As Obrigações da Seguradora podem ser decompostas por tipo de sector:

	'11		'10	
	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	1.781.705.925	76%	1.726.284.503	82%
Instituições financeiras	520.552.559	22%	343.203.350	16%
Comunicações	30.419.471	1%	45.814.767	2%
Total	2.332.677.954	100%	2.115.302.619	100%

As acções detidas pela Seguradora podem ser decompostas por tipo de sector:

	'11		'10	
	Valor	%	Valor	%
Imobiliária	210.700.000	97%	210.700.000	97%
Bens consumíveis	5.636.180	3%	4.980.810	2%
Financeira	992.222	0%	992.222	0%
Naval	650.850	0%	650.850	0%
Total	217.979.252	100%	217.323.882	100%

O quadro seguinte mostra a qualidade creditícia (*rating*) dos emitentes de todas obrigações, depósitos e outros devedores (com base em *ratings* externos):

Notas	'11		'10	
	Valor	%	Valor	%
i) Dívida Pública	1.781.705.925	76%	1.726.284.503	82%
ii) Obrigações Corporativas Nacionais	522.919.471	22%	354.564.767	17%
iii) Obrigações Corporativas Estrangeiras	28.052.559	1%	34.453.350	2%
Total	2.332.677.954	100%	2.115.302.619	100%

Notas	'11		'10	
	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de crédito				
iv) Depósitos a prazo	385.659.645	69%	308.674.498	72%
iv) Depósitos a ordem e depósitos a prazo com maturidade inferior a 90 dias	87.342.492	16%	50.506.874	12%
iv) Outros devedores por operações de seguros e outras operações	89.049.374	16%	69.043.235	16%
Total	562.051.510	100%	428.224.607	100%

Notas:

i.) Dívida pública – dívida soberana e segundo estudos recentes do IMF, Moçambique, apesar de constrangimentos estruturais apresentou nos últimos 15 anos uma estabilidade política e económica que lhe permite crescimentos sustentados da economia a níveis de 7% ao ano e com tendência de diversificar a sua base de crescimento. Reformou o sistema tributário e prossegue com o alargamento da base fiscal. Por estas razões foi atribuída ao País uma notação de *rating* "B" pela agência de notação Fitch Ratings. *Fitch Ratings, Sovereigns, Full Rating Report, Mozambique, August 2010.*

ii.) Não temos em Moçambique um mercado de capitais líquido e estruturado. As transacções são feitas numa base de colocação privada por intermediários financeiros que coincidem com as próprias instituições financeiras, portanto não temos correctores e a divulgação de eventos é formalmente feita na Bolsa de Valores.

■ BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. na qualidade de emitente das obrigações: Sem notação de *rating*;

■ Mcel na qualidade de emitente das obrigações: *rating* interno no BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. "5", numa escala de "3 a 12", portanto, "bom" porque é participada pelo Estado e este tem uma notação de *rating* interno de "5".

iii) HSBC na qualidade de emitente e para dívida de médio e longo prazo – "AA" e curto prazo "F1+" Fitch *ratings*; S&P – médio e longo prazo "A+" e curto prazo "A-1" Site HSBC, *Credit ratings*, 01/02/2012.

b) Risco de Mercado

É da responsabilidade do departamento de investimento garantir a mitigação do risco de mercado através das seguintes acções:

■ Análise sobre impacto de aumento ou alienação da carteira de activos financeiros de curto, médio e longo prazo;

■ Definição de estratégias de diversificação de produtos que potenciem soluções com valor acrescentado;

■ Monitorização e reavaliação trimestral dos activos que compõem as carteiras da Seguradora, através da metodologia *mark-to-market*;

- Monitorar e garantir que a legislação e regulamentação da entidade de supervisão estão a ser cumpridos.

As análises que propiciam a tomada de decisões neste âmbito são: análises de *Cash-flows gap*; Análises de sensibilidade às taxas de juro; *duration*; *earnings at risk* e *value-at-risk*.

c) Risco de Liquidez

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 os *cash-flows* previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

2011	Maturidade					Sem maturidade	Total
	<1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	> 5 anos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo (inclui juro corrido)	40.973.680	1.150.123.895	745.920.160	387.800.482	176.193.099	-	2.501.011.315
Títulos de rendimento variável – Acções						217.979.252	217.979.252
Depósitos a prazo	12.300.728	129.850.490	321.043.301	-	-	-	463.194.519
Edifícios de rendimento						1.377.141.725	1.377.141.725
Total	53.274.408	1.279.974.384	1.066.963.461	387.800.482	176.193.099	1.595.120.977	4.559.326.811

2010	Maturidade					Sem maturidade	Total
	<1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	> 5 anos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo (inclui juro corrido)	273.972.977	767.503.203	503.584.306	421.951.826	176.270.573	-	2.143.282.884
Títulos de rendimento variável – Acções						217.323.882	217.323.882
Depósitos a prazo	11.583.015	44.854.328	285.006.418	-	-	-	341.443.761
Edifícios de rendimento						769.485.905	769.485.905
Total	285.555.992	812.357.531	788.590.724	421.951.826	176.270.573	986.809.787	3.471.536.433

d) Risco de câmbio

O risco de câmbio advém de possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda de referência da Seguradora, ou seja, o Metical.

O balanço da Seguradora tem a seguinte exposição cambial:

	'11	'10
Activos em moeda externa	389.277.004	514.105.654
Passivos em moeda externa	-330.887.854	-440.615.845
Saldo líquido em moeda externa	58.389.150	73.489.809

3) RISCO OPERACIONAL

Qualquer instituição, incluindo as instituições financeiras, está sujeita a risco operacional, consequência da incerteza inerente ao negócio e do processo de tomada de decisões. Para efeitos de reporte e monitorização, o risco operacional pode ser dividido em duas categorias, risco de evento e risco de negócio.

O risco de evento compreende o risco de perdas resultantes da inexistência ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou devido a eventos externos. Esta definição de risco de evento inclui o risco legal e de *compliance*, excluindo o risco estratégico e reputacional.

O risco de negócio é o risco de "estar no negócio" e compreende o risco da perda devido a mudanças no ambiente estrutural e/ou competitivo. Tem uma natureza essencialmente externa podendo, mesmo assim, ser mitigado por boas práticas de gestão.

No âmbito do risco operacional a Seguradora tem definido, entre outras, políticas/procedimentos em matéria de continuidade de negócio, segurança IT, *procurement*, branqueamento de capitais, controlo interno e combate à fraude.

NOTA 37 – COBERTURA DA MARGEM DE SOLVÊNCIA CORRIGIDA

A Seguradora está sujeita aos requisitos de solvência definidos pela Decreto n.º 30/2011 emitidas pelo Conselho de Ministros. Os requisitos de solvência são determinados de acordo com as demonstrações financeiras, as quais são preparadas de acordo com as normas do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique.

	'11	'10	'11/'10
Capital	147.500.000	147.500.000	0,00%
Reservas	697.671.935	606.571.629	15,00%
Resultado do exercício líquido de dividendos	198.026.830	126.104.116	57,00%
Elementos a deduzir	-18.662.124	-2.326.334	702,20%
Margem de solvência disponível	1.024.536.641	877.849.411	16,70%
Margem de solvência exigida Não-Vida	183.515.104	157.000.908	16,90%
Margem de solvência exigida Vida	127.021.282	91.777.914	38,40%
Excesso/(insuficiência) da margem de solvência	714.000.256	629.070.589	13,50%
Cobertura	329,90%	352,90%	-22,90%

NOTA 38 – ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Tendo por base o Artigo 62.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, é entendimento da Administração que os rendimentos obtidos de instrumentos financeiros cotados na Bolsa de Valores de Moçambique estão sujeitos a uma taxa liberatória de 10%, pelo que foi solicitado à Autoridade Tributária Moçambicana, no final do mês de Dezembro de 2011, o reembolso do imposto liquidado em excesso relativamente aos exercícios de 2008, 2009 e 2010, no montante de 53.265 milhares de Meticais (32% - 10% = 22%). O referido montante será reconhecido nas contas da Seguradora logo que seja obtida autorização para tal, da parte da Autoridade Tributária de Moçambique.

NOTA 39 – AJUSTAMENTOS DE TRANSIÇÃO PARA O NOVO REGIME CONTABILÍSTICO E RESPECTIVOS IMPACTOS EM 1 DE JANEIRO DE 2010 (DATA DE TRANSIÇÃO)

	Capital próprio	Capital social	Outros instrumentos de capital	Reserva de reav. de justo valor	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício
Contas em 31 de Dezembro de 2009 (antes de ajustamentos)	801.413.314	147.500.000	8.258.661	53.977.456	-	389.388.372	-	202.288.825
Ajustamentos (líquidos de impostos diferidos):								
1) Reclassificação da reserva de reavaliação dos imóveis: Transferir as valias potenciais da RRJV para RT	-6.367.976			-19.899.927			13.531.950	
2) Anulação da valia potencial do BCI: para repor a participação não cotada ao custo (participação financeira)	-4.550.188			-4.550.188				
3) Anulação da valia potencial da Beira Nave: para repor a participação não cotada ao custo (associada)	-10.631.905			-10.631.905				
4) Ajustamento das valias cambiais de investimentos livres e afectos sem participação nos resultados: Transferência das valias cambiais dos DP e Obrigações HSBC (Não-Vida) da RRJV, para resultados transitados	-2.770.481			-8.657.753			5.887.272	
5) Ajustamento da Reserva de Justo Valor; tendo por base as respectivas valias potenciais à data de 1 de Janeiro de 2010	-2.784.789			-8.702.466			5.917.677	
6) Reconhecimento do Imposto diferido para a reserva de Justo Valor	-491.270				-491.270			
7) Reconhecimento da responsabilidade com bónus de antiguidade	-1.275.305						-1.275.305	
8) Ajuste de reserva de fusão: Reclassificação de reservas livres para resultados transitados, da reserva negativa gerada aquando da fusão da Seguradora Internacional de Moçambique com a Impar						44.366.824	-44.366.824	
9) Reclassificação do Resultado Líquido do Exercício para Resultados Transitados							202.288.825	-202.288.825
Contas em 1 de Janeiro de 2010 (após ajustamentos)	772.541.400	147.500.000	8.258.661	1.535.217	-491.270	433.755.196	181.983.595	-

Para efeito de leitura do novo Balanço comparativo, apresenta-se em seguida os montantes dos ajustamentos decorrentes da adopção do novo plano de contas.

Descrição	31-12-2010	Movimentos novo plano de contas	31-12-2010 (novo plano de contas)
Caixa e seus equivalentes e depósitos a ordem	50.506.874	-	50.506.874
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	211.350.850	211.350.850
Activos disponíveis para venda	2.350.424.874	-229.149.223	2.121.275.651
Empréstimos e contas a receber	308.674.498	-	308.674.498
Edifícios	769.485.905	-	769.485.905
Outros activos tangíveis	42.942.566	-20.995.283	21.947.284
Inventários	-	1.761.851	1.761.851
Outros activos intangíveis	2.326.335	19.233.432	21.559.766
Provisões técnicas de resseguro cedido	150.216.893	-	150.216.893
Activos por benefícios pós emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	68.986.793	56.442	69.043.235
Activos por impostos	-	2.506.836	2.506.836
Acréscimos e diferimentos	36.055.429	-	36.055.429
Total do activo	3.779.620.168	-15.235.095	3.764.385.073
Provisões técnicas	-2.653.459.019	-1.773.690	-2.655.232.709
Outros passivos financeiros	-	-4.417.476	-4.417.476
Passivos por benefícios pós emprego e outros benefícios de longo prazo	-1.434.212	-7.833.861	-9.268.073
Outros credores por operações de seguros em outras operações	-71.951.667	-	-71.951.667
Passivos por impostos	-4.363.386	-12.611.072	-16.974.458
Acréscimos e diferimentos	-35.590.856	-	-35.590.856
Outras provisões	-350.000	-56.442	-406.442
Fundo dotações futuras	-6.191.166	6.191.166	-
Total do passivo	-2.773.340.306	-20.501.375	-2.793.841.681
Capital	-147.500.000	-	-147.500.000
Reservas de reavaliação			
Por reajustamentos no justo valor de activos financeiros	-57.207.975	55.264.434	-1.943.542
Reserva por impostos diferidos		621.933	621.933
Outras reservas	-549.363.653	-44.366.824	-593.730.477
Resultados transitados	-	20.305.230	20.305.230
Resultado do exercício	-252.208.235	3.911.699	-248.296.536
Total do capital próprio	-1.006.279.863	35.736.471	-970.543.391

NOTA 40 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.



RELATÓRIO E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



Aos
Accionistas da
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2011, a conta de ganhos e perdas, as demonstrações do rendimento integral, de variações do capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e um resumo das principais políticas contabilísticas e outra informação explicativa.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Moçambique para o sector segurador, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, baseada na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria com o objectivo de obter um grau de segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos destinados a obter prova de auditoria sobre as quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido quer a fraude quer a erro. Ao efectuar essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela Sociedade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

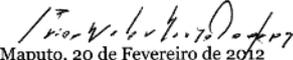
PricewaterhouseCoopers, Lda. - Pestana Rovuma Hotel, Centro de Escritórios, 5.º andar,
Caixa Postal 796, Maputo, Moçambique
T: (+258) 21 350400, (+258) 21 307615/20, F: (+258) 21 307621/320299, E: maputo@mz.pwc.com
www.pwc.com

PricewaterhouseCoopers Lda
Número de matrícula: 11875 - NUIT: 400005516 - Capital Social: 58.000,00 MZN



Opinião

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os seus aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Moçambique para o sector segurador.


Maputo, 20 de Fevereiro de 2012

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

De acordo com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal apresenta aos Exmos. Accionistas o relatório sobre a acção fiscalizadora exercida na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A., assim como o parecer sobre o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração de Variações no Capital Próprio, as respectivas Notas e o Relatório do Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

No cumprimento das suas funções, o Conselho Fiscal reuniu ao longo do ano com a regularidade exigida por lei e acompanhou a actividade da Seguradora, fundamentalmente através da apreciação das Demonstrações Financeiras Mensais e respectivas Informações de Gestão, através da participação nas reuniões do Conselho de Administração e de contactos tidos com os membros do Conselho de Administração e da Direcção e através das informações colhidas dos sistemas de informação de gestão da Seguradora, procurando avaliar a evolução da actividade.

O Conselho Fiscal apreciou, com particular atenção, as Contas Técnicas, considerando de interesse salientar:

- O crescimento da “Margem Técnica antes da imputação dos custos administrativos”, de cerca de 26%, tendo passado de 550,9 milhões de Meticais em 2010 para cerca de 694,0 milhões de Meticais em 2011 para o qual contribui a variação combinada, principalmente dos seguintes indicadores:
 - O aumento registado no volume total de prémios de seguro directo e resseguro aceite, que atingiu em 2011 um total de 1.345,7 milhões de Meticais contra um total de 1.218,1 milhões de Meticais verificado em 2010, ou seja, um crescimento de 10,5% ocasionado pelo volume de apólices sob gestão;
 - Os prémios de resseguro cedido pagos cresceram de 152,1 milhões de Meticais em 2010 para 248,8 milhões de Meticais em 2011, ou seja, um crescimento de 63,6%;
 - Os custos com sinistros dos seguros directos e resseguros aceites, líquidos dos proveitos com sinistros dos resseguros cedidos, que aumentam de 387,2 milhões de Meticais em 2010 (correspondentes a 36,3% da receita total de prémios líquidos de resseguro cedido do ano) para 451,7 milhões de Meticais em 2011 (tendo absorvido 41,2% da receita total de prémios líquidos de resseguro cedido em 2011);
 - As provisões técnicas de seguro directo e resseguro aceite e as provisões técnicas de resseguro cedido evidenciam, na conta de resultados de 2011, um custo líquido de 107,8 milhões de Meticais, contra um custo líquido registado nestas rubricas, em 2010, de 299,9 milhões de Meticais – (↓ 64,1%);
 - A rubrica de “Participação nos Resultados” de algumas apólices (em particular as relativas a “Rendas Vitalícias”, “Vida – Capitalização”, “Risco Vida”, “Doença”, “Acidentes Pessoais” e “Acidentes de Trabalho”) ter evidenciado, no conjunto, no final do ano, um aumento substancial de custos para a Seguradora, tendo passado de 111,6 milhões de Meticais, em 2010, para 761,9 milhões de Meticais em 2011 – (↑ 582,4%);
 - A conta de custos com “Comissões” de seguro directo e de resseguro aceite, líquidos dos proveitos com “Comissões” de resseguro cedido, que evidencia uma subida de custos líquidos de 0,37 milhões de Meticais em 2010 para 0,45 milhões de Meticais em 2011 – (↑ 22,24%);
 - As provisões para prémios em cobrança atingiram em 2011 um custo de montante correspondente a cerca de 2,8 milhões de Meticais, contra a libertação de provisões para recibos por cobrar ocorrida no ano de 2010 que conduziu a um total de proveitos de 4,1 milhões de Meticais nesta conta da Demonstração de Resultados – (↓ 30,6%);
 - A rubrica de “Remunerações à rede e “fees” de gestão evidencia um ligeiro crescimento de custos, tendo passado de 42,6 milhões de Meticais, em 2010, para 43,1 milhões de Meticais em 2011 – (↑ 1%);

- O rendimento financeiro dos investimentos afectos às reservas técnicas dos seguros directos e resseguros passaram de 330,8 milhões de Meticais em 2010 para 964,7 milhões de Meticais em 2011, ou seja, uma variação positiva de 191,7%, como resultado do crescimento da carteira de investimentos afectos a essas reservas.

- É também de se salientar que os custos com pessoal cresceram de 110,6 milhões de Meticais em 2010 para 115,8 milhões de Meticais em 2011, ou seja, um crescimento de cerca de 4,6%, o que representou um crescimento da sua quota-parte nos custos administrativos da Seguradora de 60,7%, em 2010, para 62,0%, em 2011.
- O efeito combinado da melhoria ocorrida na Margem Técnica e do ligeiro crescimento dos custos de exploração determinam um resultado líquido positivo de 396,1 milhões de Meticais, em 2011, ou seja, um crescimento de 59,5%, contra um resultado positivo de 248,3 milhões de Meticais, em 2010.

O Conselho Fiscal apreciou ainda o Relatório de Gestão e Contas de 2011, bem como as Demonstrações Financeira auditadas pelo Auditor Externo e o seu Parecer, as quais evidenciam:

- Que o **Balanço** da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A., à data de 31 de Dezembro de 2011, reflecte correctamente a sua situação financeira;
- Que a **Demonstração de Resultados** espelha o resultado da actividade da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. no exercício, ou seja, um lucro de 396.053,7 milhares de Meticais;
- Que a **Demonstração dos Fluxos de Caixa** evidenciam que os fluxos de caixa das actividades operacionais, de investimento e de financiamento passaram de 50.506,9 milhares de Meticais no início do ano para 87.342,5 milhares de Meticais no final do ano;
- Que a **Demonstração de Alterações nos Fundos Próprios** espelha que o total do Capital Próprio atingiu no final do ano o montante de 1.240.568,2 milhares de Meticais; e
- Que a **Demonstração de Rendimento Integral** apresenta um rendimento integral de 396.129,0 milhares de Meticais.

Como resultado das verificações efectuadas e informações obtidas, o Conselho Fiscal:

- É de opinião que o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração de Variações do Capital Próprio satisfazem as disposições estatutárias e concorda com os critérios valorimétricos adoptados, reflectindo, na nossa opinião, de forma verdadeira, a situação financeira da Sociedade em 31 Dezembro de 2011, bem como o resultado da actividade e os fluxos de caixa durante o exercício de 2011;
- É de parecer que a Assembleia Geral:
 - Aprove o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011;
 - Exprese um voto de louvor ao desempenho da Administração e dos Colaboradores da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. no exercício de 2011.

Maputo, 17 de Fevereiro de 2012

O Conselho Fiscal

António de Almeida – Presidente

Daniel Filipe Gabriel Tembe – Vogal

Eulália Mário Madime – Vogal

Maria Iolanda Wane – Vogal Suplente

Relatório e Contas 2011
SIM – Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.

www.millenniumbim.co.mz

Sede:
Avenida 25 de setembro, n.º 1800
Maputo/Moçambique

Capital Social:
MZN 1.47.500.000

Matriculado o Banco na Conservatória
do Registo de Entidades Legais
em Maputo, sob o número 10735

Julho de 2012

The logo for 'Impar' features the word 'Impar' in a bold, pink, sans-serif font. A horizontal pink line is positioned directly beneath the letters 'i', 'm', and 'p'. The letter 'a' is positioned above the line, and the letter 'r' is positioned below it.

'impar